SESTED

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

História

Ensino Médio

MÓDULO III

Índice dos Conteúdos

Divisões/períodos da história

PRÉ-HISTÓRIA
- Paleolítico
- Neolítico / Idade dos metais

IDADE ANTIGA

Antiguidade Clássica

Roma
- Os períodos
- A estrutura do poder
- Baixo Império
- A infância em Roma
- Ciências e tecnologia
- Economia
- O Coliseu

Império Bizantino
- Dinastias latinas
- O declínio
- A arte
- Arquitetura

Curiosidades sobre Roma

Grécia
- Divisão da história da Grécia
- Período Arcaico
- Esparta e Atenas
- O governo nas cidades-Estados
- A conquista pela Macedônia
- A religião na Grécia
- As primeiras olimpíadas
- A mitologia grega
- A Grécia hoje

Mitologia Grega
- Heróis Gregos
- Animais e monstros
- Lendas mitológicas
- Pandora
- Origem
- Caixa de Pandora

Interpretação

Antiguidade Oriental

Mesopotâmia
- Os sumérios
- Os babilônios
- Os hititas
- Os assírios
- Os caldeus
- Organização social

China
- Localização
- A família e aspectos culturais
- As cidades
- Religião
- Mitologia
- Pássaros
- Dragões
- Desenvolvimento econômico
- O desenvolvimento científico
- A escrita
- Organização social
- Curiosidades

Persas
- A formação do império persa
- A organização do império
- Cultura e religião persas
- A decadência do império

Hebreus
- Localização
- Organização social e política
- Os reis hebreus
- A religião dos hebreus
- Aspectos culturais

Egito
- Períodos da história egípcia
- Política e Sociedade
- Economia e religião
- Os deuses e a escrita
- A vida cotidiana

Fenícios
- Características da Fenícia
- As cidades fenícias
- Economia
- A criação do alfabeto

Os fenícios e a religião

IDADE MEDIEVAL

O feudo
Educação, artes e cultura
A sociedade medieval
O cotidiano e a cultura
A vida como ela era
Vestuário medieval
A Inquisição
Sociedade feudal

Cultura Medieval
A produção literária
As artes

As cruzadas
Para além da fé
Consequências das cruzadas
A Primeira Cruzada (1096)
A Sexta Cruzada

O Império Carolíngio
O Império Carlos Magno
Arte carolíngia

O poder da Igreja
A vida nos mosteiros
O canto gregoriano

A Transição do Feudalismo para o Capitalismo

História do Capitalismo
Fases

Transformações econômicas
O ressurgimento do comércio e das cidades
Corporações e guildas
As transformações na Europa
As revoltas camponesas
A vida nas cidades
As universidades

IDADE MODERNA

Linha do tempo

As grandes navegações

Os objetivos
Pioneirismo português
Planejamento
Navegações portuguesas e os descobrimentos
Navegações Espanholas e o descobrimento da América
O Tratado de Tordesilhas
Os Aspectos Técnicos da Aplicação do Tratado
A Europa e as navegações

O Renascimento
ideias e práticas
Características do Renascimento Cultural
Característcimento Cultural
Retomada da cultura clássica
O homem é a medida de todas as coisas
O ideal de universalidade
A valorização da razão e da natureza
Expressão cultural na Renascença
Literatura e ciência na Renascença
O Renascimento na península Itálica - artistas e suas obras
O Renascimento fora da península Itálica - artistas e suas obras

IDADE CONTEMPORÂNEA
Carta testamento de Getúlio Vargas

Revolução Mexicana

Divisões / Períodos da História

Dividindo a história

O período que vai do aparecimento dos seres humanos na Terra até o desenvolvimento da escrita, cerca de 3.500 anos a.C., é chamado por muitos historiadores de **pré-história**.

A denominação *pré-história* começou a ser utilizada no século XIX. Nessa época, acreditava-se que só era possível recuperar a história de qualquer sociedade se ela dominasse a escrita.

O registro escrito era, então, considerado a única fonte confiável das experiências humanas. A tradição oral, as pinturas, os objetos de uso cotidiano, por exemplo, representavam fontes secundárias e pouco confiáveis.

Assim, a escrita passou a ser o marco divisório entre *sociedades históricas* (que dominavam a escrita) e pré-históricas (que não dominavam a escrita).

Pré-história ou História dos povos pré-letrados

O termo *Pré-história* foi criado em 1851 e pretendia designar o período da vida da espécie humana anterior à invenção da escrita. A história seria estudada, portanto, a partir do momento em que surgiram os primeiros documentos escritos. Essa ideia é hoje muito criticada, afinal, os humanos que não sabiam escrever também têm história. Eles viviam, comiam, faziam objetos, se comunicavam. Como já sabemos, não é preciso o documento escrito para a pesquisa histórica. A cultura material também é fonte importante para o trabalho do historiador.

Pelos desenhos deixados nas cavernas – as chamadas pinturas rupestres – o historiador pode obter indícios do que aqueles homens faziam, como pensavam, enfim, como eles viam o seu mundo. Pelos vestígios de utensílios, de ferramentas, o historiador pode saber como essas pessoas comiam, de que forma caçavam os animais, se faziam fogueiras, etc. Por isso, muitos estudiosos, hoje em dia, preferem chamar a Pré-História de História dos povos pré-letrados ou povos ágrafos, isto é, História dos povos que não sabiam escrever.

Divisão dos períodos da Pré-História

A história dos povos pré-letrados é usualmente dividida em três períodos:

- **Paleolítico** ou Período da Pedra Lascada
- **Neolítico** ou Período da Pedra Polida
- **Idade dos Metais**

Após a pré-história, a divisão dos períodos da história é feita da seguinte forma (veja detalhes aqui):

- **Idade antiga**
- **Idade média**
- **Idade moderna**
- **Idade contemporânea**

Começaremos estudando os períodos da pré-história a seguir.

Paleolítico

Se estendeu da origem do homem até aproximadamente 10.000 a.C., isto é, por cerca de três milhões de anos.

A sociedade paleolítica caracterizou-se pela busca de subsistência, ou seja, o homem procurava tudo o que era necessário para sustentar a vida por meio da caça, da pesca, da coleta de frutos, sementes e raízes, e da confecção e utilização de objetos de pedra lascada, ossos e dentes de animais. Por isso, o Período Paleolítico é também chamado de Idade da Pedra Lascada.

Nessas sociedades, os homens e as mulheres viviam em bandos, dividindo o espaço e as tarefas. Para se protegerem do frio, da chuva, e dos animais ferozes, buscavam abrigo nas cavernas ou reentrâncias de rochas, daí a denominação "homens das cavernas".

Alguns estudiosos acreditam que eles tenham também construído tendas de pele ou cabanas. Uma conquista fundamental do homem paleolítico ocorreu há cerca de 500 mil anos: o uso do fogo.

É possível que, a princípio, o fogo tenha sido obtido pela queda de raios. Mas, com o tempo, eles aprenderam a obter o fogo por meio do atrito de pedra ou de pedaços de madeira. Sem dúvida, o fogo foi muito útil para essas pessoas: protegia contra o frio; aquecia os alimentos e ajudava a espantar os animais.

As marcas da presença humana do Período Paleolítico podem ser vistas até hoje em pinturas rupestres encontradas em cavernas como as de Altamira (Espanha), de Lascaux (França) e do município de São Raimundo Nonato, no Piauí (Brasil), entre vários outros lugares, nos quais esses seres humanos desenhavam cenas de seu cotidiano.

Além dessas pinturas, eles produziam algumas peças de artesanato bastante rudimentares. Vestiam-se de peles e couros de animais que conseguiam abater com suas armas rudimentares.

Neolítico

Teve início em mais ou menos 10.000 a.C. e se prolongou até mais ou menos 5.000 a.C. No Período Neolítico, os humanos aprenderam a domesticar os animais e a praticar a agricultura, isto é, a cultivar os alimentos.

Além disso, nesse período, eles passaram a dominar a técnica de polir a pedra para a fabricação de instrumentos. Por isso, esse período é conhecido também como a Idade da Pedra Polida.

Essas transformações mudaram a forma de viver desses grupos humanos. Eles já não precisavam mais mudar-se constantemente para encontrar comida e foram se tornando sedentários, isto é, ficavam um longo tempo em um mesmo lugar esperando a hora de colher os vegetais que haviam plantado. Enquanto esperavam, dedicavam-se a outras atividades como a construção de casas, o trabalho com o barro e a argila, a fabricação de cestos e tecidos e também de ferramentas.

Idade dos Metais

Iniciada em mais ou menos 5.000 a.C. e encerrada por volta de 4.000 a.C., com a descoberta da técnica para a fabricação de diversos utensílios com metais.

O cobre foi o primeiro metal usado pelo ser humano que, mais tarde, aprendeu a misturá-lo ao estanho para, assim, obter o bronze, que era mais resistente. Mais tarde, aprendeu-se a lidar com ferro.

Durante esse período, as pequenas aldeias de agricultores transformaram-se em **núcleos urbanos**, submetidas à autoridade política de um chefe. As primeiras cidades nasceram no Oriente Médio. Biblos, no atual Líbano, é considerada a cidade mais antiga do mundo. Há quase 7.000 anos, surgiu uma das primeiras cidades – Çatal Huyuk, no centro-sul da Turquia. Essa cidade foi habitada por mais de 700 anos e lá eram cultivados trigo, cevada, ervilha.

Os estudos indicam que provavelmente seus habitantes produziam também um tipo especial de cerveja. Apesar da caça ser uma atividade importante, os seus moradores também criavam ovelhas e gado para alimentação e vestimentas. Além disso, em Çatal Huyuk, o artesanato e a fabricação de joias eram bem desenvolvidos.

Idade Antiga

A Idade Antiga ou Antiguidade foi o período da história que se desdobrou desde a invenção da escrita (4000 a.C. a 3500 a.C.) até a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e início da Idade Média (século V).

Neste período temporal, constatamos que as chamadas civilizações antigas, que conhecem a escrita, coexistem com outras civilizações, escrevendo sobre elas (Proto-História).

Diferentes povos se desenvolveram na Idade Antiga, entre elas as civilizações do Egito, Mesopotâmia, China, as civilizações clássicas como Grécia e Roma, os Persas, os Hebreus, os Fenícios, além dos Celtas, Etruscos, Eslavos, dos povos germanos (visigodos, ostrogodos, anglos, saxões,) entre outros.

A Antiguidade foi um período importantíssimo da história, pois nessa época teve início a formação de Estados constituídos com certo grau de nacionalidade, territórios e organização mais complexas que outras cidades encontradas antes desse período da história.

Antiguidade Clássica - Roma

A Antiguidade Clássica refere-se a um período da História da Europa que ocorre aproximadamente do século VIII a.C., quando surge a poesia grega de Homero, até a queda do Império romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476.

O que diferencia esta época de outras anteriores ou posteriores são os fatores culturais das civilizações mais marcantes, a Roma e a Grécia antigas.

Roma foi o último grande império do mundo antigo. Com exércitos poderosos dominou terras que antes pertenciam a gregos, egípcios, mesopotâmios, persas e muitos outros povos.

Com quase 1 milhão de habitantes, Roma transformou-se na maior cidade da Antiguidade. Para lá se dirigiam pessoas dos lugares mais distantes, levando suas culturas.

O poder do império construído pelos romanos era tão grande que acabou se tornando uma referência para todo o mundo ocidental, mesmo séculos depois de ter chegado ao seu final.

Origem de Roma: explicação mitológica

Os romanos explicavam a origem de sua cidade através do mito de Rômulo e Remo. Segundo a mitologia romana, os gêmeos foram jogados no rio Tibre, na Itália. Resgatados por uma loba, que os amamentou, foram criados posteriormente por um casal de pastores. Adultos, retornam a cidade natal de Alba Longa e ganham terras para fundar uma nova cidade que seria Roma.

Origem de Roma: explicação histórica

De acordo com os historiadores, a fundação de Roma resulta da mistura de três povos que foram habitar a região da península itálica: gregos, etruscos e italiotas.

Desenvolveram na região uma economia baseada na agricultura e nas atividades pastoris. A sociedade, nesta época, era formada por patrícios (nobres proprietários de terras) e plebeus (comerciantes, artesãos e pequenos proprietários). O sistema político era a monarquia, já que a cidade era governada por um rei de origem patrícia.

A religião neste período era politeísta, adotando deuses semelhantes aos dos gregos, porém com nomes diferentes. Nas artes destacava-se a pintura de afrescos, murais decorativos e esculturas com influências gregas.

Localização

Roma é capital da Itália, país europeu localizado em uma das penínsulas do Mar Mediterrâneo. Trata-se da Península Itálica, situada na cordilheira dos Alpes e banhada pelos mares Adriático, Tirreno e Jônico.

Os períodos da história de Roma

A história de Roma é dividida em três momentos:

- Monárquico (753-509 a.C.);
- Republicano (507-27 a.C.);
- Imperial (27 a.C. – 476 d.C.).

Período Monárquico: o domínio etrusco

Muitas das informações sobre o período Monárquico fundamentam-se nas lendas contadas pelos romanos. Nessa época, a cidade deve ter sido governada por reis de diferentes origens; os últimos de origens etrusca, devem ter dominado a cidade por cerca de cem anos.

Durante o governo dos etruscos, Roma adquiriu o aspecto de cidade. Foram

realizadas diversas obras públicas entre elas, templos, drenagens de pântanos e um sistema de esgoto.

Nessa época, a sociedade romana estava assim organizada:

- Patrícios ou nobres: Descendentes das famílias que promoveram a ocupação inicial de Roma. Eram grandes proprietários de terra e de gado.
- Plebeus: Em geral, eram pequenos agricultores, comerciantes, pastores e artesãos. Constituíam a maioria da população e não tinham direitos políticos.
- Clientes: eram homens de negócios, intelectuais ou camponeses que tinham interesse em fazer carreira pública e que por isso recorriam à proteção de algum patrono, geralmente um patrício de posses.
- Escravos: Eram plebeus endividados e principalmente prisioneiros de guerra. Realizavam todo o tipo de trabalho e eram considerados bens materiais. Não tinham qualquer direito civil ou político.

O último rei etrusco foi Tarquínio, o Soberbo. Ele foi deposto em 509 a.C., provavelmente por ter descontentado os patrícios com medidas a favor dos plebeus.

No lugar de Tarquínio, os patrícios colocaram no poder dois magistrados, chamados cônsules. Com isso, terminava o período Monárquico e tinha inicio o período Republicano.

Período Republicano

República é uma palavra de origem latina e significa “coisa pública”. Durante a passagem da monarquia para a república, eram os patrícios que detinham o poder e controlavam as instituições políticas. Concentrando o poder religioso, político e a justiça, eles exerciam o governo procurando se beneficiar.

Para os plebeus, sem direito à participação política, restavam apenas deveres, como pagar impostos e servir o exército.

Organização política e social na república

Na república, o poder que antes era exercido pelo rei foi partilhado por dois cônsules. Eles exerciam o cargo por um ano e eram auxiliados por um conselho de 100 cidadãos, responsáveis pelas finanças e pelos assuntos externos. Esse conselho recebia o nome de Senado, e a ele competia promulgar as leis elaboradas pela Assembleia de Cidadãos, dominada pelos patrícios.

Reprodução de uma sessão do Senado romano

À medida que Roma cresceu e se tornou poderosa, as diferenças entre patrícios e plebeus se acentuaram. Marginalizados, os plebeus desencadearam uma luta contra os patrícios, que se estendeu por cerca de dois séculos (V-IV a.C.)

Durante esses dois séculos, os plebeus conquistaram seus direitos. Entre eles, o de eleger seus próprios representantes, chamados *tribunos da plebe.* Os tribunos tinham o poder de vetar as decisões do Senado que fossem prejudiciais aos interesses dos plebeus.

Outras conquistas foram a proibição da escravização por dívidas e o estabelecimento de leis escritas, válidas tanto para os patrícios quanto para plebeus. Até então, em Roma, as leis não eram escritas e os plebeus acabavam julgados conforme os critérios dos patrícios. Estabelecendo as leis por escrito, os plebeus garantiam um julgamento mais justo.

Os plebeus conquistaram ainda a igualdade civil, com a autorização do casamento entre patrícios e plebeus; a igualdade política, com o direito de eleger representantes para diversos cargos, inclusive o de cônsul; e a igualdade religiosa, com o direito de exercer funções sacerdotais.

A estrutura do poder na República Romana

- **Cônsules:** chefes da República, com mandato de um ano; eram os comandantes do exército e tinham atribuições jurídicas e religiosas.
- **Senado:** composto por 300 senadores, em geral patrícios. Eram eleitos pelos magistrados e seus membros eram vitalícios. Responsabilizavam-se pela elaboração das leis e pelas decisões acerca da política interna e externa.
- **Magistraturas:** responsáveis por funções executivas e judiciária, formadas em geral pelos patrícios.
- **Assembleia Popular:** composta de patrícios e plebeus; destinava-se a votação das leis e era responsável pela eleição dos cônsules.

- **Conselho da Plebe:** composto somente pelos plebeus; elegia os tributos da plebe e era responsável pelas decisões em plebiscitos (decretos do povo).

A expansão das fronteiras romanas

Iniciado durante a República, o expansionismo romano teve basicamente dois objetivos: defender Roma do ataque dos povos vizinhos rivais e assegurar terras necessárias à agricultura e ao pastoreio. As vitórias nas lutas conduziram os romanos a uma ação conquistadora, ou seja, a ação do exército levou à conquista e incorporação de novas regiões a Roma. Dessa forma, após sucessivas guerras, em um espaço de tempo de cinco séculos, a ação expansionista permitiu que o Império Romano ocupasse boa parte dos continentes europeu, asiático e africano.

O avanço das forças militares romanas colocou o Império em choque com Cartago e Macedônia, potências que nessa época dominavam o Mediterrâneo. As rivalidades entre os cartagineses e os romanos resultaram nas **Guerras Púnicas** (de *puni*, nome pelo qual os cartagineses eram conhecidos).

As Guerras Púnicas desenvolveram-se em três etapas, durante o período de 264 a 146 a.C. Ao terminar a terceira e ultima fase das Guerras Púnicas, em 146 a.C., Cartago estava destruída. Seus sobreviventes foram vendidos como escravos e o território cartaginês foi transformado em província romana. Com a dominação completa da grande rival, Roma iniciou a expansão pelo Mediterrâneo oriental (leste). Assim, nos dois séculos seguintes, foram conquistados os reinos helenísticos da Macedônia, da Síria e do Egito. No final do século I a.C., o mediterrâneo havia se transformado em um “lago romano” ou, como eles diziam, *Mare Nostrum*(“nosso mar”).

Período de instabilidade política

Com o fim das Guerras Púnicas, em 146 a.C., iniciou-se um período de intensa agitação social. Além dos escravos, povos da Península Itálica também se revoltaram, só que exigindo o direito à cidadania romana. A expansão das conquistas e o aumento das pilhagens fortaleceram o exército romano, que então se colocou na luta pelo poder. Assim, esse período ficou marcado por uma acirrada disputa política entre os principais generais, abrindo caminho para os ditadores.

Essa crise se iniciou com a instituição dos triunviratos ou triarquia**,** isto é, governo composto de três indivíduos. O Primeiro Triunvirato, em 60 a.C., foi composto de políticos de prestigio: Pompeu, Crasso e Júlio César. Esses generais iniciaram uma grande disputa pelo poder, até que, após uma longa guerra civil, Júlio César venceu seus rivais e recebeu o título de ditador vitalício.

Durante seu governo, Júlio César formou a mais poderosa legião romana, promoveu uma reforma político-administrativa, distribuiu terras entre soldados, impulsionou a colonização das províncias romanas e realizou obras públicas.

O imenso poder de César levou os senadores a tramar sua morte, o que aconteceu em 44 a.C. Os generais Marco Antonio, Lépido e Otávio formaram, então, o Segundo triunvirato, impedindo que o poder passasse para as mãos da aristocracia, que dominava o Senado.

A disputa pelo poder continuou com o novo triunvirato. Em 31 a.C., no Egito, Otávio derrotou as forças de Marco Antônio e retornou vitorioso a Roma. Fortalecido com essa campanha, Otávio pôde governar sem oposição. Terminava, assim, o regime republicano e iniciava o Império.

O Império Romano

Após vencer Marco Antonio, Otávio recebeu diversos títulos que lhe conferiram grande poder. Por fim, em 27 a.C., o senado atribuiu-lhe o título de Augusto, que significava consagrado, majestoso, divino.

O período Imperial, tradicionalmente, costuma ser dividido em dois momentos:

- **Alto Império**: período em que Roma alcançou grande esplendor (estende-se até o século III d.C.)
- **Baixo Império**: fase marcada por crises que conduziram a desagregação do Império Romano (do século III ao século V).

Alto Império

Augusto, durante seu governo (27 a.C. a 14 d.C.), adotou uma série de medidas visando controlar os conflitos sociais, solucionar problemas econômicos e, com isso, consolidar o império fazendo com que Roma atingisse seu apogeu e vivesse um longo período de prosperidade e de relativa tranquilidade social, também conhecido como *Pax Romana.* Isso foi possível porque o imperador Otávio abandonou a política agressiva de conquistas, promoveu a aliança entre aristocracia e os cavaleiros (plebeus enriquecidos) e apaziguou a plebe com a política do “pão e circo” (panem et circenses) (anexo), que consistia em distribuir trigo para a população carente e organizar espetáculos públicos de circo.

Do governo de Augusto aos dois séculos que se seguiram, o Império Romano, por meio de conquistas militares, ampliou ainda mais o seu território. Seus domínios estendiam-se pela Europa, Ásia e África.

As conquistas abasteciam o império não apenas de riquezas e terras, mas também de escravos, principal mão-de-obra e todas as atividades, tanto econômicas quanto domésticas.

A comunicação entre Roma, o centro do vasto império, e as demais regiões era garantida pela existência de uma extensa rede de estradas. Daí provém o famoso ditado: “Todos os caminhos levam a Roma”.

As estradas romanas, além de possibilitar a comunicação entre as diferentes regiões do império, facilitavam a movimentação de tropas e equipamentos militares, contribuindo para o sucesso das campanhas.

Após a morte de Augusto (14 d.C.) até o fim do século II, quatro dinastias se sucederam no poder. São elas:

- **Dinastia Júlio-Claudiana (14-68)**: Com os imperadores Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, essa dinastia esteve ligada à aristocracia

patrícia romana. Principal característica dessa fase: os constantes conflitos entre o Senado e os imperadores.

- **Dinastia Flávia (68-96):** Com os imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano, apoiados pelo exército, o Senado foi totalmente submetido.
- **Dinastia Antonina (96 – 193):** Com Nerva, Trajano, Adriano, Antonio Pio, Marco Aurélio e Cômodo, assinalou-se uma fase de grande brilho do Império Romano. Os imperadores dessa dinastia, exceto o último, procuraram adotar uma atitude conciliatória em relação ao Senado.
- **Dinastia Severa (193 – 235):** Com Sétimo Severo, Caracala, Macrino, Heliogábalo e Severo Alexandre, caracterizou-se pelo inicio de crises internas e pressões externas, exercidas por povos diversos, prenunciando o fim do Império Romano, a partir do século III da era cristã.

O Império Romano (continuação)

Baixo Império

Essa fase foi marcada por crises em diferentes setores da vida romana, que contribuíram para pôr fim ao grande império.

Uma das principais crises diz respeito à produção agrícola. Por séculos, os escravos foram a principal mão de obra nas grandes propriedades rurais. Entretanto, com a diminuição das guerras, o reabastecimento de escravos começou a ficar difícil.

Além disso, com o passar do tempo, os romanos tornaram-se menos hostis aos povos conquistados, estendendo a eles, inclusive, parte de seus direitos. Ou seja, os povos dominados deixaram de ser escravizados.

Essas circunstâncias colaboraram para transformar a produção no campo. Por causa dos custos, muitos latifúndios começaram a ser divididos em pequenas propriedades. Nelas, o trabalho escravo já não era mais tão importante.

Nessa época, os lucros com a produção agrícola eram baixos.

O lugar dos escravos passou a ser ocupado, aos poucos, por camponeses, que arrendavam a terra em troca da prestação de serviços nas terras do proprietário. Havia também os colonos que, sem poder abandonar a terra, não tinham direito à liberdade, pois estavam ligados a ela por lei e por fortes laços pessoais.

O centro de produção rural era conhecido como *Villa.* Protegido por cercas e fossos, era habitado pelos donos das terras e todos aqueles que dela dependiam.

Ao mesmo tempo em que a vida no campo se transformava, um grande número de pessoas começou a deixar as cidades em direção ao campo, provocando a

diminuição do comércio e da produção artesanal. Para uma população empobrecida, as cidades já não representavam mais uma alternativa de vida.

Arrecadando menos impostos pela diminuição das atividades produtivas, o governo romano começou a enfraquecer e as enormes fronteiras já não tinham como ser vigiadas contra a invasão de povos inimigos.

Detalhe de um monumento (arco) erguido pelo imperador Constantino. Nele está retratada a ação dos exércitos romanos nas fronteiras do império contra povos inimigos. Eles tomam de assalto as muralhas de uma cidade.

Divisão do Império

Em 395, o imperador Teodósio dividiu o império em duas partes: *Império Romano do ocidente,* com capital em Roma; e *Império Romano do Oriente*, com capital em Constantinopla. Com essa medida, acreditava que fortaleceria o império. Achava, por exemplo, que seria mais fácil proteger as fronteiras contra ataques de povos invasores. Os romanos chamavam esses povos de *bárbaros,* por terem costumes diferentes dos seus.

A divisão estabelecida por Teodósio não surtiu o efeito esperado. Diversos povos passaram a ocupar o território romano. Em 476, os hérulos, povo de origem germânica, invadiram Roma e, comandados por Odoacro, depuseram o imperador Rômulo Augústulo.

Costuma-se afirmar que esse acontecimento marca a desagregação do Império Romano. Na verdade, isso refere-se ao Império Romano do Ocidente , pois a parte oriental ainda sobreviveu até o século XV.

Embora as invasões de povos inimigos tenham papel decisivo no fim do Império Romano do Ocidente, outras circunstâncias também foram determinantes, tais como:

- elevados gastos com a estrutura administrativa e militar;

- perda do controle sobre diversas regiões devido ao tamanho do império;
- aumento dos impostos dos cidadãos e dos tributos dos vencidos;
- corrupção política;
- crise no fornecimento de escravos com o fim das guerras de expansão;
- continuidade das lutas civis entre patrícios e plebeus;
- a difusão do cristianismo.

O fim do poderio romano constituiu um longo processo, que durou centenas de anos. A partir daí, começou a se formar uma nova organização social, política e econômica, o sistema feudal, que predominou na Europa ocidental até o século XV.

Como vivia o povo romano na Antiguidade

Para o povo romano a vida urbana era um padrão a ser seguido até mesmo pelos camponeses que visitavam Roma ocasionalmente.

Além de centro político, administrativo, econômico e cultural, a cidade de Roma foi palco de inúmeras diversões populares como teatro, as corridas de biga, os jogos de dados e as lutas de gladiadores, uma paixão nacional.

As habitações da maioria dos romanos eram simples. A população mais pobre vivia em pequenos apartamentos, em edifícios de até seis andares, que apresentavam riscos de desabamento e incêndio. Apenas uma minoria vivia em casas amplas e confortáveis, com água canalizada, rede de esgoto, iluminação por candelabros, sala de banhos e luxuosa decoração interior.

A infância em Roma

Assim como na Grécia, a educação dos romanos variava de acordo com a classe social e o sexo.

Os meninos das classes privilegiadas aprendiam a ler e a escrever em latim e grego com seus preceptores, isto é, com professores particulares. Além disso, deviam ter conhecimentos de agricultura, astronomia, religião, geografia, matemática e arquitetura.

Em relação aos meninos das classes menos abastadas, isso mudava de figura. A maioria, que não podia dispor de tempo integral para os estudos, dedicava-se ao trabalho agrícola ou artesanal.

O abandono de crianças, tão comum nos dias de hoje, também existia na Roma Antiga, e as causas eram variadas. Abandonados, meninos e meninas estavam destinados à prostituição ou à vida de gladiadores, treinados para enfrentar leões, tigres e outros animais perigosos. Outros ainda se tornavam servos.

Ricos e pobres abandonavam os filhos na Roma antiga. As causas eram variadas: enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas, os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê, os ricos, ou porque tinham duvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes.

Importante assinalar que, na Antiguidade, grega e romana, o infanticídio era praticado. A legislação da Roma imperial tentou condenar essa prática, e o imperador Constantino, desde 315 – reconhecendo a importância do fator econômico na prática do abandono por pais extremamente pobres -, procurou fazer funcionar um sistema de assistência aos pais, para evitar que vendessem ou expusessem seus filhos. Depois de 318 o infanticídio passou a ser punido com a morte.

Os trabalhadores de Roma

Em Roma, como nas demais cidades do Império, existiam diferentes tipos de trabalhadores, como carpinteiros, marceneiros, cesteiros, ceramistas, caldeireiros. Toda a produção desses trabalhadores era vendida nas lojas das cidades.

É preciso lembrar que grande parte do trabalho na cidade era executada por escravos. Em sua maioria prisioneiros de guerra, eram eles os responsáveis por qualquer tipo de trabalho, desde os artesanais até os domésticos.

O papel das mulheres

As mulheres, independentemente da classe social a que pertenciam, eram educadas primeiramente para ser esposas e mães. Era responsabilidade das mulheres mais abastadas a administração de suas casas, dos escravos e a criação dos filhos. Em hipótese alguma poderiam participar das decisões políticas. Além disso, deveriam ensinar às suas filhas a arte de fiar, tecer e preparar a comida.

As mulheres de classes menos favorecidas podiam trabalhar ao lado de seus maridos ou administrar seu próprio negócio, quando solteiras. Existia ainda um grupo de mulheres virgens que dedicava toda a vida a zelar pela chama sagrada de Vesta, deusa do fogo,. As vestais, como eram chamadas, deixavam suas famílias entre os 6 e os 10 anos para passar aproximadamente 30 anos vivendo ao lado do templo, sem que pudessem casar. Diferentemente de outras mulheres, as vestais não tinham de obedecer aos pais ou maridos, possuíam o direito de se sentar nos melhores lugares nas lutas de gladiadores e eram tratadas com respeito pelo sexo oposto.

A vida conjugal

Dentre as instituições romanas destacou-se o casamento. Em Roma, com apenas 12 anos as meninas se casavam por intermédio de arranjos familiares, isto é, os pais escolhiam os maridos para as filhas. Um casamento com cerimônia pública era importante para mostrar à sociedade que os nubentes pertenciam a uma família de posses.

O divórcio também era comum, e pelos motivos mais variados, não precisando, muitas vezes, nem esclarecer a causa da separação. Ao findar o processo legal, o pai da moça recebia de volta o dote ofertado à época do casamento, e os filhos do casal eram entregues aos ex-maridos.

Como se vestiam os romanos

As vestimentas variavam de acordo com o sexo e com a categoria social. As mulheres solteiras vestiam uma túnica sem mangas que ia até os tornozelos; após o casamento, passavam a usar trajes com mangas. As mulheres mais ricas vestiam roupas de seda e algodão, enquanto as mais pobres usavam lã ou linho. Os homens livres trajavam túnica de linho ou lã, até os joelhos, para não atrapalhar os movimentos. Os trabalhadores vestiam roupas de couro, devido à maior durabilidade. A toga, manto comprido, era usada apenas pelos cidadãos a partir dos 14 anos.

Os acessórios também constituíam elementos importantes ma indumentária. Era comum as mulheres utilizarem anéis, colares, pulseiras, braceletes e tornozeleiras, além de maquiagem e perucas. Os homens, para completar seus trajes, davam mais ênfase às sandálias, aos chinelos e às botas de feltro ou couro.

O direito romano

Desde criança, o romano era educado para atender as necessidades do estado e respeitar as tradições e os costumes. Uma série de normas regia a conduta dos cidadãos tanto na vida familiar como na vida pública. Daí surgiram leis que orientavam as relações entre os indivíduos. Reunidas, essas leis formaram códigos jurídicos, que deram origem ao Direito Romano.

O Direito Romano dividia-se em duas esferas: a pública e a privada. O Direito público era composto pelo Direito civil, válido para os cidadãos romanos, e pelo Direito estrangeiro, válido para os povos conquistados. O Direito privado regulava as relações entre as famílias.

O Direito foi uma das grandes contribuições dos romanos para as sociedades ocidentais. Seus fundamentos, adaptados e reelaborados, foram adotados por diversos povos, servindo de base até hoje para muitas sociedades.

A cultura romana

A cultura romana foi muito influenciada pela cultura grega. Os romanos "copiaram" muitos aspectos da arte, pintura e arquitetura grega.

Os balneários (casas de banhos) romanos espalharam-se pelas grandes cidades. Eram locais onde os senadores e membros da aristocracia romana iam para discutirem política e ampliar seus relacionamentos pessoais.

Balneário romano

A língua romana era o latim, que depois de um tempo espalhou-se pelos quatro cantos do império, dando origem na Idade Média, ao português, francês, italiano e espanhol.

A mitologia romana representava formas de explicação da realidade que os romanos não conseguiam explicar de forma científica. Trata também da origem de seu povo e da cidade que deu origem ao império. Entre os principais mitos romanos, podemos destacar: Rômulo e Remo.

Literatura, arquitetura e arte

A mais conhecida obra literária dos romanos é Eneida. Ela foi escrita pelo poeta Virgílio, a pedido do imperador Augusto. A intenção de Virgílio em Eneida é glorificar a cidade de Roma. O livro, escrito em forma de versos, narra a lenda do herói troiano Eneias.

Segundo a história de Virgílio, Eneias teria fugido para a península Itálica depois da Guerra de Troia. Lá teria fundado Alba Longa, o reino pertencente ao avô de Rômulo e Remo, fundadores lendários de Roma.

A Roma declamada por Virgílio tinha a missão divina de proporcionar paz e vida civilizada ao mundo. O imperador Augusto, por sua vez, era o designado pelos deuses para tornar a realidade essa missão.

A arte romana foi influenciada tanto por etruscos, um dos povos que ocuparam a península Itálica, quanto por gregos.

Na arquitetura, por exemplo, os romanos herdaram dos etruscos o arco e a abóbada, que aperfeiçoaram, além de desenvolver novas técnicas de construção; dos gregos aproveitaram as colunas.

Interior do Panteão, pintura de Giovanni Paolo Pannini, realizada no século XVII. Essa construção, do início da era cristã, ainda existe. (abóbada)

Na escultura, as principais obras romanas foram as estátuas equestres e os bustos.

Estátua equestre do Imperador Marco Aurélio

Busto de Marco Aurélio

Roma (continuação)

Ciências e tecnologia

O desenvolvimento que os romanos alcançaram nas ciências foi bastante limitado e sofreu marcante influencia dos gregos. A medicina somente passou a ter um caráter científico depois que os primeiros médicos gregos se estabeleceram em Roma; a matemática e a geometria que os romanos conheceram também não alcançaram progresso significativo.

Na astronomia, as noções alcançadas pelos romanos também não ultrapassaram aquelas herdadas da Grécia. Eles sabiam da existência de cinco planetas e tinham ideias não muito precisas a respeito do movimento da Lua em torno da Terra. Seus conhecimentos astronômicos permitiram que, no tempo de César (em 46 a.C.), fosse elaborado um novo calendário – o calendário Juliano – que sobreviveu até os fins do século XVI (1582), sendo substituído pelo calendário gregoriano, devido ao papa Gregório XIII. Esse calendário, que não é muito diferente do Juliano, foi adotado porque os astrônomos descobriram algumas inexatidões no antigo calendário romano.

A medição do tempo, para os romanos, apresentava dificuldades que somente puderam ser superadas séculos mais tarde. Os dias eram divididos em 24 horas (12 diurnas, 12 noturnas). Os relógios existentes mostravam as horas pelo deslocamento da sombra em relação à posição do Sol durante o dia.

Os romanos numeravam as horas contando-as a partir do nascer do Sol. Assim, o clarear do dia acontecia na primeira hora; a sexta-hora correspondia ao meio-dia; a nona hora equivalia ao meio da tarde, e assim por diante.

Os dias dos meses foram divididos em fastos e nefastos. Dias fastos eram considerados inteiramente favoráveis; nefastos, os dias negativos para algumas atividades, como as comerciais (por exemplo, o comércio não podia funcionar naqueles dias).

Os primeiros dias do mês eram denominados calendas; os dias 5 e 7 chamavam-se nonas; e os dia 13 e 15 recebiam o nome de dos. Eram considerados de má sorte os meses de março, maio e metade de junho.

A geografia entre os romanos foi inteiramente baseada nos ensinamentos aprendidos dos gregos, e a cartografia limitou-se ao conhecimento e à elaboração de itinerários; mapas rudimentares que indicavam, unicamente, os percursos que ligavam diferentes lugares do império.

Na história, os romanos limitavam-se à narração dos fatos acontecidos em épocas determinadas. Os historiadores procuravam, ainda, destacar um sentido moral, extraído dos episódios estudados. Entre os historiadores romanos, tiveram destaque Tito Lívio, Tácito e Suetônio.

Foi na ciência do direito que se revelou o gênio dos romanos antigos. Em 450 a.C., ocorreu a promulgação da Lei das Doze Tábuas, o primeiro código escrito de leis elaborado em Roma. Durante quase um milênio, a partir daquela data, o direito romano sofreu uma evolução contínua, cujo apogeu foi marcado pela elaboração do Código de Justiniano, em 535 d.C., quando o Império do Ocidente já havia sido invadido pelos bárbaros.

Religião Romana

No culto familiar uma prática muito comum era a existência de santuários domésticos, onde eram cultuados os deuses protetores do lar e da família. Os deuses protetores da família eram os *Lares*.

Os bens e os alimentos estavam sob a proteção de divindades especiais, os *Panates* ou *Penates*. Esses deuses eram cultuados pelo chefe da família junto à lareira, onde o fogo permanecia sempre aceso. Durante as refeições, os romanos espalhavam junto ao fogo migalhas de alimentos e gotas de leite e de vinho, como oferendas às divindades. Com isso, acreditavam conseguir a proteção dos deuses. Nas festas familiares oferecia-se aos deuses o sacrifício de um animal (boi, carneiro ou porco), que depois era dividido entre todas as pessoas da família.

Além dos deuses ligados a família, havia os que eram cultuados pelos habitantes da cidade. O culto público era organizado pelo Senado. Com ele, os fiéis esperavam obter dos deuses boas colheitas ou vitórias nas guerras.

Os rituais religiosos romanos eram controlados pelos governantes romanos. O culto a uma religião diferente a do império era proibida e condenada. Os cristãos, por exemplo, foram perseguidos e assassinados em várias províncias do império romano.

Os doze principais deuses de Roma correspondiam aos principais deuses gregos. O quadro a seguir mostra a correspondência:

Júpiter: deus dos deuses da religião romana

Os deuses romanos eram os mesmos da Grécia, porém com outros nomes.

Nome romano	Nome grego	Atribuições
Júpiter	Zeus	Pai dos deuses; deus do céu.
Juno	Hera	Mãe dos deuses; protetora das mães e esposas.
Marte	Ares	Deus da guerra.
Vênus	Afrodite	Deusa do amor.
Ceres	Deméter	Deusa da vegetação, das colheitas, da fertilidade da terra.
Diana	Ártemis	Deusa da caça.
Apolo	Apolo	Deus da luz; protetor das artes.
Mercúrio	Hermes	Mensageiro dos deuses; deus das estradas; protetor dos comerciantes, dos viajantes e dos ladrões.
Vulcano	Hefesto	Deus do fogo; protetor dos ferreiros e oleiros.
Vesta	Héstia	Deusa do fogo doméstico; protetora da família e das cidades.
Minerva	Atena	Deusa da sabedoria
Netuno	Posêidon	Deus dos mares.

Durante o período republicano e imperial, os romanos seguiram a religião politeísta (crença em vários deuses), muito semelhante à religião praticada na Grécia Antiga. Esta religião foi absorvida pelos romanos, graças aos contatos culturais e conquistas na península balcânica.

Porém, a religião romana não era, como muitos afirmam, uma cópia da religião grega. Os romanos incorporaram elementos religiosos etruscos e de outras regiões da península itálica.

Muitos imperadores, por exemplo, exigiram o culto pessoal como se fossem deuses. Esta prática começou a partir do governo do imperador Júlio César (anexo).

Diferentemente da crença grega, os deuses romanos não agiam como mortais, isto é, não tinham como os homens e os deuses gregos, virtudes e defeitos. Por isso não há relatos das suas atividades, como na mitologia grega.

No início da Idade Média, com seu significativo crescimento, o cristianismo absorveu todas as crenças e outras práticas ligadas à religião desenvolvida pelos romanos e passou a ser considerada religião oficial do Império Romano, desta forma a prática do politeísmo foi, aos poucos, sendo abandonada.

O cristianismo

No período Imperial surgiu em Roma uma nova religião: o cristianismo. Monoteísta, essa religião pregava a salvação eterna, isto é, o perdão de todos os pecados e a recompensa de viver no paraíso após a morte. Seu deus era um só – Deus - e Jesus Cristo, seu filho, era o messias que tinha sido enviado à Terra para difundir seus ensinamentos

Roma (continuação)

Economia

A economia do império Romano teve como base uma única moeda corrente, a cobrança de baixas tarifas alfandegárias e uma rede de estradas e portos protegidos. Tudo isso para facilitar as trocas comerciais entre as várias regiões.

Embora a agricultura fosse a atividade econômica mais importante do mundo romano, o comércio marítimo de produtos de subsistência, exóticos ou de luxo foi bastante expressivo.

Roma, centro do império, consumia cereais importados da Sicília e da África, e azeite de oliva proveniente em especial da região correspondente à Espanha e ao Egito. Os mármores coloridos, utilizados nas principais construções e em esculturas da capital e de outras cidades, vinham da Ásia e do norte da África.

O comércio de cerâmica, cujo principal centro de produção era Arezzo, na Itália, abastecia o mercado romano, bem como as províncias ocidentais, as do norte e o sudeste do império.

A produção em fábricas era praticamente desconhecida. Em sua maioria, os artigos eram confeccionados por artesãos, que trabalhavam com uma pequena produção e muitas vezes diretamente para os usuários das mercadorias encomendadas. Já as oficinas que fabricavam moedas eram de propriedade do imperados e organizadas por seus funcionários.

Moeda romana em ouro representando as duas faces de Janus - 225-212 a.C.

Moeda romana

O exército romano

As conquistas do Império Romano deveram-se principalmente à firmeza e à disciplina de seus exércitos. A maior unidade de exercito era a legião, que contava com 4.800 soldados cada uma. No apogeu do Império, a Paz Romana era defendida por trinta legiões, ou seja, 144 mil soldados.

Os legionários eram muito hábeis na construção de pontes flutuantes para atravessar os rios. Essas pontes e a capacidade de manter um ritmo de marcha de mais ou menos 32 quilômetros por dia permitiam que as legiões se movimentassem muito depressa.

O legionário protegia-se com um capacete e uma e uma couraça. As pernas e os joelhos também tinham proteção. No braço esquerdo usava um escudo de madeira coberto de couro. Nos pés calçava sandálias de couro com pregos de ferro nas solas.

As armas ofensivas eram três: o pilo (tipo de lança com cerca de dois metros), o gládio (espada curta de lâmina pontiaguda com dois gumes) e o punhal.

Gládio romano

Faziam parte também, do equipamento do legionário utensílios e ferramentas (cantil, caçarola, marmita, pá, enxada, foice, etc.), além de alimentos (cereal), roupas e um estojo de primeiros-socorros. Todo equipamento pesava cerca de 40 quilos e era transportado numa espécie de armação de madeira e metal em forma de T.

A maioria dos soldados no tempo do império eram voluntários, isto é, alistavam-se no exército porque queriam e não porque fossem obrigados. Para ser legionário era preciso ser cidadão romano e ter pelo menos 1,74m de altura. O candidato quando aceito, ia para um acampamento onde treinava marcha, cavalgada, nado e combate.

O Coliseu - Roma

Mundialmente conhecido, o Coliseu, construído por ordem do imperador Vespasiano e concluído, durante o governo de seu filho Tito, é um dos mais grandiosos monumentos da Roma Antiga.

A parede externa do anfiteatro preserva os quatro pavimentos da estrutura de concreto armado; nas três arquibancadas inferiores estão as fileiras de arcos, e na quarta, pequenas janelas retangulares.

Os assentos eram de mármore e a escadaria ou arquibancada dividia-se em três partes, correspondentes às diferentes classes sociais: o podium, para as classes altas; a meaniana, setor destinado à classe média; e os pórticos, para a plebe e as mulheres. A tribuna imperial ficava no podium e era ladeada pelos assentos reservados aos senadores e magistrados.

Por cima dos muros ainda se podem ver as bases de sustentação da grade de cobertura de lona destinada a proteger do sol os espectadores. Para evitar problemas nas saídas dos espetáculos, os arquitetos projetaram oitenta escadarias de saída. Em menos de três minutos, o Coliseu podia ser totalmente evacuado. Suas arquibancadas tinham capacidade para 80 mil pessoas.

O Coliseu, em Roma

Coliseu de Roma, interior.

O Coliseu de Roma foi construído sobre o lago da casa de Nero, a Domus Áurea e ficou conhecido como Colosseo (Coliseu) porque ali foi achada a estátua gigante (colosso) do imperador.

Conta a história que os gladiadores lutavam na arena e que o Coliseu, era o lugar onde os cristãos eram lançados aos leões. Para a inauguração, apenas oito anos depois do início das obras, em 80 d.C., as festas e jogos duraram cem dias, durante os quais morreram 9 mil animais e 2 mil gladiadores.

As atividades do Coliseu foram encerradas em 523 d.C., mas o espaço permanece carregado de uma clima misterioso e símbolo do Império Romano e da cidade eterna.

Roma (continuação)

Símbolos e curiosidades

Devido à sua história milenar, são associados vários símbolos a Roma: o Coliseu, a *Lupa Capitolina* , os símbolos do cristianismo, e o famoso acrônimo S.P.Q.R., utilizado durante a expansão imperial para designar as terras como sendo d' *O Senado e* (d)*o Povo Romano*.

As cores da cidade são o dourado e vermelho, representando, respectivamente, o cristianismo e o Império Romano.

Também devido à sua longa história, e dada a sua importância, Roma sempre teve uma população diversa, caracterizada pelos diversos fluxos migratórios. Assim, costuma-se dizer que um *verdadeiro romano* é aquele cuja família viveu em Roma pelo menos durante sete gerações.

Principais imperadores romanos

- Augusto (27 a.C. - 14 d.C)
- Tibério (14-37)
- Caligula (37-41)
- Nero (54-68)
- Marco Aurelio (161-180)
- Comodus (180-192).

Roma hoje

Com uma população de quase 3 milhões de habitantes, Roma é a capital da Itália. Nela situa-se o Vaticano, território independente, sede da igreja católica, e onde reside o papa.

Ao fundo, a Basílica de São Pedro, no Vaticano. Construída no século XVII por Bernini, pintor, escultor e arquiteto italiano. A obra apresenta uma perfeição técnica considerada inigualável.

Colunata da Basílica de São Pedro, no Vaticano.

As praças e ruas do centro histórico romano são consideradas o maior museu ao ar livre do mundo.

Igrejas, edifícios, estátuas, monumentos formam um inestimável tesouro de arte e cultura. Milhões de turistas visitam a cidade todos os anos.

Quase 12 mil pessoas, entre técnicos, funcionários da administração, vigias e operários, tem como única ou principal atividade a proteção e a conservação do patrimônio artístico e cultural da cidade. Apesar disso, os edifícios históricos e as obras de arte estão seriamente ameaçados.

Um dos maiores inimigos dos monumentos históricos de Roma é a poluição causada pela fumaça lançada dos veículos. Ela provoca uma reação química que esfarinha as pedras, mesmo as mais duras e resistentes. A velocidade da corrosão já foi até calculada: é de 5 milímetros em cada trinta anos. Esse ritmo vem arruinando baixos-relevos, colunas, portas e esculturas de valor inestimável.

O governo italiano está investindo para restaurar esse patrimônio. Mas restaurar não é suficiente: é preciso conservar. Para isso, estão sendo tomadas medidas para que a área do centro histórico romano deixe de ser uma das poluídas da Europa.

Fontana di Trevi, em Roma.

Império Bizantino

O Império Bizantino ou Reinado Bizantino, inicialmente conhecido como Império Romano do Oriente ou Reinado Romano do Oriente, sucedeu o Império Romano (cerca de 395) como o império e reinado dominante do Mar Mediterrâneo.

Sob Justiniano I, considerado o último grande imperador romano, dominava áreas no atual Marrocos, Cartago, sul da França e da Itália, bem como suas ilhas, Península Balcânica, Anatólia, Egito, Oriente Próximo e a Península da Crimeia, no Mar Negro. Sob a perspectiva ocidental, não é errado inserir o Império Bizantino no estudo da Idade Média, mas, a rigor, ele viveu uma extensão da Idade Antiga.

Os historiadores especializados em Bizâncio em geral concordam que seu apogeu se deu com o grande imperador da dinastia Macedônica, Basílio II *Bulgaroctonos* (Mata-Búlgaros), no início do século IX. A sua regressão territorial gradual delineou a história da Europa medieval, e sua queda, em 1453, frente aos turcos otomanos, marcou o fim da Idade Média.

Origem

O Império Bizantino surgiu quando o imperador romano Constantino I decidiu construir sobre a antiga cidade grega de Bizâncio uma nova capital para o Império Romano, mais próxima às rotas comerciais que ligavam o Mar Mediterrâneo ao Mar Negro, e a Europa à Ásia.

Além disso, já havia algum tempo que Roma era preterida por seus imperadores que optavam por outras sedes de governo, em especial cidades mais próximas das fronteiras ou onde a pressão política fosse menor. Em geral, eles tendiam a escolher Milão, mas as fronteiras que estavam em perigo na época de Constantino eram as da Pérsia ao Leste e as do Danúbio ao norte, muito mais próximas da região dos estreitos.

A nova capital, batizada de Constantinopla em homenagem ao Imperador, unia a organização urbana de Roma à arquitetura e arte gregas, com claras influências orientais. É uma cidade estrategicamente muito bem localizada, e sua resistência a dezenas de cercos prova a boa escolha de Constantino. Em pouco tempo, a cidade renovada tornar-se-ia uma das mais movimentadas e cosmopolitas de sua época. Sua religião, língua e cultura eram essencialmente gregas, e não romanas, mas para os bizantinos a palavra "grego" significava, de maneira injuriosa, "pagão". Os persas e os árabes também chamavam os bizantinos de "romanos". A palavra bizantino vem de Bizâncio, o antigo nome da capital do Império Romano do Oriente, Constantinopla. O termo bizantino começou a ser utilizado somente depois do século XVII, quando os historiadores o criaram para fazer uma distinção entre o império da Idade Média e o da Antiguidade. Tradicionalmente, era conhecido apenas como Império Romano do Oriente (devido à divisão do Império feita pelo imperador romano Teodósio I, no século IV da Era Cristã).

Identidade, continuidade e consciência

O Império Bizantino pode ser definido como um império formado por várias nações da Eurásia que emergiu como império cristão e terminou seus mais de 1000 anos de história em 1453 como um estado grego ortodoxo: o império se tornou nação.

Nos séculos que seguiram às conquistas árabes e lombardas do século VII, esta natureza inter-cultural (assinalamos: não multinacional) permaneceu ainda nos Bálcãs e Ásia Menor, onde residia uma poderosa e superior população grega.

Os bizantinos identificavam a si mesmos como romanos, e continuaram usando o termo quando converteu-se em sinônimo de helênico. Preferiram chamar a si mesmos, em grego, *romioi* (quer dizer povo grego cristão com cidadania romana), ao mesmo tempo que desenvolviam uma consciência nacional como residentes de ***Romania*** (*Romania* é como o estado bizantino e seu mundo foram chamados na sua época). O nacionalismo se refletia na literatura, particularmente nas canções e em poemas como o Akritias, em que as populações fronteiriças (de combatentes chamados *akritas*) se orgulhavam de defender seu país contra os invasores.

Ainda que os antigos gregos não fossem cristãos, os bizantinos os reclamavam como seus ancestrais. De fato, os bizantinos se referiam a eles mesmos como *romioi* por ser uma forma de reter tanto sua cidadania romana quanto sua herança ancestral grega. Um substituto comum do termo "heleno" (que tinha conotações pagãs) tanto como o de *romioi*, foi o termo *graekos* (grego). Este termo foi usado frequentemente pelos bizantinos (tanto como *romioi*) para sua auto-identificação étnica.

A dissolução do estado bizantino no século XV não desfez imediatamente a sociedade bizantina. Durante a ocupação otomana, os gregos continuaram identificando-se como romanos e helenos, identificação que sobreviveu até princípios do século XX e que ainda persiste na moderna Grécia.

Império Bizantino (continuação)

Dinastias latinas

Nesse período, os imperadores buscaram combater o helenismo, predominando as instituições latinas. O latim também foi mantido como língua oficial.

De 395 a 457, estendeu-se a dinastia Teodosiana, cujo primeiro imperador foi Arcádio, responsável pela expulsão dos visigodos no final do século IV. Destacou-se também o cerco de Átila, o Huno, afastado, em 443, por meio do pagamento de um resgate de seis mil libras de ouro.

De 457 a 518, estendeu-se a dinastia Leonina que foi deposta em 477 mais somente o Imperador *Basilisco* ou (Bizânico) e foi restaurada em 491 por Anastácio I um de seus herdeiros, na qual destacou-se, em 488, o acordo de

combate aos hérulos levado a efeito entre o imperador Zenão I e o rei dos ostrogodos, Teodorico.

O Império Bizantino, 1265. The Historical Atlas, William R. Shepherd, 1911.

A mais importante dinastia latina foi a Justiniana (518-610). Nela, o imperador Justiniano I (527-565) buscou restaurar e dispor sob sua inteira autoridade a vastidão típica do Império dos Antoninos (96-192). Em 534, sob o comando do general Belisário, o exército de Justiniano conquistou o Reino dos Vândalos. Em 554, com a conclusão das Guerras Góticas, na Península Itálica, o Império abraçava também o Reino dos Ostrogodos.

Para a posteridade, porém, o maior legado desse período foi o *Corpus Juris Civili*, base, ainda hoje, da maioria dos códigos legislativos do mundo. O *Corpus Juris Civili* era dividido em quatro partes: o Código Justiniano - compilação de todas as leis romanas desde Adriano (117-138) -, o Digesto ou *Pandectas* - reunião de trabalhos de jurisprudência de grandes juristas -, as Institutas - espécie de manual que facilitava o uso do Código ou do Digesto -, e as *Novelas* ou *Autênticas* - novas leis decretadas por Justiniano e seus sucessores.

Justiniano ordenou também a construção da Basílica de Santa Sofia, com estilo arquitetônico próprio, o qual convencionou-se chamar de *estilo bizantino*.

No século VI, para combater a heresia do nestorianismo, o Patriarca de Alexandria, Dióscoro, desenvolveu o monofisismo, formulação teológica também condenada pela Igreja Católica e muito ligada a ideais de emancipação política no Egito e na Síria. Desencadearam-se então movimentos de perseguição aos monofisistas, protegidos, no entanto, pela esposa de Justiniano, a Imperatriz

Teodora. Buscando manter a unidade do Império, Justiniano desenvolveu a heresia do monotelismo, uma tentativa de conciliação entre o monofisismo e o nestorianismo.

O cesaropapismo de Justiniano, que inclusive muito marcou o Império Bizantino, gerava distúrbios na ordem e insatisfação da população, já indignada com a cobrança abusiva de impostos. Em 532, estourava a Revolta de Nika, sufocada completamente pelo general Belisário após oito dias.

Justiniano ainda se viu às voltas com terremotos, fome e a grande peste de 544. Após sua morte, os lombardos, até então estabelecidos na Panônia como aliados, invadiram, em 568, a Itália setentrional. Os bizantinos mantiveram ainda o Exarcado de Ravenna, os ducados de Roma e Nápoles, a Ístria, a Itália Meridional e a Sicília.

Os Justinianos ainda enfrentaram as investidas do Império Persa Sassânida, no Oriente, e dos ávaros, no norte. Para tanto, deixaram para segundo plano a proteção dos territórios conquistados na Espanha, no norte da África e na Itália, o que facilitou a posterior fixação, nestas regiões, dos maometanos e dos Estados da Igreja.

O apogeu

Contudo, o Império sobreviveu, graças aos disciplinados exércitos, ao emprego do fogo grego nas batalhas marítimas e a bons imperadores e generais. Entre os séculos VII e IX, desenvolveu-se o movimento iconoclasta, que condenava o culto das imagens. Vários imperadores iconoclastas enfrentaram problemas internos, resultantes de uma população que não aderia ao movimento religioso. Já contra os turcos, os imperadores deste tempo conseguiram manter seus territórios e se defender relativamente bem contra os inimigos.

Em 867, subiu ao trono Basílio I, dando início à Dinastia Macedônica, que levou o Império ao auge. Muitas vitórias foram obtidas frente aos turcos, eslavos e búlgaros. Basílio II, que governou de 976 a 1025, completou a expansão do Império. Ele prejudicou os grandes proprietários rurais em favor dos camponeses e venceu de uma vez por todas a Bulgária, incorporando-a ao Império e recebendo a fama de *Bulbassaurus* (Mata-Búlgaros). Venceu os normandos em Canas e restabeleceu a autoridade imperial na Apúlia (Itália).

Bandeira bizantina do século XIII

Império Bizantino

O declínio

A maré de sorte do Império, entretanto, parecia ter acabado. Em 1071, o imperador bizantino Diógenes IV foi vencido e capturado pelos turcos seljúcidas na Batalha de Manzikert. Essa batalha marcou a desintegração do sistema defensivo que durante séculos protegeu a Ásia Menor e a entrada dos turcos na península anatólica. Com isso o Império perdeu até um terço de sua população e recursos.

Por mais que a dinastia subsequente, aquela dos Comneni, tentasse recuperar o Império, ataques do ocidente e do norte e a própria sorte dos imperadores impediram isso. A Península Itálica estava definitivamente perdida. O declínio do Império veio acompanhado de uma subserviência comercial aos interesses ora da República de Veneza (com a qual o próprio Basílio II assinou um tratado), ora da República de Gênova, até que finalmente Veneza desviou a Quarta Cruzada para Constantinopla, que caiu frente aos cruzados em 1204.

Três Estados com governantes bizantinos surgiram depois da primeira "queda" de Constantinopla:

- O Império de Niceia
- O Despotado do Épiro
- O Império de Trebizonda

Destes, é o Império de Niceia que é considerado o verdadeiro sucessor. Governado por imperadores fortes e bons, se tornou a primeira potência territorial na Ásia Menor. A agricultura se desenvolveu, assim como o comércio, e várias cidades na Europa foram recuperadas. Os Paleólogos, faltando com o seu juramento de lealdade, assassinaram o legítimo imperador e depuseram a dinastia dos Vatatzes-Laskaris. Miguel VIII Paleólogo fez uma aliança com Gênova e conseguiu reconquistar a antiga capital do Império Bizantino no dia 25 de julho de 1261.

Contudo a dinastia dos Paleólogos não conseguiu recuperar a antiga glória imperial. A retirada de tropas da Ásia para a defesa e reconquista da Europa

abriu caminho para os vários emirados turcos, inclusive aquele dos Otomanos, se instalarem em antigos territórios do Império de Niceia.

Sem os territórios asiáticos e com a colonização comercial de Veneza e Gênova, o destino do Império estava selado. Especialmente prejudicial era colônia genovesa de Pera, que, instalada de frente a Constantinopla, dominava o comércio local, importante para os bizantinos. Apesar de várias tentativas de obter apoio ocidental, culminando com a promessa de união entre a Igreja Católica Romana, com sede em Roma, e a Igreja Católica Ortodoxa, com sede em Constantinopla, no Concílio de Ferrara/Florença, poucos foram os resultados. A cruzada pregada pelo papado para o resgate da Nova Roma foi vencida pelos otomanos. A viagem do imperador João VIII ao Ocidente não rendeu frutos, apesar dele ter sido muito bem tratado nos reinos ocidentais.

A queda de Constantinopla

A queda de Constantinopla significou a perda de um posto estratégico do cristianismo, que assegurava o acesso de comerciantes europeus em direção às rotas comerciais para a Índia e a China, sobretudo para os comerciantes venezianos e genoveses. Com a dominação turca, a rota entre o Mediterrâneo e o Mar Negro ficou, senão bloqueada aos navios cristãos, ao menos dificultada. Isto impulsionou uma corrida naval em busca de outra rota em direção à Índia através do Oceano Atlântico, contornando a África,.Espanha e Portugal rapidamente tiraram vantagem da posição geográfica para dominar as novas rotas, causando o declínio das repúblicas marítimas de Veneza e Gênova. No final do século XV, financiado pelos reis de Espanha, Cristóvão Colombo partiu para uma ousada tentativa de alcançar a Ásia em uma nova rota através do oceano, para oeste, descobrindo um novo continente, a América, descortinando um novo mundo para os europeus. Este mesmo processo de fechamento do comércio no mar mediterrâneo, no qual os turcos otomanos impediram o avanço europeu, fez com que toda a região balcânica se tornasse mais dependente da produção própria, juntamente com a península itálica. As diversas transformações econômicas e políticas que se seguiram à queda do Império Romano do Oriente levaram os historiadores a convencionarem o ano de 1453 como o marco do fim da Idade Média e do fim do feudalismo na Europa, fazendo do Império Bizantino um grande marco para as descobertas de novas terras, e para o desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Império Bizantino (continuação)

A arte bizantina

A arte Bizantina teve seu centro de difusão a partir da cidade de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, e desenvolveu-se a princípio incorporando características provenientes de regiões orientais, como a Ásia Menor e a Síria.

A arte Bizantina teve seu centro de difusão a partir da cidade de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, e desenvolveu-se a princípio incorporando características provenientes de regiões orientais, como a Ásia Menor e a Síria.

A aceitação do cristianismo a partir do reinado de Constantino e sua oficialização por Teodósio procuraram fazer com que a religião tivesse um importante papel como difusor didático da fé ao mesmo tempo que serviria para demonstrar a grandeza do Imperador que mantinha seu caráter sagrado e governava em nome de Deus.

A tentativa de preservar o caráter universal do Império fez com que o cristianismo no oriente destacasse aspectos de outras religiões, isso explica o desenvolvimento de rituais, cânticos e basílicas.

O apogeu da cultura bizantina ocorreu durante o reinado de Justiniano (526-565 d.C.), considerada como a Idade de Ouro do império.

Arquitetura

O grande destaque da arquitetura foi a construção de Igrejas, facilmente compreendido dado o caráter teocrático do Império Bizantino. A necessidade de construir Igrejas espaçosas e monumentais, determinou a utilização de cúpulas sustentadas por colunas, onde haviam os capitéis, trabalhados e decorados com revestimento de ouro, destacando-se a influência grega.

A Igreja de Santa Sofia é o mais grandioso exemplo dessa arquitetura, onde trabalharam mais de dez mil homens durante quase seis anos. Por fora o templo era muito simples, porém internamente apresentava grande suntuosidade, utilizando-se de mosaicos com formas geométricas, de cenas do Evangelho.

Basílica de Santa Sofia, Istambul, Turquia.

Interior da Basílica de Santa Sofia

Na cidade italiana de Ravena, conquistada pelos bizantinos, desenvolveu-se um estilo sincrético, fundindo elementos latinos e orientais, onde se destacam as Igrejas de Santo Apolinário e São Vital, destacando-se esta última onde existe uma cúpula central sustentadas por colunas e os mosaicos como elementos decorativos.

Pintura e Escultura

A pintura bizantina não teve grande desenvolvimento, pois assim como a escultura sofreram forte obstáculo devido ao movimento iconoclasta . Encontramos três elementos distintos: os ícones, pinturas em painéis portáteis, com a imagem da Virgem Maria, de cristo ou de santos; as miniaturas, pinturas usadas nas ilustrações dos livros, portanto vinculadas com a temática da obra; e os afrescos, técnica de pintura mural onde a tinta era aplicada no revestimento das paredes, ainda úmidos, garantindo sua fixação.

Destaca-se na escultura o trabalho com o marfim, principalmente os dípticos, obra em baixo relevo, formada por dois pequenos painéis que se fecham, ou trípticos, obras semelhantes às anteriores, porém com uma parte central e duas partes laterais que se fecham.

Pintura bizantina de caráter religioso

Mosaicos bizantinos

O Mosaico foi uma forma de expressão artística importante no Império Bizantino, principalmente durante seu apogeu, no reinado de justiniano, consistindo na formação de uma figura com pequenos pedaços de pedras colocadas sobre o cimento fresco de uma parede. A arte do mosaico serviu para retratar o Imperador ou a imperatriz, destacando-se ainda a figura dos profetas.

Mosaico bizantino

Antiguidade Clássica - Grécia

O termo Antiguidade Clássica refere-se a um longo período da História da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476. No eixo condutor desta época, que a diferencia de outras anteriores ou posteriores, estão os fatores culturais das suas civilizações mais marcantes, a **Grécia** e a **Roma** antigas.

Localização

A Grécia antiga compreendia uma região chamada Hélade e ocupava o sul dos Bálcãs (Grécia continental), a Península do Peloponeso (Grécia peninsular), as ilhas do Mar Egeu (Grécia Insular), além das colônias na costa da Ásia Menor e no sul da Península Itálica (Magna Grécia).

Divisão da história da Grécia

A história da Grécia é dividida, pelos historiadores, em quatro períodos principais:

- Pré-Homérico
- Homérico
- Arcaico
- Clássico

Período Pré-Homérico

O período Pré-Homérico corresponde ao apogeu e à decadência da civilização cretense, que se desenvolveu em Creta, a maior ilha do Mar Egeu. Essa ilha era povoada por tribos que, provavelmente, tenham vindo da Ásia Menor.

Durante esse período, outros povos dirigiram-se a Grécia: os aqueus, que se estabeleceram na Grécia continental e também na Ilha de Creta. Os aqueus dominaram os cretenses por volta de 1400 a.C. dando origem à civilização creto-micênica. Além dos aqueus, os jônios e os eólios também chegaram a Grécia. De todos esses povos, o mais importante foi o dório, com características guerreiras, que deram novo rumo à História Grega. Os dórios destruíram a civilização creto-micênica e conquistaram a Grécia. Esses acontecimentos anunciaram um novo período da História da Grécia – o período Homérico.

O período homérico

A partir das invasões dórias teve início um período muitas vezes chamado de homérico, porque o conhecimento que se tem da sociedade grega da época se deve, em grande parte, a dois poemas – a *Ilíada* e a *Odisseia* -, atribuídos a Homero. A *Ilíada* narra a guerra de Troia, e a Odisseia, as aventuras do herói grego Ulisses (Odisseu) em sua viagem de volta a Grécia após a conquista de Troia. Há muita discussão sobre a autoria desses poemas. Muitos estudiosos

defendem que Homero nunca existiu e que esses teriam sido obras do passado coletivo grego, tendo sido transmitidos oralmente de geração em geração.

Com a invasão dória, um novo modelo social se implantou: a produção passou a ser de subsistência, com exploração da mão-de-obra familiar, auxiliada por uns poucos assalariados e escravos; a arte e a escrita desapareceram; o artesanato decaiu; as armas de bronze finalmente trabalhadas foram aos poucos sendo substituídas por artefatos grosseiros, feitos de ferro; e o sepultamento em magníficos túmulos foi substituído pela cremação simples.

Nesse período a população passou a se organizar em pequenas comunidades, cuja unidade básica era a família. Essa forma social é chamada de genos. Cada geno possuía seu próprio líder, seu culto religioso e suas leis.

Com o passar dos tempos, os genos foram se ampliando e acabaram dando origem a um outro tipo de organização da vida social e política – a polis, ou cidade-Estado que foi a característica do período seguinte da história grega.

Grécia Antiga

Período Arcaico

O período Arcaico inicia-se com a reunião dos genos em unidades políticas maiores, chamadas *pólis* ou cidades-Estados.

Nesse tipo de organização não existia um governo único, cada cidade-estado tinha suas leis, seu governo, sua economia e sua sociedade própria e independente. O palácio do governo e os templos eram construídos em uma colina fortificada, a acrópole.

As pólis gregas possuíam uma arquitetura parecida. Na parte baixa ficava uma praça, a *ágora,* onde aconteciam as assembleias dos cidadãos e as transações comerciais. Era também onde os juizes da cidade julgavam os criminosos e onde se realizavam os festivais de poesias e os jogos praticados em honra aos deuses. As duas pólis mais importantes foram **Esparta** e **Atenas**.

O Partenon, na acrópole de Atenas

Esparta: uma cidade militar

Esparta foi fundada pelos dórios por volta do século IX a.C. Situava-se em uma região chamada Lacônia. As condições naturais da região onde ficava Esparta eram muito áridas: o solo montanhoso e seco dificultava o abastecimento da cidade. Essas condições adversas levaram os espartanos a conquistar terras férteis por meio de guerras.

O poder em Esparta era exercido por um pequeno grupo ligado às atividades militares. Apenas uma minoria participava das decisões políticas e administrativas – *os esparciatas* - que se dedicavam única e exclusivamente à política e à guerra.

A vida em Esparta girava em torno da guerra. Os espartanos temiam que os povos que haviam conquistado se rebelassem; temiam também que os escravos se revoltassem. A necessidade de garantir o poder dos esparciatas e o medo de que ideias vindas de fora colocassem em xeque esse poder faziam com que as viagens fossem proibidas e os contatos comerciais fossem quase inexistentes. Esparta fechava-se em torno de si mesma, impondo aos seus habitantes um modo de vida autoritário e de subordinação aos interesses do Estado.

A agricultura, o artesanato e o comércio eram praticados pelos *periecos,* uma camada de homens livres, mas sem direito de participar da política em Esparta. Os escravos eram chamados de *hilotas*, pertenciam ao Estado e trabalhavam para os esparciatas.

Os jovens eram educados pelo Estado. Desde os sete anos deixavam as casas de suas famílias e se dirigiam para locais de treinamento militar.

Atenas e a democracia: o avesso de Esparta

Atenas, hoje a capital da Grécia, localizava-se no centro da planície Ática, às margens do Mar Egeu. Foi o avesso de Esparta: teve uma vida urbana e aberta

às novidades. A atividade comercial foi a base de sua economia e os atenienses praticaram intenso comércio com diversos povos.

A sociedade ateniense era dominada pelos *eupátridas,* que eram grandes proprietários de terras. Contudo, o poder dos eupátridas era constantemente desafiado pelas camadas menos favorecidas e pelos comerciantes, que exigiam maior igualdade de direitos.

E por que esses segmentos desafiavam o poder dos eupátridas? Os pequenos proprietários, muitas vezes sem recursos. Viviam constantemente ameaçados pela escravidão por dívidas. Já os comerciantes, artesãos e assalariados urbanos, que eram chamados *demiurgos,* estavam excluídos das decisões políticas da pólis e também queriam participar delas.

O resultado dessas pressões constantes foi uma reforma nas leis feita por Sólon, um juiz ateniense. Por essa reforma, foi abolida a escravidão por dívidas e foi ampliado o direito de voto, de acordo com a riqueza que cada um possuía.

Porém, as reformas de Sólon só beneficiaram os comerciantes ricos. O resto da população continuou excluída das decisões políticas da pólis. A situação em Atenas não era nada calma com a pressão constante dos excluídos. Além disso, a cidade foi dominada pelo tirano (link dicionário) Pisistrato por mais de 30 anos.

Com o fim da tirania, foi Clistenes, um aristocrata preocupado com os problemas das camadas populares, o responsável por uma nova reforma. Ampliou a participação e o direito de decisão política para todos os cidadãos atenienses, isto é, todos os homens livres e nascidos em Atenas, maiores de 18 anos. A cidade foi dividida em *demos*, um tipo de distrito que elegia seus representantes para a assembleia. Esta, por sua vez, escolhia as pessoas que iriam integrar o conselho, responsável pelo governo da cidade.

Continuavam excluídos da pólis os estrangeiros, as mulheres e os escravos. Como você pode observar, os benefícios da democracia ateniense estavam reservados somente aos cidadãos, o que é diferente da democracia dos nossos dias.

A educação em Atenas era bastante diferente da adotada em Esparta. Os atenienses acreditavam que sua cidade-Estado seria mais forte se cada menino desenvolvesse integralmente suas melhores aptidões. O ensino não era gratuito nem obrigatório, ficando a cargo da iniciativa particular. Os garotos entravam para a escola aos 6 anos e ficavam sob a supervisão de um pedagogo, com quem estudavam aritmética, literatura, música, escrita e educação física. Interrompiam os estudos apenas nos dias de festas religiosas, e, quando completavam 18 anos, eram recrutados pelo governo para treinamento militar, que durava cerca de dois anos.

As mulheres de Atenas estavam reservadas apenas as funções domésticas. Os pais tratavam de casar logo as ilhas adolescentes, as quais, após núpcias, ficavam sob o domínio total dos maridos. Nesse mundo masculino, ficar em casa

e em silencio era o maior exemplo de virtude para representantes do sexo feminino.

Grécia Antiga (continuação)

O governo nas cidades-Estados

As cidades-Estado gregas conheceram a maioria dos sistemas de governo existentes hoje. Atenas e Esparta, que sempre foram rivais, podem servir de exemplos para estudarmos os tipos de governo que existiram nas demais cidades.

A monarquia foi o regime político inicial em todas as póleis gregas; todas elas foram, pelo menos inicialmente, governadas por reis. Além de governarem as cidades, os reis também desempenhavam funções religiosas, atuando como sacerdotes e representantes dos deuses.

Na cidade de Esparta o governo era exercido simultaneamente por dois reis e dele participavam duas assembleias: a Apela, formada por representantes do povo, e a Gerúsia, um conselho de anciãos. O poder dos reis espartanos era limitado; magistrados dos conhecidos como éforos vigiavam suas atividades.

As leis em Esparta foram elaboradas por Licurgo, o legislador que transformou a cidade em um Estado militarista.

Outro sistema conhecido pelos gregos foi a oligarquia, em que o poder ficava dividido entre pessoas que pertenciam às famílias mais importantes de uma cidade. O termo oligarquia significa “governo de poucos”.

Em algumas cidades, os governos oligárquicos foram derrubados pela força. Aqueles que assumiam o poder em seguida eram conhecidos como tiranos.

A tirania – governo dos tiranos – se estabelecia e se mantinha no poder por meio da força.

O ostracismo

O reformador Clistenes implantou uma lei em Atenas determinando eu qualquer cidadão que ameaçasse a segurança da cidade poderia ser condenado ao exílio por dez anos, isso era chamado de ostracismo. Ela lei procurava evitar que se repetisse um governo tirano em Atenas.

Imagem de uma ostraca, objeto em que se escreviam os nomes dos condenados ao ostracismo. Essa é a ostraca em que foi escrito o nome de Themistocles, estadista e general grego.

O período clássico

A democracia ateniense atingiu seu apogeu durante o governo de Péricles, no século V a.C. que marcou o início do chamado Período Clássico.

Contudo, as desavenças internas, a escassez de terras e a necessidade de expansão do comércio levaram as cidades gregas, entre elas Atenas, a conquistar várias áreas coloniais, próximas ou distantes. Os espartanos não gostaram dessa expansão territorial de Atenas e a disputa por melhores terras determinou a criação de dois grupos rivais: a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta, e a Liga de Delos, sob a liderança de Atenas.

No início do século V a.C., iniciou-se a chamada Guerra do Peloponeso, na qual Atenas saiu derrotada. Esse acontecimento foi o começo do declínio das antigas cidades-Estados gregas.

Gregos contra Persas

Entre os séculos VI e V a.C., a expansão do Império Persa passou a ameaçar a autonomia das cidades-estados gregas. Por volta de 500 a.C., os persas dominavam várias colônias gregas na Ásia Menor e seu objetivo era conquistar também a Grécia. Na luta contra o inimigo comum, as cidades-estados se uniram e conseguiram derrotar os persas em várias batalhas. Esse conflito, que durou vários anos, ficou conhecido como Guerras Greco-pérsicas ou Guerras Médicas, assim denominadas porque os gregos chamavam os persas de medos.

Gregos contra gregos

A decadência da civilização grega iniciou-se a partir das Guerras do Peloponeso, quando os gregos lutaram contra os gregos. As origens do conflito estão no descontentamento geral, sobretudo de Esparta, em relação à supremacia ateniense.

Esparta era aristocrática e estava determinada a manter sua organização sem interferências ou influencias atenienses. Atenas, democrática e também poderosa guerreira, estava disposta a impor suas ideias e princípios.

Na primeira fase da guerra, entre 431 e 421 a.C., houve um certo equilíbrio entre as partes, com espartanos e atenienses conseguindo algumas vitórias. Após esse período as duas cidades fizeram um acordo de paz que deveria durar 50 anos.

Entre 415 e 413 a.C., a trégua foi quebrada pelos atenienses, que desejavam conquistar regiões dominadas pelos espartanos. Atenas foi derrotada e perdeu parte de sua frota e contingente militar. Os anos seguintes, de 413 a 404 a.C., podem ser considerados de ofensiva dos espartanos. Esparta aniquilou definitivamente Atenas, já bastante enfraquecida pelas perdas anteriores, iniciando sua hegemonia (domínio) sobre o mundo grego.

Grécia Antiga (continuação)

A conquista do território grego pela Macedônia

Atenas, o centro glorioso do século de ouro da Grécia, chegava ao fim. Esparta também não teve destino diferente; enfim, todas as cidades-estados ficaram enfraquecidas com as Guerras do Peloponeso e tornaram-se alvos fáceis para a dominação de outros povos.

Os macedônios, povo que habitava o norte da Grécia, conseguiram progredir e fortalecer-se econômica e militarmente. Aproveitando-se da fraqueza e da desunião dos gregos, Filipe II, o rei da Macedônia, preparou um poderoso exército e conquistou o território grego.

A política expansionista iniciada por Filipe II teve continuidade com seu filho e sucessor Alexandre Magno, conhecido também como Alexandre O Grande, que consolidou a dominação da Grécia e iniciou a conquista do império Persa.

A Macedônia tornou-se o centro do maior império formado até então, que só seria superado anos depois pelo Império Romano.

As conquistas de Alexandre Magno, promovendo a fusão das culturas das várias regiões conquistadas no Oriente com os valores gregos deu origem a cultura *helenística*, que teve como centro de difusão cultural Alexandria, no Egito, e Pérgamo, na Ásia Menor.

Os Conhecimentos da Grécia Antiga

Os gregos foram os responsáveis pelo nascimento da Filosofia, termo grego que significava *amor à sabedoria,* por volta do século IV a.C., na cidade de Mileto. Um dos mais importantes pensadores gregos foi Pitágoras anexo, matemático e filósofo. Pitágoras desenvolveu a ideia de que o princípio comum do homem, dos animais, vegetais e minerais era o átomo, considerado a menor parte da matéria. Segundo Pitágoras, o que diferenciava os seres animados e inanimados eram as diferentes estruturas que os átomos formavam em cada um deles. Além disso, ele formulou teorias sobre números e os classificou em várias categorias: os

pares, os impares e os números primos. Defendia, também, a ideia de que a Terra era redonda.

Os responsáveis pelo apogeu da filosofia grega no século IV a.C. foram Sócrates anexo, Platão anexo e Aristóteles anexo .

Sócrates não deixou nenhuma obra escrita. Ensinava nas ruas e nas praças. Seu principal discípulo foi Platão, cujas obras, em forma de diálogos, conservam-se até nossos dias. Aristóteles, por sua vez, foi o mais importante discípulo de Platão. Foi responsável pelo estabelecimento das bases da Lógica, ciência que estuda os métodos e processos que possibilitam diferenciar os argumentos verdadeiros dos falsos nos estudos filosóficos. A Lógica é, até hoje, um instrumento fundamental para todas as outras ciências.

Entre os matemáticos gregos, além de Pitágoras, conhecido como o "pai da matemática", estão Euclides anexo,. Que estabeleceu os fundamentos da Geometria, e Arquimedes anexo, conhecido pelo famoso "Principio de Arquimedes" segundo o qual *um corpo mergulhado na água sofre, de baixo para cima, um impulso equivalente ao líquido que deslocou*.

Os médicos também eram profissionais muito respeitados. O mais importante deles foi Hipócrates de Cós anexo, que é considerado o "Pai da Medicina". Ainda hoje, os médicos, ao se formarem, prestam o chamado "juramento de Hipócrates" anexo.

Hipócrates, naquela época, já utilizava procedimentos muito parecidos aos que utilizam nossos médicos para fazer diagnóstico de doenças como examinar o globo ocular, verificar a temperatura do corpo, aspecto da urina e das fezes, entre outros.

Ao lado da Medicina praticada pelos médicos, havia também, tratamentos populares baseados na superstição e na magia. Uma das práticas mais comuns era pendurar amuletos no pescoço, atitude essa, tida como infalível para a prevenção e cura de várias doenças.

Os mesmo avanços se verificaram na Astronomia e no campo da Geografia. Por volta do século II a.C., os gregos mapearam o mundo conhecido, dividindo-o em meridianos e paralelos e em três zonas: a frígida, a temperada e a tórrida. Usando cálculos matemáticos, mediram a circunferência da terra, as distâncias dela do Sol e da Lua.

A preocupação dos gregos com a ciência era muito grande. Suas bibliotecas eram repletas de obras importantes e todas elas possuíam cópias, para não se perderem em caso de incêndio ou de outro tipo de desastre.

E como os gregos trataram a História? Alguns historiadores gregos tiveram uma grande importância para o desenvolvimento dessa área de conhecimento, ao substituírem os mitos poéticos pela explicação histórica. Os principais historiadores gregos foram Heródoto anexo , considerado "o pai da história" , que

escreveu uma obra sobre a guerra dos gregos contra os persas, e Tucídides, que narrou a historia da Guerra do Peloponeso, da qual participou.

Continua após a publicidade

O teatro grego e o legado cultural

Os gregos alcançaram notável desenvolvimento cultural e artístico. Sua produção tornou-se tão rica e fecunda que ultrapassou os limites do tempo e do espaço geográfico e influenciou toda a cultura ocidental e algumas sociedades orientais.

O teatro que surgiu na Grécia Antiga era diferente do atual. Os gregos assistiam à peças de graça, mas não frequentavam o teatro quando queriam. Ir ao teatro era um dos compromissos sociais das pessoas. Assim como havia rituais religiosos e assembleias para decidir os rumos das cidades, existiam festivais de teatros. Dedicados às tragédias ou às comédias, eles eram financiados pelos cidadãos ricos. E o governo pagava aos mais pobres para comparecer às apresentações.

Os festivais dedicados à tragédia ocorriam em teatros de pedra, ao ar livre, onde se escolhia o melhor autor. Embora alguns atores fizessem sucesso, os grandes ídolos do teatro eram os autores. As apresentações duravam vários dias e começavam com uma procissão em homenagem ao deus Dionísio, considerado o protetor do teatro. A plateia acompanhava as peças o dia todo e reagia intensamente às encenações.

Atores e um coro participavam das apresentações. No palco, os atores pareciam gigantes. Usavam sapatos de sola alta, roupas acolchoadas e máscaras feitas de pano engomado e pintados, decoradas com perucas e capazes de amplificar as vozes.

A partir do Império Romano – que sucedeu a civilização grega -, o teatro entrou em declínio. Os romanos preferiram o circo – na época, voltado para lutas entre gladiadores e animais -, que predominou nos teatros das principais cidades do império.

Além do teatro, os gregos desenvolveram outras formas de expressão artística , tais como escultura, a pintura, a música e a arquitetura.

Cópia do Discóbolo de Míron.

O mármore e o bronze eram utilizados por escultores como Fídias e Míron.

Na arquitetura, os gregos demonstraram grande habilidade em projetos de templos e edifícios públicos. Para sustentar o peso das construções empregavam colunas, sem usar argamassa.

Partenon de Atenas.

Grécia Antiga (continuação)

As pinturas desapareceram em sua grande maioria, podendo ser vistas apenas em alguns vasos que foram preservados.

A música era executada por um só instrumento de sopro ou de cordas, sendo os favoritos a lira, a cítara e o aulo, um tipo de flauta. O canto era muito apreciado, e, por isso, escreveram-se muitos poemas em forma de canção para acompanhamento com lira.

A cultura grega legou para a humanidade obras de arte fascinantes e um conjunto de ideias que até hoje influenciam o pensamento de filósofos, estudiosos e cientistas.

Vaso grego, 500-490 a.C., Louvre, Paris.

Detalhe de um vaso grego.

Conjunto grego tocando harpa, cítara e lira

A religião na Grécia

Os gregos eram politeístas, isto é, acreditavam em vários deuses, assim como a maioria dos povos da Antiguidade. Mas, ao contrário dos outros povos, tinham uma grande intimidade com seus deuses, pois acreditavam que eles estavam a serviço das pessoas.

Os deuses gregos possuíam características humanas, defeitos e qualidades, fraquezas e paixões. A diferença existente entre eles e os humanos é que os deuses eram imortais.

Os gregos acreditavam na existência de 12 grandes divindades, (linkar com mitologia grega) que se reunião em seus tronos no alto do Monte Olimpo, onde moravam. O pai de todos os deuses era Zeus, casado com Hera. Apolo era o deus do Sol e protetor das artes, Ares era o deus guerra, Posêidon, do mar. Afrodite era a deusa do amor, e Palas Atena, da sabedoria, entre outros.

Geralmente, esses deuses e deusas eram associados a fenômenos naturais. A arma de Zeus, por exemplo, era o raio – as tempestades seriam efeito de sua

cólera. Por sua vez, os terremotos, que eram comuns na Grécia, eram explicados pelo mau-humor de Posêidon, que batia com seu tridente no fundo do mar.

Zeus

Palas Atena

Grécia Antiga (continuação)

As primeiras olimpíadas

Foram os gregos que criaram os Jogos Olímpicos. Por volta de 2500 AC, os gregos faziam homenagens aos deuses, principalmente Zeus.

Atletas das cidades-estados gregas se reuniam na cidade de Olímpia para disputarem diversas competições esportivas: atletismo, luta, boxe, corrida de cavalo e pentatlo (luta, corrida, salto em distância, arremesso de dardo e de disco). Os vencedores eram recebidos como heróis em suas cidades e ganhavam uma coroa de louros.

Os gregos buscavam através dos jogos olímpicos a paz e a harmonia entre as cidades que compunham a civilização grega.

No ano de 392 AC, os Jogos Olímpicos e todas as manifestações religiosas do politeísmo grego foram proibidos pelo imperador romano Teodósio I, após converter-se para o cristianismo.

Olimpíadas na Grécia Antiga

No ano 1896, os Jogos Olímpicos são retomados em Atenas, por iniciativa do francês Pierre de Fredy, conhecido com o barão de Coubertin. Nesta primeira Olimpíada da Era Moderna, participam 285 atletas de 13 países, disputando provas de atletismo, esgrima, luta livre, ginástica, halterofilismo, ciclismo, natação e tênis. Os vencedores das provas foram premiados com medalhas de ouro e um ramo de oliveira.

A mitologia grega

Há muito tempo atrás, as pessoas não podiam explicar os eventos a partir da ciência. Por isso explicavam os acontecimentos naturais a partir das histórias de deuses, deusas e heróis. Os gregos tinham uma história para explicar a existência do mal e dos infortúnios. Acreditavam que, em certa época, todos os males e infortúnios estiveram presos em uma caixa. Pandora, a princesa mulher, abriu a caixa e eles se espalharam pelo mundo.

Os mais antigos mitos gregos falam do caos (confusão primitiva), de Gaia (mãe-terra), Ponto (o mar) e Urano (céu). Do casamento de Urano e Gaia, nasceram os titãs, ciclopes e gigantes, que personificaram as coisas grandes e poderosas da Terra: montanhas, terremotos, furacões, etc. O mais forte dos titãs, Cronos, casou-se com sua irmã Reia, e tiveram seis filhos. Temendo a rivalidade de seus filhos, Cronos devorou-os logo ao nascer, exceto Zeus, que Reia escondeu numa caverna. Quando se tornou adulto, Zeus derrotou o pai e obrigou-o a libertar os ciclopes da tirania de Cronos, e eles, em recompensa, deram-lhe as armas do trovão e do relâmpago.

Além dos deuses, também os heróis tinham direito ao culto. Resultado da união entre um deus e uma mortal (ou vice-versa), eram considerados intermediários entre os deuses e os homens, atribuía-se-lhes a proteção do local onde estavam sepultados. Outros foram homens excepcionais, cujos feitos, muito antigos, se tinham transformado em lenda. Temos o caso do Édipo que após ter sido expulso de Tebas por ter morto o pai sem o ter reconhecido, conseguiu responder à esfinge, temos em Atenas Teseu que fora seu fundador e vencedor do Minotauro e ainda Hércules, um

dos mais populares heróis gregos e considerado como fundador dos Jogos Olímpicos. (linkar com anexo Mitologia grega/Deuses/Heróis...)

Hércules e a Hidra

Teseu e o Minotauro

Grécia Antiga e Atual

Como vivia o povo grego na Antiguidade

De modo geral, o homem grego passava o dia fora de casa. Ocupava o tempo trabalhando, fazendo compras ou conversando com os amigos sobre política e outros assuntos.

A mulher ficava em casa, cuidando da roupa e da alimentação e organizando o trabalho dos escravos; era ela quem administrava as tarefas da casa.

Comparadas com as de hoje, as casas eram pequenas e sem conforto. Mas isso tinha pouca importância, pois, em razão da suavidade do clima, a maior parte das atividades diárias era desenvolvida fora de casa. Construídas com uma mistura de pedregulho e terra cozida, as paredes eram tão frágeis que os ladrões eram chamados de “arrombadores de paredes”, pois eles simplesmente escavavam uma passagem nelas para entrar em casa.

Nas pequenas janelas não havia vidros e, no inverno, elas eram fechadas com madeira. As cozinhas eram raras e os alimentos eram preparados ao ar livre.

Na Grécia Antiga não havia residências luxuosas. Mesmo um grande general, como Temístocles, vivia numa casa simples, igual à de seus vizinhos. Os homens ricos não eram respeitados pela ostentação, mas pelo que davam aos deuses e à cidade para custear os festivais públicos.

Nas cidades havia numerosas construções publicas. As principais eram Odéon, consagrado aos exercícios de música; os teatros, onde se representavam tragédias e comédias; os ginásios, que, de inicio eram usados como lugares de treinamento e, depois, passaram a ser os lugares onde os filósofos davam suas lições ao ar livre; os estádios, onde se efetuavam as corridas a pé e outros exercícios, e os templos, onde eram cultuados os deuses.

As casas ficavam dispersas, sem nenhum alinhamento, atrás dos templos e de outros monumentos. As ruas eram estreitas e sinuosas. As condições de higiene eram precárias: quase não havia esgotos e todo o lixo era jogado nas ruas para ser apanhado pelos cães.

Ao se levantar, os gregos comiam pão embebido em vinho diluído com água; no almoço, comiam pão com queijo de cabra ou azeitona e figos; o jantar consistia de uma sopa de cevada e pão de cevada. Às vezes, comiam também legumes preparados em azeite de oliva e algumas aves caçadas no campo.

Nas famílias mais ricas, jantar era quase igual, mas o pão era de trigo e, as vezes, havia também peixe, linguiça, queijo com mel e nozes, bolos e frutas secas.

Carne só em ocasiões especiais e depois de rituais. Nessas ocasiões, cabras e cordeiros eram sacrificados no pátio das casas. As vísceras e gorduras eram queimadas no altar como oferenda aos deuses, e a carne, depois de assada, era servida aos presentes. Só nos grandes festivais da cidade se comia carne bovina. Depois do sacrifício, a carne era distribuída entre os pobres.

A principal bebida dos gregos era o vinho. Mas eles não bebiam puro; preferiam mistura-lo com água e, antes de bebê-lo , costumavam derramar algumas gotas no chão como oferenda aos deuses.

Os gregos comiam muito pão, e para adoçar a comida ou bebida utilizavam o mel.

As roupas usadas pelos gregos eram simples. À parte a qualidade dos tecidos, todos se vestiam da mesma maneira, com roupas fáceis de pôr e tirar. Os camponeses usavam uma veste curta, feita da pele de animais.

Cabia às mulheres à tarefa de tecer o pano para fazer as roupas, tanto nas famílias ricas quanto nas pobres. Eram elas que fiavam, tingiam e teciam a lã: a peça que saía do tear estava pronta para ser usada. Não era preciso cortar nem costurar.

A Grécia hoje

A Grécia ocupa aproximadamente o território habitado pelos helenos do período Clássico. Sua forma de governo é a república parlamentarista.

A Grécia vive sob regime democrático. Trata-se de uma democracia representativa, diferente daquela praticada no período Clássico. Naquela época, as pessoas participavam diretamente, emitindo sua opinião na Assembleia, que reunia todos os cidadãos. Na democracia moderna, os cidadãos elegem seus representantes e são estes que exercem o poder.

A economia do país baseia-se na agricultura, na indústria e no turismo. As principais culturas são: trigo, oliveiras, fumo, algodão e frutas. Dentre as principais indústrias, destacam-se as têxteis, as de azeite e vinho, as de refino de petróleo, as de alumínio e níquel e a mineração.

Desde a Antiguidade, os gregos se distinguiram na construção naval e na navegação. Essa tradição continua até hoje. A frota grega atual, composta de navios de passageiros e mercantes, entre os quais importantíssimos cargueiros e petroleiros, está entre as primeiras do mundo.

Vista da cidade de Atenas

Mitologia Grega

Os Gregos eram politeístas, isto é, adoravam vários deuses, acreditando que esses deuses tinham forma humana, embora fossem mais belos e poderosos que os homens, imortais e possuidores de poderes mágicos.

Os deuses gregos revelavam também qualidades e defeitos semelhantes aos dos seres humanos: apaixonavam-se, sofriam, conheciam aventuras e desventuras e os Gregos falavam deles como se fossem pessoas: contavam a história da sua vida, as suas lutas, sentimentos...

O conjunto das histórias maravilhosas da vida dos deuses e heróis gregos chama-se mitologia.

Para os Gregos, os deuses eram descendentes da terra - Gaia - e do céu - Urano - e tinham grandes semelhanças com os homens.

O Monte Olimpo é o ponto mais alto de toda a Grécia, com uma altitude de 2 917m. Na antiga Grécia, foi considerado a casa dos deuses importantes.

Segundo reza a história, a entrada para o Olimpo fazia-se através de um portão feito de nuvens, isto talvez se possa atribuir ao fato de o cume da montanha, devido à sua altitude, estar sempre coberto de nuvens.

Gregos	Romanos	Deuses - simbologia
Zeus	Júpiter	Pai dos deuses, filho de Cronos e de Reia. A esposa de Zeus foi sua irmã **Hera.** É designado também por Padre, Tonante e Jove. Era representado como homem forte e barbado, de aspecto majestoso, com um raio na mão sobre uma águia.
Afrodite	Vénus	Filha de Zeus e Dione. É a deusa do amor e da beleza. Hefesto recebeu-a como esposa, mas esta, incapaz de lhe ser fiel, procurou o amor de Ares, de quem teve Eros. Amou também Hermes, Dioniso, Anquises (de quem teve Eneias) e Adonis.
Ares	Marte	Deus da guerra, presente em todos os combates. Era representado como um guerreiro completamente armado, acompanhado por um galo. Fiel apaixonado de Vênus.
Apolo		Deus das Artes. O deus mais venerado depois de Zeus. Identifica-se com o Sol - daí ser chamado também Febo (brilhante) - e o ciclo das estações do ano..
Artemis	Diana	Filha de Zeus e da irmã de Apolo. Deusa da caça e da castidade é representada num coche, tirada por corças, armada de arco e flechas com setas e uma meia-lua sobre a cabeça.
Atena	Minerva	Deusa da Sabedoria e da guerra justa possuía uma disposição pacífica, representando a preponderância da razão e do espírito sobre o impulso irracional. Deusa protectora de **Atenas** e outras cidades da Ática. Acredita-se que ela era originalmente a deusa-serpente de Creta. Imagem guerreira, com capacete, lança, escudo e couraça.
Eolo	…	Deus dos ventos
Poseídon	Neptuno	Deus dos mares era filho de **Cronos**, deus do tempo, e **Reia**, deusa da fertilidade e irmão de Zeus e Hades. É representado como um homem forte, de barbas brancas, com um tridente na mão e acompanhado de golfinhos e outros animais marinhos.
Hefestos	Vulcano	Deus do fogo. Patrono dos ferreiros e dos artesãos em geral, é responsável, segundo a lenda, pela difusão da arte de usar o fogo e da metalurgia. Era geralmente representado como um homem de meia-idade, barbado, vestido com uma túnica sem mangas e com um gorro sobre o cabelo desgrenhado.

Heróis Gregos

Além dos vários deuses, a quem adoravam e veneravam, existem ainda muitas histórias sobre heróis gregos que realizavam as mais destemidas façanhas e se embrenhavam nas mais empolgantes aventuras.

Aquiles	Era o guerreiro mais forte dos gregos. Filho de um homem (Peleu) e da deusa Tétis. Quando nasceu sua mãe mergulhou-o nas águas de um rio que protegiam todas as partes do seu corpo banhadas pelas águas. Mas como a mãe lhe pegou pelo calcanhar foi só esta parte do corpo que era vulnerável. Morreu no assalto a Troia, trespassado por uma flecha que se cravou no seu calcanhar.
Hércules	Herói grego muito forte enfrentou doze dificuldades, conhecidas pelos doze trabalhos de Hércules.
Jasão	Chefiou a expedição dos argonautas em busca do “velo de ouro” tendo enfrentado imensos perigos e aventuras.
Perseu	Filho de Zeus, casou com Andrômeda. Na sua viagem de regresso da Etiópia transformou os seus companheiros em pedra ao mostrar-lhes a cabeça da Górgona.
Édipo	Rei de Tebas decifrou o enigma da esfinge. Sem o saber matou o pai e casou com a própria mãe. Mais tarde, quando soube o que fizera, cegou-se a si próprio para não contemplar o horror que cometera.
Teseu	Venceu o Minotauro que era o monstro que existia no labirinto de Creta, com a ajuda de Ariadne.
Ulisses	…..

Animais e monstros mitológicas

Centauro	Metade homem, metade cavalo.
Ciclopes	Criaturas gigantes com um olho no meio da testa
Minotauro	Metade touro, metade homem guardava o labirinto de Creta
Pégaso	Cavalo alado

Lendas mitológicas

Ariadne	Dédalo construiu o labirinto de Creta, onde vivia o Minotauro (metade monstro metade homem).Exigia sacrifícios humanos cujas vítimas eram raparigas atenienses. Teseu entrou no labirinto com a ajuda do fio de Ariadne, tendo morto o Minotauro.
Narciso	Ao beber água de uma fonte viu a sua imagem refletida e apaixonou-se por si próprio. Não podendo satisfazer a sua paixão morreu de desgosto e o seu corpo transformou-se na flor que ficou com o seu nome.
Sísifo	Foi condenado pelos deuses a transportar uma pedra às costas para cima de um monte. Quando chegava lá acima a pedra escorregava-lhe dos ombros e rolava até ao sopé do monte. Sísifo tinha de ir buscar outra vez. Estava condenado a fazer isto eternamente.
Tântalo	Foi condenado pelos deuses a ficar eternamente com fome e sede. Estava acorrentado a uma árvore e os frutos desciam até estar ao seu alcance, mas quando estendia as mãos para apanhá-los, os frutos

	fugiam. Do mesmo modo, o lugar onde estava ficava inundado de água e quando tentava beber a água escapava-se do seu alcance.

Pandora

Na mitologia grega, Pandora ("a que possui todos os dons", ou "a que é o dom de todos os deuses") foi a primeira mulher, criada por Zeus como punição aos homens pela ousadia do titã Prometeu em roubar aos céus o segredo do fogo.

Origem

Pandora era a filha primogênita de Zeus que, aos 9 anos de idade, recebeu de presente de seu pai o colar usado por Prometeu que foi retirado dele ao pagar a sua pena por roubar o fogo dos deuses. Pandora, então, arranjou uma caixa para pôr seu colar, a mesma caixa em que ela guardou a sua mente e as lembranças de seu primeiro namorado, cujo nome era Narciso. A caixa podia apenas guardar bens de todo o tipo, com exceção de bens materiais. Como o colar era um bem material, ele se auto-destruiu.

Para Pandora o colar tinha valor sentimental, o que a fez chorar por muitos dias seguidos sem parar. Como a caixa guardava lembranças com a intenção de sempre recordar-las ao "dono", Pandora sempre se sentia triste. Tentou destruir a caixa para ver se ela se esquecia do fato, mas não funcionou, a caixa era fruto de um grande feitiço, que a impedia de ser destruída. Pandora então, aos 36 anos, se matou. Não aguentou viver mais de 27 anos com aquela "maldição".

Caixa de Pandora

A caixa de Pandora é uma expressão muito utilizada quando se quer fazer referência a algo que gera curiosidade, mas que é melhor não ser revelado ou estudado, sob pena de se vir a mostrar algo terrível, que possa fugir de controle. Esta expressão vem do mito grego, que conta sobre a caixa que foi enviada com Pandora a Epimeteu.

Pandora foi enviada a Epimeteu, irmão de Prometeu, como um presente de Zeus. Prometeu, antes de ser condenado a ficar 30.000 anos acorrentado no Monte Cáucaso, tendo seu fígado comido pelo abutre Éton todos os dias,alertou o irmão quanto ao perigo de se aceitar presentes de Zeus.

Epimeteu, no entanto, ignorou a advertência do irmão e aceitou o presente do rei dos deuses, tomando Pandora como esposa. Pandora trouxe uma caixa (uma jarra ou ânfora, de acordo com diferentes traduções), enviada por Zeus em sua bagagem. Epimeteu acabou abrindo a caixa, e liberando os males que haveriam de afligir a humanidade dali em diante: a velhice, o trabalho, a doença, a loucura, a mentira e a paixão. No fundo da caixa, restou a Esperança (ou segundo algumas interpretações, a Crença irracional ou Credulidade). Com os males liberados da caixa, teve fim a idade de ouro da humanidade.

Interpretação

Pode-se perguntar quanto ao sentido desta lenda: por que uma caixa, ou jarra, contendo todos os males da humanidade conteria também a Esperança? Na Ilíada, Homero conta que, na mansão de Zeus, haveria duas jarras, uma que guardaria os bens, outra os males. A Teogonia de Hesíodo não as menciona, contentando-se em dizer que sem a mulher, a vida do homem não é viável, e com ela, mais segura. Hesíodo descreve Pandora como um "mal belo" (καλὸν κακὸν/kalòn kakòn).

O nome "Pandora" possui vários significados: *panta dôra*, a que possui todos os dons, ou *pantôn dôra*, a que é o dom de todos (dos deuses).

A razão da presença da Esperança com os males deve ser procurada através de uma tradução mais acurada do texto grego. A palavra em grego é ἐλπίς/elpís, que é definida como a espera de alguma coisa; pode ser traduzida como esperança, mas essa tradução seguramente é arbitrária. Uma tradução melhor poderia ser "antecipação", ou até o temor irracional. Graças ao fechamento por

Pandora da jarra no momento certo, os homens sofreriam somente dos males, mas não o conhecimento antecipado deles, o que provavelmente seria pior.

Eles não viveriam o temor perpétuo dos males por vir, tornando suas vidas possíveis. Prometeu se felicita assim de ter livrado os homens da obsessão com a própria morte. Uma outra interpretação ainda sugere que este último mal é o de conhecer a hora de sua própria morte e a depressão que se seguiria por faltar a esperança.

Um outro símbolo está inserido neste mito. A jarra (pithos) nada mais é que uma simples ânfora: um vaso muito grande, que serve para guardar grãos. Este vaso só fica cheio através do esforço, do trabalho no campo, seu conteúdo então simboliza a condição humana. Por consequência, será a mulher que a abrirá e a servirá, para alimentar a família.

Uma aproximação deste mito pode ser feita com a Queda de Adão e Eva, relatada no livro do Gênesis. Em ambos os mitos é a mulher, previamente avisada (por Deus, na Bíblia, ou, aqui, por Prometeu e por Zeus), que comete um erro irremediável (comendo o fruto proibido, na Bíblia, ou, aqui, abrindo a caixa, ou jarra, de Pandora), condenando assim a humanidade a uma vida repleta de males e sofrimentos. Todavia, a versão bíblica pode ser interpretada como mais indulgente com a mulher, que é levada ao erro pela serpente, mas que divide a culpa com o homem.

A mentalidade politeísta vê Pandora como a que deu ao homem a possibilidade de se aperfeiçoar através das provas e da adversidade (o que os monoteístas chamam de males). Ela lhe dá assim a força de enfrentar estas provas com a Esperança. Na filosofia pagã, Pandora não é a fonte do mal; ela é a fonte da força, da dignidade e da beleza, portanto, sem adversidade o ser humano não poderia melhorar.

Antiguidade Oriental

A Antiguidade Oriental refere-se às primeiras civilizações agrícolas e mercantis da época, que compreendem, entre outros, os povos mesopotâmicos, os egípcios, os fenícios, os persas, os hebreus, os hindus e os chineses

Mesopotâmia: o berço da civilização

As grandes civilizações e suas organizações

As primeiras civilizações se formaram a partir de quando o homem descobriu a agricultura e passou a ter uma vida mais sedentária, por volta de 4.000 a.C. Essas primeiras civilizações se formaram em torno ou em função de grandes rios: A Mesopotâmia estava ligada aos Rios Tigre e Eufrates, o Egito ao Nilo, a Índia ao Indo, a China ao Amarelo.

Foi no Oriente Médio que tiveram início as civilizações. Tempos depois foram se desenvolvendo no Oriente outras civilizações que, sem contar com o poder fertilizante dos grandes rios, ganharam características diversas. As pastoris, como a dos hebreus, ou as mercantis, como a dos fenícios. Cada um desses povos teve, além de uma rica história interna, longas e muitas vezes conflituosas relações com os demais.

Mesopotâmia

A estreita faixa de terra que localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, onde atualmente é o Iraque, foi chamada na Antiguidade, de Mesopotâmia, que significa “entre rios” (do grego, *meso* = no meio; *potamos* = rio). Essa região foi ocupada, entre 4.000 a.C. e 539 a.C, por uma série de povos, que se encontraram e se misturaram, empreenderam guerras e dominaram uns aos outros, formando o que denominamos *povos mesopotâmicos. Sumérios, babilônios, hititas, assírios e caldeus* são alguns desses povos.

Esta civilização é considerada uma das mais antigas da história.

Os sumérios (4000 a.C. – 1900 a.C.)

Foi nos pântanos da antiga Suméria que surgiram as primeiras cidades conhecidas na região da Mesopotâmia, como Ur, Uruk e Nipur.

Os povos da Suméria enfrentaram muitos obstáculos naturais. Um deles era as violentas e irregulares cheias dos rios Tigre e Eufrates. Para conter a força das águas e aproveita-las, construíram diques, barragens, reservatórios e também canais de irrigação, que conduziam as águas para as regiões secas.

Atribui-se aos Sumérios o desenvolvimento de um tipo de escrita, chamada **cuneiforme**, que inicialmente, foi criada para registrar transações comerciais.

A escrita cuneiforme – usada também pelos sírios, hebreus e persas – era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia, dificultando a representação de sentimento, ações ou ideias abstratas, com o tempo, os sinais pictóricos converteram-se em um sistema de sílabas. Os registros eram feitos em uma placa de argila mole. Utilizava-se para isso um estilete, que tinha uma das pontas em forma de cunha, daí o nome de *escrita cuneiforme.*

Quem decifrou esta escrita foi Henry C. Rawlinson, através das inscrições da Rocha de Behistun. Na mesma época, outro tipo de escrita, a hieroglífica desenvolvia-se no Egito.

Caracteres cuneiformes gravados na Suméria, por volta de 3200 a.C.

Os babilônios

Na sociedade suméria havia escravidão, porém o número de escravos era pequeno. Grupos de nômades, vindos do deserto da Síria, conhecidos como Acadianos, dominaram as cidades-estados da Suméria por volta de 2300 a.C.

Os povos da Suméria destacaram-se também nos trabalhos em metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. A construção característica desse povo é a *zigurate*, depois copiada pelos povos que se sucederam na região. Era uma torre em forma de pirâmide, composta de sucessivos terraços e encimada por um pequeno templo.

Os Sumérios eram politeístas e faziam do culto aos deuses uma das principais atividades a desempenhar na vida. Quando interrompiam as orações deixavam estatuetas de pedra diante dos altares para rezarem em seu nome.

Dentro dos templos havia oficinas para artesãos, cujos produtos contribuíram para a prosperidade da Suméria.

Os sumérios merecem destaque também por terem sido os primeiros a construir veículos com rodas. As cidades sumérias eram autônomas, ou seja, cada qual possuía um governo independente. Apenas por volta de 2330 a.C., essas cidades foram unificadas.

O processo de unificação ocorreu sob comando do rei Sargão I, da cidade de Acad. Surgia assim o primeiro império da região.

O império construído pelos acades não durou muito tempo. Pouco mais de cem anos depois, foi destruído por povos inimigos.

Os babilônios (1900 a. C – 1600 a.C.)

Os babilônios estabeleceram-se ao norte da região ocupada pelos sumérios e, aos poucos, foram conquistando diversas cidades da região mesopotâmica. Nesse processo, destacou-se o rei Hamurabi, que, por volta de 1750 a.C., havia conquistado toda a Mesopotâmia, formando um império com capital na cidade de Babilônia.

Hamurabi impôs a todos os povos dominados uma mesma administração. Ficou famosa a sua legislação, baseada no princípio de talião (olho por olho, dente por dente, braço por braço, etc.) O Código de Hamurabi, como ficou conhecido, é um dos mais antigos conjuntos de leis escritas da história. Hamurabi desenvolveu esse conjunto de leis para poder organizar e controlar a sociedade. De acordo com o Código, todo criminoso deveria ser punido de uma forma proporcional ao delito cometido.

Os babilônios também desenvolveram um rico e preciso calendário, cujo objetivo principal era conhecer mais sobre as cheias do rio Eufrates e também obter melhores condições para o desenvolvimento da agricultura. Excelentes observadores dos astros e com grande conhecimento de astronomia, desenvolveram um preciso relógio de sol.

Além de Hamurabi, um outro imperador que se tornou conhecido por sua administração foi Nabucodonosor, responsável pela construção dos Jardins suspensos da Babilônia, que fez para satisfazer sua esposa, e a Torre de Babel. Sob seu comando, os babilônios chegaram a conquistar o povo hebreu e a cidade de Jerusalém.

Jardins Suspensos da Babilônia

Torre de Babel

Após a morte de Hamurabi, o império Babilônico foi invadido e ocupado por povos vindos do norte e do leste.

Hititas e assírios

Os hititas (1600 a. C – 1200 a.C.)

Os Hititas foram um povo indo-europeu, que no 2º milênio a.C. fundaram um poderoso império na Anatólia Central (atual Turquia), região próxima da Mesopotâmia. A partir daí, estenderam seus domínios até a Síria e chegaram a conquistar a Babilônia.

Provavelmente, a localização de sua capital, Hatusa, no centro da Ásia Menor, contribuiu para o controle das fronteiras do Império Hitita.

Essa sociedade legou-nos os mais antigos textos escritos em língua indo-europeia. Essa língua deu origem à maior parte dos idiomas falados na Europa. Os textos tratavam de história, política, legislação literatura e religião e foram gravados em sinais cuneiformes sobre tábuas de argila.

Os Hititas utilizavam o ferro e o cavalo, o que era uma novidade na região. O cavalo deu maior velocidade aos carros de guerra, construídos não mais com

rodas cheias, como as dos sumérios, mas rodas com raios, mais leves e de fácil manejo.

O exército era comandado por um rei, que também tinha as funções de juiz supremo e sacerdote. Na sociedade hitita, as rainhas dispunham de relativo poder.

No aspecto cultural podemos destacar a escrita hitita, baseada em representações pictográficas (desenhos). Além desta escrita hieroglífica, os hititas também possuíam um tipo de escrita cuneiforme.

Pictograma mostrando um guerreiro hitita.

Assim como vários povos da antiguidade, os hititas seguiam o politeísmo (acreditavam em várias divindades). Os deuses hititas estavam relacionados aos diversos aspectos da natureza (vento, água, chuva, terra, etc).

Em torno de 1200 a.C., os hititas foram dominados pelos assírios, que, contando com exércitos permanentes, tinham grande poderio militar. A queda deste império dá-se por volta do século 12 a.C.

Os assírios (1200 a. C – 612 a.C.)

Legenda: Painel de pedra que decorava o palácio do rei Assurbanipal, em Nínive, arqueiros assírios colocam em fuga um contingente de árabes montados em camelos.

Os assírios habitavam a região ao norte da babilônia e por volta de 729 a.C. já haviam conquistado toda a Mesopotâmia. Sua capital, nos anos mais prósperos, foi Nínive, numa região que hoje pertence ao Iraque.

Este povo destacou-se pela organização e desenvolvimento de uma cultura militar. Encaravam a guerra como uma das principais formas de conquistar poder e desenvolver a sociedade. Eram extremamente cruéis com os povos inimigos que conquistavam, impunham aos vencidos, castigos e crueldades como uma forma de manter respeito e espalhar o medo entre os outros povos. Com estas atitudes, tiveram que enfrentar uma série de revoltas populares nas regiões que conquistavam.

Empreenderam a conquista da Babilônia, e a partir daí começaram a alargar as fronteiras do seu Império até atingirem o Egito, no norte da África. O Império Assírio conheceu seu período de maior glória e prosperidade durante o reinado de Assurbanipal.

Assurbanipal foi o último grande rei dos assírios. Durante o seu reinado (668 - 627 a.C.), a Assíria se tornou a primeira potência mundial. Seu império incluía a Babilônia, a Pérsia, a Síria e o Egito.

Ainda no reinado de Assurbanipal, os babilônios se libertaram (em 626 a.C.) e capturaram Ninive. Com a morte de Assurbanipal, a decadência do Império Assírio se acentuou, e o poderio da Assíria desmoronou. Uma década mais tarde o império caía em mãos de babilônios e persas.

O estranho paradoxo da cultura assíria foi o crescimento da ciência e da matemática. Este fato pode em parte explicado pela obsessão assíria com a guerra e invasões. Entre as grandes invenções matemáticas dos assírios está a divisão do círculo em 360 graus, tendo sido eles dentre os primeiros a inventar latitude e longitude para navegação geográfica. Eles também desenvolveram uma sofisticada ciência médica, que muito influenciou outras regiões, tão distantes como a Grécia.

Sociedade Mesopotâmica

Os caldeus (612 a. C – 539 a.C.)

A Caldeia era uma região no sul da Mesopotâmia, principalmente na margem oriental do rio Eufrates, mas muitas vezes o termo é usado para se referir a toda a planície mesopotâmica. A região da Caldeia é uma vasta planície formada por depósitos do Eufrates e do Tigre, estendendo-se a cerca de 250 quilômetros ao longo do curso de ambos os rios, e cerca de 60 quilômetros em largura.

Os Caldeus foram uma tribo (acredita-se que tenham emigrado da Arábia) que viveu no litoral do Golfo Pérsico e se tornou parte do Império da Babilônia. Esse império ficou conhecido como *Neobabilônico* ou *Segundo Império Babilôncio*. Seu mais importante soberano foi Nabucodonosor.

Em 587 a.C., Nabucodonosor conquistou Jerusalém. Além de estender seus domínios, foram feitos muitos escravos entre os habitantes de Jesuralém. Seguiu-se então um período de prosperidade material, quando foram construídos grandes edifícios com tijolos coloridos.

Em 539 a.C., Ciro, rei dos persas, apoderou-se de Babilônia e transformou-a em mais uma província de seu gigantesco império.

A organização social dos mesopotâmios

Sumérios, babilônios, hititas, assírios, caldeus. Entre os inúmeros povos que habitaram a Mesopotâmia existiam diferenças profundas. Os assírios, por exemplo, eram guerreiros. Os sumérios dedicavam-se mais à agricultura.

Apesar dessas diferenças, é possível estabelecer pontos comuns entre eles. No que se refere à organização social, à religião e à economia. Vamos agora conhecê-las:

A sociedade

As classes sociais - A sociedade estava dividida em classes: nobres, sacerdotes versados em ciências e respeitados, comerciantes, pequenos proprietários e escravos.

A organização social variou muito pelos séculos, mas de modo geral podemos falar:

- Dominantes: governantes, sacerdotes, militares e comerciantes.
- Dominados: camponeses, pequenos artesãos e escravos (normalmente presos de guerra).
- Dominantes detinham o poder de quatro formas básicas de manifestação desse poder: riqueza, política, militar e saber. Posição mais elevada era do rei que detinha poderes políticos, religiosos e militares. Ele não era considerado um deus, mas sim representante dos deuses.
- Os dominados consumiam diretamente o que produziam e eram obrigados a entregar excedentes para os dominantes

Sociedade na Mesopotâmia

A vida cotidiana na mesopotâmia

Escravos e pessoas de condições mais humildes levavam o mesmo tipo de vida. A alimentação era muito simples: pão de cevada, um punhado de tâmaras e um pouco de cerveja leve. Isso era a base do cardápio diário. Às vezes comiam legumes, lentilha, feijão e pepino ou, ainda, algum peixe pescado nos rios ou canais. A carne era um alimento raro.

Na habitação, a mesma simplicidade. Às vezes a casa era um simples cubo de tijolos crus, revestidos de barro. O telhado era plano e feito com troncos de palmeiras e argila comprimida. Esse tipo de telhado tinha a desvantagem de deixar passar a água nas chuvas mais torrenciais, mas em tempos normais era usado como terraço.

As casas não tinham janelas e à noite eram iluminadas por lampiões de óleo de gergelim. Os insetos eram abundantes nas moradias.

Os ricos se alimentavam melhor e moravam em casas mais confortáveis que os pobres. Mesmo assim, quando as epidemias se abatiam sobre as cidades, a mortalidade era a mesma em todas as camadas sociais.

A religião

Os povos mesopotâmicos eram politeístas, isto é, adoravam diversas divindades, e acreditavam que elas eram capazes de fazer tanto o bem quanto o mal, não acreditavam em recompensas após a morte, acreditavam em crença em gênios, demônios, heróis, adivinhações e magia. Seus deuses eram numerosos com qualidades e defeitos, sentimentos e paixões, imortais, despóticos e sanguinários.

Cada divindade era uma força da natureza como o vento, a água, a terra, o sol, etc, e do dono da sua cidade. Marduk, deus de Babilônia, o cabeça de todos,

tornou-se deus do Império, durante o reinado de Hamurabi. Foi substituído por Assur, durante o domínio dos assírios. Voltou ao posto com Nabucodonosor.

Acreditavam também em gênios bons que ajudavam os deuses a defender-se contra os demônios, contra as divindades perversas, contra as enfermidades, contra a morte. Os homens procuravam conhecer a vontade dos deuses manifestada em sonhos, eclipses, movimento dos astros. Essas observações feitas pelos sacerdotes deram origem à astrologia.

Política e economia

A organização política da Mesopotâmia tinha um soberano divinizado, assessorado por burocratas- sacerdotes, que administravam a distribuição de terras, o sistema de irrigação e as obras hidráulicas. O sistema financeiro ficava a cargo de um templo, que funcionava como um verdadeiro banco, emprestando sementes, distribuído um documento semelhante ao cheque bancário moderno e cobrando juros sobre as sementes emprestadas.

Em linhas gerais pode-se dizer que a forma de produção predominante na Mesopotâmia baseou-se na propriedade coletiva das terras administrada pelos templos e palácios. Os indivíduos só usufruíam da terra enquanto membros dessas comunidades. Acredita-se que quase todos os meios de produção estavam sobre o controle do déspota, personificações do Estado, e dos templos. O templo era o centro que recebia toda a produção, distribuindo-a de acordo com as necessidades, alem de proprietário de boa parte das terras: é o que se denomina cidade-templo.

Administradas por uma corporação de sacerdotes, as terras, que teoricamente eram dos deuses, eram entregues aos camponeses. Cada família recebia um lote de terra e devia entregar ao templo uma parte da colheita como pagamento pelo uso útil da terra. Já as propriedades particulares eram cultivadas por assalariados ou arrendatários.

Entre os sumérios havia a escravidão, porém o número de escravos era relativamente pequeno.

A agricultura

A agricultura era base da economia neste período. A economia da Baixa Mesopotâmia, em meados do terceiro milênio a.C. baseava-se na agricultura de irrigação. Cultivavam trigo, cevada, linho, gergelim (sésamo, de onde extraiam o azeite para alimentação e iluminação), arvores frutíferas, raízes e legumes. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares, em geral de pedra, madeira e barro. O bronze foi introduzido na segunda metade do terceiro milênio a.C., porem, a verdadeira revolução ocorreu com a sua utilização, isto já no final do segundo milênio antes da Era Cristã. Usavam o arado semeador, a grade e carros de roda;

A criação de animais

A criação de carneiros, burros, bois, gansos e patos era bastante desenvolvida.

O comércio

Os comerciantes eram funcionários a serviço dos templos e do palácio. Apesar disso, podiam fazer negócios por conta própria. A situação geográfica e a pobreza de matérias primas favoreceram os empreendimentos mercantis. As caravanas de mercadores iam vender seus produtos e buscar o marfim da Índia, a madeira do Líbano, o cobre de Chipre e o estanho de Cáucaso. Exportavam tecidos de linho, lã e tapetes, além de pedras preciosas e perfumes.

As transações comerciais eram feitas na base de troca, criando um padrão de troca inicialmente representado pela cevada e depois pelos metais que circulavam sobre as mais diversas formas, sem jamais atingir, no entanto, a forma de moeda. A existência de um comércio muito intenso deu origem a uma organização economia sólida, que realizava operações como empréstimos a juros, corretagem e sociedades em negócios. Usavam recibos, escrituras e cartas de crédito.

O comércio foi uma figura importante na sociedade mesopotâmica, e o fortalecimento do grupo mercantil provocou mudanças significativas, que acabaram por influenciar na desagregação da forma de produção templário-palaciana dominante na Mesopotâmia.

As ciências a astronomia

Entre os babilônicos, foi a principal ciência. Notáveis eram os conhecimentos dos sacerdotes no campo da astronomia, muito ligada e mesmo subordinada a astrologia. As torres dos templos serviam de observatórios astronômicos. Conheciam as diferenças entre os planetas e as estrelas e sabiam prever eclipses lunares e solares. Dividiram o ano em meses, os meses em semanas, as semanas em sete dias, os dias em doze horas, as horas em sessenta minutos e os minutos em sessenta segundos. Os elementos da astronomia elaborada pelos mesopotâmicos serviram de base à astronomia dos gregos, dos árabes e deram origem à astronomia dos europeus.

Sociedade na Mesopotâmia (continuação)

A matemática

Entre os caldeus, alcançou grande progresso. As necessidades do dia a dia levaram a um certo desenvolvimento da matemática.

Os mesopotâmicos usavam um sistema matemático sexagesimal (baseado no número 60). Eles conheciam os resultados das |multiplicações e divisões, raízes quadradas e raiz cúbica e equações do segundo grau. Os matemáticos indicavam os passos a serem seguidos nessas operações, através da multiplicação dos exemplos. Jamais divulgaram as formulas dessas operações, o que tornaria as repetições dos exemplos desnecessárias. Também dividiram o círculo em 360 graus, elaboraram tábuas correspondentes às tábuas dos logaritmos atuais e inventaram medidas de comprimento, superfície e capacidade de peso;

A medicina

Os progressos da medicina foram grandes (catalogação das plantas medicinais, por exemplo). Assim como o direito e a matemática, a medicina estava ligada a adivinhação. Contudo, a medicina não era confundida com a simples magia. Os médicos da Mesopotâmia, cuja profissão era bastante considerada, não acreditavam que todos os males tinham origem sobrenatural, já que utilizavam medicamentos à base de plantas e faziam tratamentos cirúrgicos. Geralmente, o medico trabalhava junto com um exorcista, para expulsar os demônios, e recorria aos adivinhos, para diagnosticar os males.

As letras

Escrita cuneiforme gravada numa escultura do século XXII a.C. (Museu do Louvre, Paris).

A linguagem escrita é resultado da necessidade humana de garantir a comunicação e o desenvolvimento da técnica.

A escrita

A escrita cuneiforme, grande realização sumeriana, usada pelos sírios, hebreus e persas, surgiu ligada às necessidades de contabilização dos templos. Era uma escrita ideográfica, na qual o objeto representado expressava uma ideia. Os sumérios - e, mais tarde os babilônicos e os assírios, que falavam acadiano - fizeram uso extensivo da escrita cuneiforme. Mais tarde, os sacerdotes e

escribas começaram a utilizar uma escrita convencional, que não tinha nenhuma relação com o objeto representado.

As convenções eram conhecidas por eles, os encarregados da linguagem culta, e procuravam representar os sons da fala humana, isto é, cada sinal representava um som. Surgia assim a escrita fonética, que pelo menos no segundo milênio a.C., já era utilizado nos registros de contabilidade, rituais mágicos e textos religiosos. Quem decifrou a escrita cuneiforme foi Henry C. Rawlinson. A chave dessa façanha ele obteve nas inscrições da Rocha de Behistun, na qual estava gravada uma gigantesca mensagem de 20 metros de comprimento por 7 de Altura.

A mensagem fora talhada na pedra pelo rei Dario, e Rawlinson identificou três tipos diferentes de escrita (antigo persa, elamita e acádio - também chamado de assírio ou babilônico). O alemão Georg Friederich Grotefend e o francês Jules Oppent também se destacaram nos estudos da escrita sumeriana.

A Literatura era pobre

Destacam-se apenas o Mito da Criação e a Epopeia de Guilgamesh - aventura de amor e coragem desse herói semi-deus, cujo objetivo era conhecer o segredo da imortalidade.

Sociedade na Mesopotâmia (continuação)

O Direito

O Código de Hamurabi, até pouco tempo o primeiro código de leis que se tinha notícia, não é original. É uma compilação de leis sumerianas mescladas com tradições semitas. Ele apresenta uma diversidade de procedimentos jurídicos e determinação de penas para uma vasta gama de crimes.

Contém 282 leis, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida babilônica, passando pelo comércio, propriedade, herança, direitos da mulher, família, adultério, falsas acusações e escravidão. Suas principais características são: Pena ou Lei de Talião, isto é, "olho por olho, dente por dente" (o castigo do criminoso deveria ser exatamente proporcional ao crime por ele cometido), desigualdade perante a lei (as punições variavam de acordo com a posição social da vitima e do infrator), divisão da sociedade em classes (os homens livres, os escravos e um grupo intermediário pouco conhecido - os mushkhinum) e igualdade de filiação na distribuição da herança.

O Código de Hamurabi reflete a preocupação em disciplinar a vida econômica (controle dos preços, organização dos artesãos, etc.) e garantir o regime de propriedade privada da terra. Os textos jurídicos mesopotâmicos invocavam os deuses da justiça, os mesmos da adivinhação, que decretavam as leis e presidiam os julgamentos.

Legenda: inscrição do Código de Hamurabi.

As artes

A mais desenvolvida das artes, porém não era tão notável quanto a egípcia. Caracterizou-se pelo exibicionismo e pelo luxo. Construíram templos e palácios, que eram considerados cópias dos existentes nos céus, de tijolos, por ser escassa a pedra na região. O zigurate, torre de vários andares, foi a construção característica das cidades-estados sumerianas. Nas construções, empregavam argila, ladrilhos e tijolos.

Escultura e a pintura

Tanto a escultura quanto a pintura eram fundamentalmente decorativas. A escultura era pobre, representada pelo baixo relevo. Destacava-se a estatuária assíria, gigantesca e original. Os relevos do palácio de Assurbanipal são obras de artistas excepcionais. A pintura mural existia em função da arquitetura.

A música e a dança

A música na Mesopotâmia, principalmente entre os babilônicos, estava ligada à religião.

Quando os fiéis estavam reunidos, cantavam hinos em louvor dos deuses, com acompanhamento de música. Esses hinos começavam muitas vezes, pelas expressões: " Glória, louvor tal deus; quero cantar os louvores de tal deus", seguindo a enumeração de suas qualidades, de socorro que dele pode esperar o fiel.

Nas cerimônias de penitência, os hinos eram de lamentação: "aí de nós", exclamavam eles, relembrando os sofrimentos de tal ou qual deus ou apiedando-se das desditas que desabam sobre a cidade. Instrumentos sem dúvida de sons surdos, acompanhavam essa recitação e no corpo desses salmos, vê-se o texto interromper-se e as onomatopeias "ua", "ui", "ua", sucederem-se em toda uma linha. A massa dos fiéis devia interromper a recitação e não retomá-la senão quando todos, em coro tivessem gemido bastante.

A procissão, finalmente, muitas vezes acompanhava as cerimônias religiosas e mesmo as cerimônias civis. Sobre um baixo-relevo assírio do British Museum que representa a tomada da cidade de Madaktu em Elam, a população sai da cidade e se apresenta diante do vencedor, precedida de música, enquanto as mulheres do cortejo batem palmas à oriental para compassar a marcha.

O canto também tinha ligações com a magia. Há cantos a favor ou contra um nascimento feliz, cantos de amor, de ódio, de guerra, cantos de caça, de evocação dos mortos, cantos para favorecer, entre os viajantes, o estado de transe.

A dança, que é o gesto, o ato reforçado, se apoia em magia sobre leis da semelhança. Ela é mímica, aplica-se a todas as coisas:- há danças para fazer chover, para guerra, de caça, de amor etc.

Danças rituais têm sido representadas em monumentos da Ásia Ocidental, Suméria. Em Thecheme-Ali, perto de Teerã; em Tepe-Sialk, perto de Kashan; em Tepe-Mussian, região de Susa, cacos arcaicos reproduzem filas de mulheres nuas, dando-se as mãos, cabelos ao vento, executando uma dança. Em cilindros-sinetes vêem-se danças no curso dos festins sagrados (tumbas reais de Ur).

O legado dos povos mesopotâmicos

Herdamos dos povos mesopotâmicos vários elementos de nossa cultura. Vejamos alguns:

- o ano de 12 meses e a semana de 7 dias;
- a divisão do dia em 24 horas;
- a crença nos horóscopos e os doze signos do zodíaco;
- a previsão dos eclipses.
- o hábito de fazer o plantio de acordo com as fases da lua;
- a circunferência de 360 graus;

o processo aritmético das operações matemáticas; multiplicação, divisão, soma e subtração além de raiz quadrada e cúbica.

Civilização Chinesa

Historiadores, baseados em documentos antigos, afirmam que a civilização chinesa possui mais de quatro mil anos de idade. Estes registros atestam a condição de uma das mais antigas e importantes civilizações de todo o mundo.

Os registros mais remotos do povo chinês comprovam a sua formação múltipla marcada pela influência de vários povoados que habitaram pioneiramente o território e estabeleceram-se nas proximidades do rio Amarelo. A Civilização chinesa foi responsável pela criação de importantes invenções. Até o século XV, os chineses ocuparam posição destacada na produção intelectual e tecnológica.

São eles os inventores da pólvora, do compasso, das primeiras prensas e da medicina. Entretanto, na Idade Contemporânea, a superioridade do Império Chinês foi abalada pelo contato com as nações europeias envolvidas no processo de expansão da economia industrial. Durante o século XIX, a ação imperialista acabou estabelecendo uma série de conflitos que colaboraram para um novo período da história chinesa. Os chineses então modernizaram suas instituições e, hoje, ocupam a categoria de potência mundial.

China

A China era habitada desde os tempos pré-históricos. No início do Período Neolítico, agricultores estabeleceram-se no vale do rio Amarelo (Huang-Ho). Por volta de 3000 a.C., já havia comunidades agrícolas sofisticadas no território chinês. Por volta de 1600 a.C., constituiu-se a primeira dinastia chinesa – a Shang.

Além da avançada agricultura, esse povo construiu palácios de madeira e desenvolveu a fabricação de objetos em bronze e em porcelana.

Poucas culturas despertam tanta curiosidade quanto a chinesa. Arqueólogos, historiadores, outros estudiosos e turistas visitam constantemente o país na tentativa de desvendar seus mistérios. E mistério é o que não falta na história desse povo milenar.

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo, juntamente com o Egito, a Mesopotâmia, a Pérsia, a Índia e a Grécia. Diversos objetos inventados na China antiga ainda hoje fazem parte do nosso cotidiano: o jogo de xadrez, os papagaios ou pipas de empinar, a bússola, a porcelana, a pólvora, os fogos de artifício, o guarda-chuva, o papel, a imprensa, produtos e técnicas medicinais como a acupuntura.

Os chineses eram conhecidos por sua grande preocupação com a saúde. Uma prova disso é que na Antiguidade o curso de medicina era muito procurado pelos jovens. Segundo a tradição, se alguém recebia seu corpo como uma dádiva dos pais, era sua obrigação protegê-lo contra doenças. Os exercícios corporais sempre foram muito valorizados pelos chineses, como forma de manter o corpo e a saúde mental em perfeitas condições.

Havia exceções a essa regra, como a prática, muito difundida entre os chineses, de cortar parte do corpo (pernas, braços, etc.) para ser usada no preparo de uma sopa medicinal, que era servida aos pais quando ficavam doentes.

Civilização Chinesa (continuação)

Localização

A China situa-se na parte leste da Ásia. É o terceiro maior país do mundo, depois da União Soviética e do Canadá.

É limitada ao norte pela Mongólia e pela União Soviética, a leste pela União Soviética, Coreia do Norte, mar Amarelo e mar da China Oriental; ao sul pelo mar da China do Sul, pelo Vietnã do Norte, Laos, Birmânia, Índia, Butão, Silkim, Nepal e Paquistão Ocidental; a oeste pelo Afeganistão e União Soviética.

Dois terços da China são montanhosos ou semidesérticos. A sua parte oriental é formada por férteis planícies e deltas. Há ilhas, sendo que a maior delas é Hainan, na costa meridional. Os rios principais são: Amarelo, Amur e Yu.

A China tem uma área de 9.596.961 Km2 e uma população superior a 1.300.000.000 de habitantes. Sua capital é Pequim. São cidades principais: Xangai, Pequim, Tientsin, Luta, Shenyang, Cantão, Wuhan, Harbin, Sain. 94% dos chineses são han e 11% de chuangs.

A agricultura é a base da economia. Os chineses plantam arroz, trigo, cevada, soja, painço, algodão, chá e tabaco. Há também grandes reservas de carvão, ferro, cobre, chumbo e outros minerais.

O Império do Meio: o início da grande civilização

Em 1929, o arqueólogo chinês Pei Wenzhong encontrou na aldeia de Zhoukoudian, perto de Beijing ou Pequim, atual capital da China, um crânio humano que datava de aproximadamente 500 mil anos. Esse crânio pertencia ao gênero Homo erectus, que viveu em regiões da África, da Ásia e da Europa entre cerca de 1,8 milhão e 300 mil anos atrás. O arqueólogo batizou o seu achado de “Homem de Pequim”.

Estudando esse fóssil e outros indícios encontrados na região, os pesquisadores concluíram que o Homo erectus chinês vivia em cavernas e produzia artefatos de pedra polida, utilizava o fogo para cozinhar os alimentos e proteger-se do frio. Vivia da caça, da pesca e da coleta de frutos das florestas. Tudo indica que os primeiros chineses tinham vida semelhante à dos demais povos do Paleolítico.

Sabe-se também que, há cerca de 6 mil anos, em Yangzhou, na região fértil do Rio Amarelo, desenvolveu-se uma cultura neolítica de agricultores e criadores de animais domésticos (cães e porcos). Ali também eram fabricados potes e vasos de cerâmica para armazenar os alimentos. Esses objetos de cerâmica eram ricamente decorados com símbolos que, pelo que parece, deram origem à escrita chinesa.

Vaso em cerâmica, um dos principais traços da cultura material chinesa

Fragmentos

O povoamento do vale do Rio Amarelo (Rio Hoang-Ho) se explica pela fertilidade do solo, favorável a pratica da agricultura, principalmente o cultivo do arroz. Durante centenas de anos a enchentes do rio e os ventos do deserto vinham depositando na terra uma camada de argila amarelada, conhecida como loesse, que deu ao rio um tom amarelado e o nome. Precedendo que o loesse era um eficiente fertilizante do solo, os chineses fixaram-se nas planícies às margens do rio, onde iniciaram o cultivo da terra. Para melhor aproveitar os recursos naturais da região, os chineses construíram canais de irrigação e diques para controlar as cheias. Essa prática é semelhante à que os egípcios antigos desenvolveram aproveitando as enchentes do Nilo.

Essas pequenas aldeias agrícolas deram origem a povoados, que mais tarde se transformaram em pequenos Estados governados por chefes políticos. Posteriormente, alguns desses pequenos Estados foram dominados por outros, fazendo surgir reis poderosos e respeitados. O poder passou a ser transmitido de pai para filho (poder hereditário), dando origem ao que chamamos de dinastias.

A família e aspectos culturais da China

Para a maioria dos chineses, e durante a maior parte da história da China, a família era o centro da vida social, e a devoção a ela era considerada uma grande virtude. Os pais sentiam-se responsáveis pela transmissão dos ensinamentos que vinham dos antepassados para seus filhos, como preservar a propriedade familiar.

As famílias chinesas eram muito numerosas. Geralmente os parentes viviam na mesma casa (pai, mãe, filhos, avós, netos, tios), reunindo muitas vezes três ou quatro gerações.

Para uma mulher casada, a maior virtude era a fidelidade, e isso também valia caso ela enviuvasse. Entretanto não era ilegal que uma mulher se casasse depois da morte do marido, o que de fato era até comum, por causa das dificuldades econômicas. No entanto, isso era visto como uma prática moral inferior. De acordo com a crença popular, a mulher que casasse em segundas núpcias seria considerada, depois de morta, um fantasma na família dos maridos.

Na China, os meninos recebiam tratamento diferenciado, uma vez que eram considerados os futuros chefes das famílias. Quando completavam 20 anos de idade, tinham seus cabelos cuidadosamente presos no alto da cabeça e protegidos por um gorro. Os casamentos eram normalmente arranjados entre famílias e, depois de casada, a mulher mudava-se para a casa do marido. Os imperadores chineses costumavam casar suas filhas com membros das famílias reais dos povos vizinhos e, assim, protegiam suas fronteiras.

Os meninos e meninas podiam frequentar as escolas. A sociedade chinesa sempre deu muita importância para a educação. Mesmo as crianças mais pobres recebiam instrução, muitas vezes da própria família.

A educação das meninas tinha o objetivo de prepará-las para as tarefas do lar, como bordar e costurar. Para os meninos, o objetivo central era prepará-los para concorrer ao cargo de funcionário real, que era escolhido pelo próprio imperador. Se fossem escolhidos, os rapazes teriam uma situação privilegiada dentro do Estado.

As cidades chinesas

Desde os primórdios as cidades chinesas foram densamente povoadas. Chang-an foi uma das mais famosas cidades da China na Antiguidade.

Por volta do século VII a.C., Chang-an já possuía 1 milhão de habitantes. Os tipos de moradias variavam de acordo com as condições sociais de cada um. Os nobres e os ricos comerciantes viviam perto dos palácios e a população empobrecida amontoava-se nas periferias das cidades. As melhores moradias tinham mais de um andar, eram cobertas com telhas e decoradas com cuidado e harmonia. Os trabalhadores urbanos e os camponeses habitavam casas pequenas, com pouca ventilação, cobertas por bambu.

A alimentação das camadas privilegiadas era rica e variada: carnes, ovos, cereais e vegetais. A comida era servida em belas vasilhas de porcelana, e como talheres utilizavam pauzinhos, feitos de bambu ou madeira. Para os pobres a comida quase sempre era insuficiente. Geralmente alimentavam-se de um cozido de vegetais. Nas regiões onde havia muitos arrozais (vale dos rios Hoang-

Ho e Yang Tse-Kiang, no sudeste da China), a alimentação era acrescida de uma tigela de arroz.

Bebida alcoólicas e chás eram apreciados pela população. Os banquetes organizados pelos nobres eram servidos em belas jarras decoradas com ornamentos de ouro, bronze ou prata.

Religião na China

Não havia somente uma religião na China, mas várias, e constituídas de filosofias diferentes.

Uma das mais conhecidas filosofias religiosas da China foi criada por Confúcio (ou Kung Fu-tzu, “Mestre Kung”), que viveu aproximadamente de 551 a 479 a.C. Confúcio era considerado o maior professor do império, sendo adorado em vários cantos do território. Seus ensinamentos falavam de ética e dos ritos de passagem de uma etapa da vida a outra, como nascimento, o casamento e a morte.

Confúcio (551-479 a.C.)

As ideias de Confúcio valorizavam a busca do equilíbrio e a harmonia para uma vida melhor. O conjunto de seus ensinamentos recebeu o nome de **confucionismo.** Essa filosofia religiosa, que até hoje é muito difundida na China, não pregava a adoração de um deus, mas o humanismo e as boas relações entre as pessoas. A regra fundamental de Confúcio dizia: “O que não queres que façam a ti, não faças aos outros”.

Outra importante manifestação religiosa continua sendo o budismo (linkar para budismo/religiões), originado na Índia, e que se expandiu na China a partir do século III d.C.

As religiões populares eram festivas e reuniam muitos seguidores. As famílias cultuavam os deuses nas festas anuais e nas oferendas aos antepassados. Acreditavam que os espíritos dos antepassados protegiam o lar e, por isso, reservavam um dos aposentos da casa para lhes servir de moradia. Em certas datas do ano, como aniversário ou morte do antepassado, os familiares o homenageavam.

A maior religião popular da China foi o **taoísmo** (linkar para religiões). Suas teorias foram criadas pelo pensador Lao-tsé, que viveu por volta do século VI a.C. Segundo Lao-tsé, o Tao seria criador do mundo e responsável pela ordem de todas as coisas e de todas as pessoas. O taoísmo ganhou muitos adeptos entre as camadas populares ao pregar que todos os que levassem uma vida muito miserável e sofrida na Terra poderiam alcançar uma vida melhor pós a morte, pela fé e pela purificação.

Segundo Lao-tsé, toda a natureza é regida pelo equilíbrio das energias yin (energia negativa e feminina) e yang (energia positiva e masculina), os opostos que se complementam. E o corpo humano é parte desse conjunto. A oposição entre as energias yin e yang pode explicar fenômenos que ocorrem em nosso corpo: se em harmonia, essas energias promovem a saúde; se em desequilíbrio, a doença.

Divindades de origem Taoísta

·Os Três Puros — Os Três Puros são a trindade Taoísta de deuses representando os princípios supremos.
·Quatro Imperadores — Reis celestes do Taoísmo.

- Imperador de Jade — O Imperador de Jade é o governante supremo de tudo, contado entre as principais divindades Taoístas.
- Beiji Dadi — Governante das estrelas.
- Tianhuang Dadi — Governante dos deuses.
- Imperatriz da Terra

· Xi Wangmu ou Rainha Mãe do Oeste é a deusa que detém o segredo da vida eterna e a entrada para o paraíso.
· Pak Tai ou Bei Di é o Deus Taoísta do Norte, Pak Tai é um dos Cinco Imperadores que desde a Dinastia Han são associados a cada um dos pontos

cardeais (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro) segundo a teoria dos Cinco Elementos. Em Hong Kong e Macau, são considerados divindades do vento. Pak Tai é também o deus das águas.
·Oito Imortais: Os Oito Imortais são uma crença Taoísta descrita pela primeira vez na Dinastia Yuan. O poder de cada Imortal pode ser transferido para uma ferramenta que pode dar vida e destruir o mal. A maioria nasceu nas Dinastias Tang ou Sung. Eles não só são venerados pelos Taoístas como são elementos da cultura chinesa. Vivem na Montanha Penglai.

Divindades de origem Budista

· Guan Yin ou Kuan Yin é a deusa da compaixão e piedade.
· Hotei é uma divindade budista popular. Deus da alegria e fortuna.
· Dizang é aquele que salva da morte.
· Yanluo é o governante do Inferno (forma abreviada do sânscrito Yama Raja
· Shi Tennô: Os Quatro Reis Celestes são deuses guardiões budistas.

Outras divindades

· Erlang Shen é um deus chinês com um terceiro olho na testa que vê a verdade.
· Lei Gong o deus do trovão.
· Guan Yu é o deus das irmandades, das artes marciais e, quando estas ocorrem, também deus da guerra.
· Zhao Gongming, deus da fortuna que monta um tigre.
· Bi Gan também é um deus da fortuna.
· Zhu Rong é o Deus do fogo.
· Gong Gong é o Deus da água.
· Chi You: Deus da guerra e inventor das armas de metal.

Mitologia chinesa

Os historiadores supõem que a mitologia chinesa tem início por volta de 1100 a.C. Os mitos e lendas foram passados de forma oral durante aproximadamente mil anos antes de serem escritos nos primeiros livros como o *Shui Jing Zhu* e o *Shan Hai Jing*. Outros mitos continuaram a ser passados através de tradições orais tais como o teatro e canções, antes de serem escritos em livros como no *Fengshen Yanyi*.

Civilização Chinesa (continuação)

Pássaros

Fenghuang.

- **Fenghuang** — O Fenghuang é considerado a fênix chinesa.
- **Jian:** A Jian é uma ave mítica que se acredita só tenha um olho e uma asa: um par dessas aves depende um do outro, é inseparável, daí, representar o marido e a mulher.
- **Jingwei:** Jingwei é o pássaro mítico que tenta encher o oceano com gravetos e seixos. Na verdade o Jingwei era a filha do Imperador Yandi, mas morreu jovem, afogada no Mar do Leste. Após sua morte ela decidiu renascer como um pássaro para vingar-se do mar trazendo gravetos e seixos das montanhas próximas tentando enchê-lo a fim de evitar que sua tragédia aconteça a outros.
- **Jiu Tou Niao:** É uma ave de nove cabeças usada para assustar crianças. Conta à lenda que ela sequestra jovens meninas e as leva para sua caverna onde ficam até ser salvas por um herói.
- **Su Shuang** é uma ave mitológica, também descrita como uma ave aquática.
- **Peng:** A Peng é uma ave mitológica gigante e de impressionante poder de vôo.
- **Zhu** — A ave Zhu é tida como um mau presságio.

Dragões

O dragão chinês é uma das criaturas mais importantes da mitologia chinesa. É considerada a mais poderosa e divina criatura e acredita-se que seja o regulador de todas as águas.

O dragão simbolizava grande poder e era apoio de heróis e deuses. Um dos mais famosos na mitologia chinesa é Yinglong. Diz-se ser o deus da chuva. Pessoas de diferentes lugares rezam para ele a fim de receber chuva. Na mitologia chinesa, acredita-se que os dragões possam criar nuvens com sua respiração. O povo chinês usa muitas vezes a expressão "descendentes do Dragão" como um símbolo de sua identidade étnica.

- **Yinglong** — é um servo poderoso de Huangdi. Uma lenda diz que Yinglong ajudou um homem chamado Yu a parar uma enchente do Rio Amarelo abrindo canais com sua cauda.
- **Reis Dragões** — Os reis dragões são os quatro governantes dos quatro oceanos (cada um corresponde a um ponto cardeal). Eles vivem em palácios de cristal no fundo do mar de onde governam a vida animal.
- **Fucanglong** — é um dragão do mundo subterrâneo que guarda os tesouros enterrados. Sua saída da terra provoca a erupção de vulcões.
- **Shenlong** — é um dragão que pode controlar os ventos e as chuvas.
- **Dilong** — é o dragão da terra.
- **Tianlong** — Tianlong são os dragões celestiais que puxam as carruagens dos deuses e guardam seus palácios.
- **Li** — O Li é um dragão dos mares menor. Não tem chifres.
- **Jiao** — O Jiao é outro dragão sem chifre que vive em pântanos. O dragão mais inferior.

Desenvolvimento econômico na China

O comércio foi uma intensa atividade econômica para os chineses. Primeiramente, praticava-se o escambo, que é a troca direta de mercadorias sem o uso de moedas. Posteriormente, em locais e épocas diferentes, moedas, barras e peças de ouro e bronze começaram a ser usadas nas relações comerciais. Os produtos comercializados eram geralmente alimentos, cerâmica e seda.

O comércio da seda foi uma das atividades mais lucrativas para os chineses. No século I d.C., o Império Romano tornou-se um dos maiores consumidores do produto. A seda era transportada geralmente por terra, e o caminho mais conhecido era aquele que atravessava o Deserto de Góbi, as terras dos atuais Cazaquistão e Turquia, até chegar a Roma. Esse trajeto era conhecido como rota da seda.

Quando os chineses desenvolveram as técnicas para a produção da seda, grande parte da população passou a se dedicar a essa atividade. A seda era muito utilizada na confecção de roupas para os imperadores e nobres, e, em ocasiões especiais, para decorar painéis e faixas com dizeres festivos ou fúnebres.

Gradualmente a produção da China estendeu-se por toda a Europa, onde o tecido delicado e caro era muito apreciado. Entretanto a seda só foi industrializada na Inglaterra no século XV. Atualmente a China ainda produz a melhor seda do mundo.

O desenvolvimento científico

Os estudiosos chineses, que dominavam tecnologias avançadas para a época, desenvolveram vários instrumentos que ainda hoje são muito úteis, como a bússola magnética, o sismógrafo (que mede a intensidade dos tremores de terra) e o compasso. Já no século II d.C., Zhang Heng construiu um globo celeste. Em 1088 Han Gonglian projetou o primeiro relógio astronômico movido a água do

mundo. Os chineses também deram uma grande contribuição para os estudos de astronomia e aritmética.

Bússola

Sismógrafo

Globo celeste de Zhang Heng

Inúmeros objetos e utensílios de bronze da dinastia Shang (1500-1027 a.C.) encontrados por arqueólogos, e que se encontram expostos em museus, comprovam a riqueza da antiga arte chinesa. O bronze era usado na confecção de objetos que seriam utilizados nas cerimônias reais e religiosas e não na fabricação de instrumentos agrícolas, como ocorria na Europa.

Jarro da dinastia Shang

Caixa de laca vermelha imitando um jarro utilizado em rituais

Os artesãos tinham papel de destaque na China antiga. Eram contratados pelo rei para confeccionar objetos de uso pessoal e adornos, tecidos para a roupagem da família imperial e para funcionários reais.

Os chineses consideravam o jade a pedra mais valiosa de todas e, por essa razão, era muito usada para fazer adornos e objetos.

A escrita chinesa

Os mais antigos registros escritos da China de que se tem notícia foram encontrados na cidade de Anyang, no leste da China, gravados em pedaços de ossos de animais e em cerâmicas.

Alguns sinais utilizados como escrita podiam ser facilmente relacionas ao Sol, representados por um circulo com um risco no meio, e ao cavalo, representado por um desenho do animal.

Como podemos perceber, a escrita chinesa, como a de outras civilizações, é ideográfica, ou seja, os símbolos expressam ideias. A escrita moderna chinesa é um aperfeiçoamento do modelo antigo.

Do Século 17 antes de Cristo						
Do século 11 antes de Cristo						
Do século 4 antes de Cristo						
Do século 2 antes de Cristo	日	月	火	水	羊	马
Do século 2 depois de Cristo	日	月	火	水	羊	马

A 际	B 家	C 加	D 東	E 节	F 姐	G 届	H 津	I 京
J 举	K 开	L 快	M 来	N 乐	O 联	P 临	Q 美	R 盟
S 民	T 明	U 南	V 你	W 年	X 您	Y 亲	Z 请	
a 生	b 圣	c 时	d 市	e 天	f 帖	g 文	h 西	i 喜
j 夏	k 先	l 小	m 协	n 新	o 行	p 学	q 宴	r 谊
s 迎	t 由	u 友	v 于	w 愉	x 圆	y 月	z 在	

A escrita chinesa e seus símbolos equivalentes ao nosso alfabeto.

Organização social chinesa: Imperadores, mandarins, grandes proprietários e camponeses

Os imperadores tinham a função de manter o equilíbrio e a harmonia entre os dois mundos: o natural (dos vivos) e o sobrenatural (dos mortos). Acumulavam funções administrativas, religiosas e sociais.

Julgar a capacidade do imperador era responsabilidade do Céu e nem sempre ela estava relacionada com as tarefas cumpridas na Terra.

E como saber se o imperador estava agradando ao Céu?

A sociedade chinesa acreditava que os deuses se manifestavam na natureza e na vida social. Revoltas populares, perturbações naturais (catástrofes, secas, inundações), invasões de povos estrangeiros eram sinais divinos de que o imperador deveria ser substituído por outro a qualquer momento.

Durante a dinastia Chin (221 – 206 a.C.) a China transformou-se em um Estado unificado, com o poder centralizado na figura do imperador. Como parte das medidas tomadas para fortalecer o poder real, surgiram **mandarins,** funcionários que controlavam a administração do estado, organizando o calendário das atividades reais, a construção de estradas, diques, barragens e obras públicas, e zelando pela justiça e segurança da sociedade. Os mandarins eram muito importantes, pois praticamente administravam o Estado. Por isso, desde cedo os meninos da nobreza eram preparados para exercer essa função.

A dinastia Chin ficou conhecida também pela construção da Muralha da China, com mais de 2.500 quilômetros de comprimento.

A Grande Muralha da China

A produção agrícola estava nas mãos de grandes e médios proprietários de terras. Existiam também grupos de camponeses que arrendavam, com suas famílias, as terras do governo, onde criavam animais e plantavam. Essas pessoas trabalhavam arduamente: além de sustentarem a família, tinham de pagar altos tributos pelo arrendamento das terras.

Curiosidades da China

- Sozinha, a China tem duas vezes mais gente do que a Europa inteira.
- 1,38 bilhões de pessoas, este é o número estimado de habitantes (pessoas registradas).
- Um em cada cinco habitantes do planeta vive na China, um quinto da população mundial.
- Se o mundo fosse uma única rua, um em cada quatro dos seus vizinhos seria chinês.
- Se você morasse na China neste momento estaria dividindo o cômodo que ocupa em sua casa com mais 7 pessoas.
- Por causa da superpopulação, cada casal só pode ter um filho. Mas, se o primeiro for menina, pode-se tentar de novo.
- Com quase 3.000 km de extensão, a Muralha da China, única obra feita pelo homem que pode ser vista do espaço, começou a ser construída em 200 A.C. e completa atualmente 2200 anos de vida. Sua construção envolveu mais de um milhão de pessoas, muitas das quais morreram ali mesmo.
  Sua imponência começa pelo aspecto visual e termina na prática, pois em alguns trechos de suas descomunais escadarias, o visitante só consegue subir os degraus de quatro, com as mãos no chão.
- Li ou Lee (forma inglesa) é o sobrenome mais comum do mundo. Só na China existem 87 milhões deles.
- O célebre Livro Vermelho de Mao, espécie de cartilha do comunismo chinês, atualmente só serve para ser vendido aos turistas nos portões da Praça da Paz Celestial, onde a figura de Mao Tse Tung ainda brilha.
- Na China, as ruas são extensões da casas. Ali os chineses comem, dormem, cortam o cabelo, fazem massagem, Tai-Chi-Chuan e até dançam.
- Dentro da China existem várias nações. Algumas inteiras, como é o caso do Tibete e algumas minorias (mongóis, turcos, cazaques, tibetanos, etc.). São por volta de 55 grupos diferentes, ou seja, 60 milhões de chineses não são tão chineses assim - 60 milhões! Mais do que uma França ou duas Argentinas! Na China até as minorias são exageradas.
- Imaginar que um país tão grande assim (o terceiro maior do mundo só atrás da Rússia e do Canadá) tenha a mesma geografia de norte a sul é o mesmo que generalizar que no Brasil só existe selva. É um erro grosseiro. Tanto das curiosas formações rochosas de Guilin, no oeste do país, quanto da maior de todas as montanhas - o Monte Everest - a China tem várias faces em sua geografia.

- Cobras, ervas, ratos, morcegos. Tudo cura na milenar medicina chinesa. Lagartos ressecados, por exemplo, são bons para tosse comprida, pedra nos rins e até mesmo impotência.
- A Fênix é uma das criaturas mágicas da mitologia chinesa. Dizem que só aparecia quando o país era governado por um bom imperador.
- As pétalas de uma Datura sagrada representam as cinco pontas da estrela.
- O cervo e o alto funcionário: símbolos de prosperidade.
- Por ser o BOI o animal que mais ajuda na lavoura, puxando o arado e a carroça, a maioria do povo chinês considera pecado comer sua carne.
- "Um faz dois, dois fazem três, de três nascem as dez mil coisas." Foi assim que Lao Tsé condensou a cosmologia chinesa. DEZ MIL é a expressão que simboliza o todo e a imortalidade.
- O sapo e a rã são símbolos de longevidade.
- A arte de empinar pipas é tradicional na China.
- O morcego é um símbolo de felicidade, e cinco morcegos juntos representam: longevidade, saúde, fortuna, amor à virtude e morte natural.
- Um quarto dos crimes previstos no Código Penal é punido com a morte, incluindo delitos menores como envenenar gado ou difundir pornografia.
- Os chineses são muito supersticiosos. Os andares 4, 14 e 24 de muitos prédios não existem, porque o ideograma do 4 é parecido com o da morte. Celulares terminados em 4 ou com muitos 4 são bem mais baratos, e muito utilizados por estrangeiros.

Civilização Persa

A civilização persa foi uma das mais expressivas civilizações da Antiguidade. A Pérsia situava-se a leste da Mesopotâmia, num extenso planalto onde hoje corresponde ao Irã, localizado entre o golfo Pérsico e o mar Cáspio. Ao contrário das regiões vizinhas, possuía poucas áreas férteis. Esta civilização estabeleceu-se no território por volta de 550 a.C..

Através de Ciro, que era um príncipe persa, realizou a dominação do Reino da região da Média e, assim, deu início à formação de um bem-sucedido reinado que durou cerca de vinte e cinco anos. Nesse período, este talentoso imperador também conquistou o reino da Lídia, a Fenícia, a Síria, a Palestina, as regiões gregas da Ásia Menor e a Babilônia.

O processo de expansão iniciado por Ciro foi continuado pela ação do imperador Dario, que dominou as planícies do rio Indo e a Trácia. Nesse momento, dada as grandes proporções assumidas pelo território persa, Dario viabilizou a ordenação de uma geniosa reforma administrativa. Pelas mãos de Dario, os domínios persas foram divididos em satrápias, subdivisões do território a serem administrados por um sátrapa.

Persas

Mosaico representando os exércitos persas.

O planalto do Irã, região montanhosa e desértica, situada a leste do Crescente Fértil, entre a Mesopotâmia e a Índia, foi povoado pelos medos e pelos persas.

A princípio, os persas eram dominados pelos medos. Essa situação se inverteria por volta de 550 a.C. Nessa época, sob o comando de Ciro, os persas dominaram os medos e passaram a controlar a região.

Os persas conquistaram ainda outros povos que viviam nas proximidades do planalto do Irã, impondo a todos a mesma administração. Eles acabaram por construir um vasto império. Seu território compreendia a Ásia Menor, a Mesopotâmia e uma parte da Ásia Central.

Esses domínios seriam ainda ampliados nos governos posteriores a Ciro: Cambises conquistou o Egito em 525 a.C.; Dario I dominou a Ásia até o vale do

rio Indo e também uma pequena parte da Europa, onde se localizavam algumas colônias gregas.

Dario e depois seu sucessor, Xerxes, tentaram conquistar ainda a região da atual Grécia, mas fracassaram. Em 330 a.C., o Império Persa foi conquistado por Alexandre Magno, da Macedônia.

A formação do império persa

Ciro inaugurou o chamado império persa. Com o aumento da população, houve a necessidade da expansão geográfica.

Ciro, o Grande (560-530 a.C.), tornou-se rei dos medos e persas, após haver conquistado Ecbátana e destronado Astíages (555 a.C.). Conquistou também a Babilônia (539 a.C.). O império ia desde o Helesponto até as fronteiras da Índia.

Ciro não proibia as crenças nativas dos povos conquistados. Concedia alguma autonomia para as classes altas, que governavam as regiões dominadas pelos persas, mas exigia, em troca, homens para seu exército, alimentos e metais preciosos. Ciro morreu em 529 a.C.

Cambises , filho e sucessor de Ciro, iniciou uma difícil campanha militar contra o Egito, em 525 a.C., finalmente vencida pelos persas na batalha de Pelusa. Nessa época o império persa abrangia o mar Cáspio, o mar Negro, o Cáucaso, grande parte do Mediterrâneo oriental, os desertos da África e da Arábia, o golfo Pérsico e a Índia. Cambise pretendia estender seus domínios até Cartago, mas não conseguiu levar esse plano adiante por causa de violenta luta interna pelo poder.

A luta pelo poder prosseguiu após a morte de Cambises. Dario, parente distante de Cambises, aliou-se a fortes setores da nobreza, tomou o trono e iniciou uma nova era na história da Pérsia.

Ciro, o grande (imperador persa)

A organização do império

Os povos dominados pelos persas podiam conservar seus costumes, suas leis, sua religião e sua língua. Eram obrigados, porém, a pagar tributos e a servir o exército persa.

Dario procurou organizar o império dividindo-o em províncias e nomeando pessoas de sua confiança para governá-las. Para facilitar a comunicação entre as províncias, foram construídas diversas estradas, entre elas a Estrada Real. Com mais de 2 mil quilômetros de extensão, essa estrada ligava as cidades de Susa e Sardes. Por ela passavam os correios reais, o exército e as caravanas de mercados.

A riqueza para sustentar esse enorme império era fornecida por camponeses livres, que viviam em comunidades e pagavam impostos ao imperador. Havia também o trabalho escravo, mas a maioria dos trabalhadores não pertencia a essa categoria.

Persas

Cultura e religião persas

Na arte, os persas receberam grande influência dos egípcios e dos mesopotâmicos. Fizeram construções em plataformas e terraços, nas quais utilizaram tijolos esmaltados em cores vivas.

No plano religioso, distinguiram-se por uma religião que ainda hoje é praticada em algumas partes do mundo: o zoroastrismo. Seu fundador, Zoroastro (daí o nome da religião), viveu entre 628 e 551 a.C.

De acordo com os princípios básicos do zoroastrismo, existem duas forças em constante luta: o bem e o mal. O deus do bem é Ormuz, que não é representado por imagens e tem como símbolo o fogo; o deus do mal é Arimã, representado por uma serpente.

Segundo o zoroastrismo, o dever das pessoas é praticar o bem e a justiça, para que, no dia do Juízo Final, Ormuz seja vitorioso e, assim o bem prevaleça sobre o mal. Além disso, aos bons estava reservada a vida eterna no paraíso.

Muitos dos valores do zoroastrismo acabaram sendo adotados por outras religiões. No cristianismo, por exemplo, encontram-se presentes as ideias de Juízo Final e paraíso e a dicotomia entre bem e mal.

Essa religião baseava-se na sinceridade entre as pessoas e foi transcrita no livro sagrado Avesta. O imperador era quase um deus , pois, segundo a crença , governava por ordem de deus.

A decadência do império

A tomada do estreito de Bósforo e Dardanelos no mar Negro pelas forças persas prejudicou o intenso comércio grego na região. O clima de tensão entre várias cidades gregas e o império persa transformou-se em longa guerra. Em 490 a.C., Dario tentou invadir a Grécia, mas foi derrotado pelos gregos na batalha de Maratona. Dario morreu e o poder passou as mãos de seu filho Xerxes, que

continuou a luta contra a Grécia, sendo derrotado em 480 e 479 a.C. nas batalhas de Salamina e Plateia.

Após sucessivas derrotas, os persas foram obrigados a se retirar e reconhecer a hegemonia grega no mar Egeu e na Ásia Menor (Lídia). Com o enfraquecimento do império, várias satrapias se revoltaram contra o domínio persa. Internamente a luta pelo poder tornou-se mais e mais violenta. Entretanto, durante a Guerra do Peloponeso (entre Atenas e Esparta) os persas tomaram novamente a Ásia Menor.

Com o assassinato de Dario III, um dos últimos sucessores do império, Alexandre Magno dominou toda a Pérsia e suas satrapias e anexou-as ao império greco-macedônico.

Hebreus

Os hebreus são conhecidos como israelitas ou judeus. Antepassados do povo judeu, os hebreus têm uma historia marcada por migrações e pelo monoteísmo.

Muitas informações sobre a história dos hebreus baseiam-se na interpretação de textos do Antigo Testamento, a primeira parte da Bíblia. O Antigo testamento foi escrito com base na tradição oral dos hebreus. Consta dele, por exemplo, a interpretação feita por esse povo da origem do mundo e de muitas das normas éticas e morais de sua sociedade. Convém ressaltar, entretanto, que esses textos são repletos de símbolos e sua interpretação é bastante difícil.

Vestígios da sociedade hebraica continuam sendo encontrados. Eles contribuem para lançar novas luzes sobre a história dos hebreus.

Segundo a tradição, Abraão, o patriarca fundador da nação hebraica, recebeu de Deus a missão de migrar para Canaã, terra dos cananeus, depois chamada de palestina, onde se localiza hoje a Estado de Israel.

Após passarem um período na terra dos cananeus, os hebreus, foram para o Egito, onde viveram em 300 e 400 anos, e acabaram transformados em escravos. Sua historia começa a ganhar destaque a partir do momento em que resolvem sair do Egito e, sob a liderança de Moisés, voltar a Canaã. Na história judaica, esse retorno é chamado de êxodo e aconteceu entre 1300 e 1250 a.C.

Em 70 d.C., a Palestina era uma província do Império Romano; as muitas rebeliões ocorridas na região levaram o governo imperial a expulsar os hebreus da Palestina. Esse acontecimento é denominado de diáspora. Até 1948, quando foi fundado o estado de Israel, os judeus viveram sem pátria, atualmente são os palestinos que não tem pátria, pois suas terras foram tomadas pelos israelenses.

Praticam a agricultura, o pastoreio, o artesanato e o comércio. Têm por base social o trabalho de escravos e servos. As tribos são dirigidas de forma absoluta

pelos chefes de família (patriarcas), que acumulam as funções de sacerdote, juiz e chefe militar. Com a unificação destas, a partir de 1010 a.C., elegem juízes para vigiar o cumprimento do culto e da lei. Depois se unem em torno do rei. Produzem uma literatura dispersa, mas importante, contida em parte na Bíblia e no Talmude.

Localização

A Palestina localizava-se em uma estreita faixa a sudoeste do atual Líbano. O rio Jordão divide a região em duas partes: a leste a Transjordânia; e a oeste, a Cisjordânia. Essa região é atualmente ocupada pelo estado de Israel.

Até hoje a região é bastaste árida. O principal rio é o Jordão, e assim mesmo não era suficiente para grandes obras de irrigação. Um solo pouco fértil e um clima bastante seco impediam que a região fosse rica. No entanto, tinha bastante importância, pois era passagem e ligação entre a Mesopotâmia e a Ásia Menor. E foi nessa região que assentou o povo hebreu, um entre os muitos que vagaram e se estabeleceram na Palestina.

Organização social e política dos hebreus

Após a morte de Moisés, os hebreus chegaram à palestina e, sob a liderança de Josué, que cruza o rio Jordão, combate com os cananeus que então habitavam a terra prometida. Vencidos os cananeus, os israelitas se estabelecem na Palestina. Nessa época, o povo hebreu estava dividido em 12 tribos ("os doze filhos de Israel"), que viviam em clãs compostos pelos patriarcas, seus filhos, mulheres e trabalhadores não livres.

O poder e prestígio desses clãs eram personificados pelo patriarca, e os laços entre esses clãs eram muito frágeis. Porém, devido às lutas pelas conquistas de Canaã ou Terra Prometida, surgiu necessidade do poder e do comando estar nas mãos de chefes militares. Estes chefes passaram a ser conhecidos como Juizes.

Com a concentração do poder em suas mãos, os juizes procuraram à união das doze tribos, pois ela possibilitaria a realização do objeto comum: O domínio da Palestina. As principais lideranças deste período foram os juizes: Sansão, Otoniel, Gideão e Samuel, todos eram considerados enviados de Jeová, para comandar os Hebreus.

A união das doze tribos era difícil de ser conseguida e mantida, pois os juizes tinham um poder temporário e mesmo com a unidade cultural, (língua, costumes, e, principalmente religião), havia muita divisão política entre as tribos. Assim foi preciso estabelecer uma unidade política. Isto foi conseguido através da centralização do poder nas mãos de um monarca, Rei, o qual teria sido escolhido por Jeová para governar.

Hebreus (continuação)

Os reis hebreus

O primeiro rei hebreu foi Saul (1010 a.C.) que liderou guerras contra os filisteus, porém morreu sem conseguir vencê-los. Foi sucedido por Davi (1006 a 966 a.C.), que conseguiu derrotar os filisteus e estabeleceu domínio sobre a Palestina, fundando o Estado Hebreu, cuja a capital passou a ser Jerusalém. E iniciou uma fase marcada pelo expansionismo militar e pela prosperidade.

Em seguida, Salomão (966 a 926 a.C.); sábio e pacífico famoso pelo poder e riqueza. Filho de Davi desenvolveu o comércio, aumentando a influência do reinado sem recorrer a guerra. No entanto a fartura e a riqueza que marcaram o seu reinado exigiam o constante aumento de impostos, que empobreciam mais e mais o trabalhador, criando um clima de insatisfação no povo hebreu.

O cisma político-religioso: os reinos de Israel e Judá

Após a morte de Salomão, houve a divisão política e religiosa das tribos e o fim da monarquia unificada.

Os hebreus dividiram-se em Dez tribos do norte e formaram o Reino de Israel, liderados por Jerobaão. Após disputas internas, chegaram a um acordo em 878 a.C., com a escolha de Omri para rei. Apesar de a veneração a Iavé persistir, foi introduzido o culto a vários deuses.

Duas tribos do sul e formaram o Reino Judá, liderados por Reoboão, filho de Salomão (924 a.C.).

A dominação estrangeira

O Reino de Israel, desde o inicio viveu na idolatria; isto fez com que a ira de Deus se manifestasse sobre ele permitindo que no ano 722 a.C., fosse conquistado por Sargão II, da Assíria, e seu povo fosse levado para o cativeiro, sendo seu território habitado por outros povos, ali colocados por ordem do rei da Assíria.

O castigo de Deus veio sobre ela através do rei Nabucodonosor, da Babilônia, no ano 586 a.C. A cidade santa, Jerusalém, foi destruída e o Templo queimado e os nobres eram amarrados e levados para o cativeiro.

O cativeiro durou até os dias de Ciro, rei da Pérsia que permitiu que o povo que estava escravizado na Caldeia, regressar a Palestina e reerguer o Templo de Jerusalém (536 a.C.). A seguir a Palestina foi invadida por Alexandre da Macedônia (322 a.C.). Depois passou a seu protetorado egípcio (301 a.C.), Colônia Síria (198 a.C.), e província romana (63 a.C.).

No ano 70 da era cristã, após uma fracassada revolta contra a dominação romana, Jerusalém foi conquistada por Tito e seus exércitos, ocorrendo uma segunda destruição do Templo. Atualmente do templo de Jerusalém resta apenas um muro, conhecido como o Muro das Lamentações.

A religião dos hebreus

Os hebreus foram um dos primeiros povos a cultuar um único deus, isto é, eram monoteístas. No judaísmo, religião professada pelos hebreus, o único deus é Javé, cuja imagem não pode ser representada em pinturas ou estátuas.

O judaísmo é baseado nos Dez Mandamentos supostamente revelados a Moisés no monte Sinai. Os dois traços característicos da religião dos hebreus são o monoteísmo e o salvacionismo isto é a crença na vinda de um Messias ou Salvador para libertar o povo hebreu.

O Judaísmo constitui uma das bases do cristianismo, com o qual o Islamismo formou tríade das religiões universais.

Páginas de uma Bíblia escrita em aramaico

Aspectos culturais

Da cultura criada pelos hebreus, a religião, é sem dúvida o legado mais importante. A escrita e literatura, entre os hebreus, povo de língua semita, surgiu muito cedo através de uma escrita própria. A arqueologia revelou a existência da escrita a partir de meados do segundo milênios a. C., (época do Êxodo). Aos poucos, porém eles foram substituindo, em sua escrita a sua língua original pelo aramaico, que era a língua comercial e diplomática do Oriente, próximo na antiguidade. O alfabeto hebraico atual é uma variedade do aramaico, que juntamente com a língua aramaica tornou-se muito difundido, suplantando os outros alfabetos e línguas semitas.

Fragmento de pedra com escrita em aramaico

Nas artes o monoteísmo hebraico influenciou todas as realizações culturais dos hebreus. Deve-se destacar a arquitetura, especialmente a construção de Templos, muralhas e fortificações. A maior realização arquitetônica foi o Templo de Jerusalém.

Templo de Jerusalém

Nas ciências, não apresentaram progresso notável. A importância cultural da sociedade hebraica residiu principalmente na esfera religiosa e moral (na lei Mosaica), sua área de influência atingiu o Ocidente e grande parte do oriente.

Egito

Os registros iniciais da civilização que se formou às margens do Rio Nilo datam de aproximadamente 6 mil anos. O que conhecemos sobre aquela civilização nos indica que atingiu um padrão complexo na arte, na ciência, no comércio e na religião. Essa cultura elaborada acentuava a diferença entre os que tinham e os que não tinham posses.

O Egito está localizado em região desértica, às margens do Rio Nilo, na porção nordeste do continente africano, é banhado tanto pelo Mar Mediterrâneo quanto pelo Mar Vermelho e limita-se com o Sudão e com o Deserto da Líbia. Apesar de situado numa região desértica, com poucas chuvas, ele é cortado por um vale muito fértil percorrido pelo Rio Nilo, rio que teve um papel decisivo na vida e, principalmente na economia do Antigo Egito.

Podemos observar, no mapa abaixo, a região do Egito denominada *Crescente Fértil.*

O nome Crescente Fértil deriva do fato de que, se traçarmos uma faixa de união entre o Rio Tigre, o Rio Eufrates, o Rio Nilo e o Rio Jordão, obteremos a forma de uma meia-lua (lua crescente) e também por ter o seu solo muito fértil em um local onde a maior parte das terras era muito árida para qualquer cultivo.

Esse solo fértil deve-se graças ao regime de enchentes anuais no Rio Nilo que, durante os meses de junho a setembro, o rio transbordava, inundando suas margens; quando voltava a seu leito normal, deixava o vale fertilizado pelo húmus (fertilizante orgânico) e pronto para o plantio.

Períodos da História Egípcia

A história do Egito divide-se em três fases: o Antigo Império; Médio Império e o Novo Império.

Ao longo desses três períodos, o Egito atingiu o apogeu. Porém, a partir do século VII a.C. o Egito foi invadido por vários povos e perdeu o seu antigo esplendor. A seguir, uma rápida explanação sobre cada período.

<u>ANTIGO IMPÉRIO (3200 a.C. – 2100 a. C.)</u>

Durante o Antigo Império foram construídas obras de drenagem e irrigação, que permitiram a expansão da agricultura; são desse período ainda as grandes pirâmides dos faraós Quéops, Quéfren e Miquerinos, construídas nas proximidades de Mênfis, a capital do Egito na época.

As pirâmides eram túmulos dos faraós. Para o seu interior era levada grande quantidade de objetos que pertenciam ao soberano, como móveis, joias e outros objetos preciosos.

Durante o Antigo Império, o faraó conquistou amplos poderes. Isso acabou gerando alguns conflitos: os grandes proprietários de terra e os chefes dos diversos nomos não aceitaram a situação e procuraram diminuir o poder do faraó. Essas disputas acabaram por enfraquecer o poder político do Estado.

MÉDIO IMPÉRIO (2100 a.C. – 1580 a.C.)

Durante o Médio Império, os faraós reconquistaram o poder político no Egito. A capital passou a ser Tebas.

Nesse período, conquistas territoriais trouxeram prosperidade econômica. Mas algumas agitações internas voltariam a enfraquecer o império, o que possibilitou, por volta de 1750 a.C., a invasão dos hicsos, povo nômade de origem asiática. Os hicsos permaneceram no Egito cerca de 170 anos.

NOVO IMPÉRIO (1580 a.C. – 715 a.C.)

O período iniciou-se com a expulsão dos hicsos e foi marcado por numerosas conquistas territoriais. Em seu final ocorreram agitações internas e outra onda de invasões. Devido ao enfraquecimento do Estado, o Egito foi conquistado sucessivamente pelos assírios (670 a.C.), persas (525 a.C.), gregos (332 a.C.) e romanos (30 a.C.)

POLÍTICA E SOCIEDADE DO EGITO ANTIGO

Inicialmente, os egípcios se organizaram por meio de um conjunto de comunidades patriarcais chamadas de *nomos*. Os nomos eram controlados por um chefe chamado *nomarca*. Os nomos se agrupavam em duas regiões distintas, que formavam dois reinos rivais: o reino do Alto Egito e o reino do Baixo Egito.

Por volta de 3.200 a.C. o reino do Norte dominou o reino do Sul, unificando assim, o Egito. O responsável por essa união foi Menés, que passou, então, a ser chamado de faraó, cujo significado é “casa grande”, “rei das duas terras”. O poder dos reis passava de pai para filho, isto é, era hereditário. Como os egípcios

acreditavam que os faraós eram deuses ou, pelo menos, representantes diretos dos deuses na Terra, a forma de governo que se instalou foi chamada de monarquia teocrática.

A ilustração abaixo representa como era dividida a sociedade no Antigo Egito:

Como podemos perceber, a sociedade egípcia era organizada em torno do faraó, senhor de todas as terras e de todas as pessoas. Ele era responsável pela justiça, pelas funções religiosas, pela fiscalização das obras públicas e pelo comando do exército. O faraó era considerado um deus vivo, filho de deuses e intermediário entre eles e a população. Em sua honra, realizavam-se inúmeros cultos.

Abaixo do faraó, e em ordem de importância, estavam o Vizir do Alto Egito, o do Baixo Egito e o Sumo-Sacerdote de Amon-Rá, um dos principais deuses do Egito Antigo. Os vizires contavam com a ajuda dos supervisores e dos nomarcas, isto é, os governadores dos nomos, os distritos do Egito. Os nomarcas por sua vez, eram auxiliados pelos funcionários do governo, os escribas, que sabiam ler e escrever.

A centralização política do Egito não foi de fato uma constante em sua história. Vários episódios de dissolução do Estado podem ser observados durante sua trajetória. Por volta de 2.300 a.C., uma série de contendas internas e invasões deram fim à supremacia do faraó. Nos três séculos subsequentes os nomos voltaram a ser a principal unidade de organização sócio-política. Esse primeiro período que vai da unificação ao restabelecimento dos nomos corresponde ao Antigo Império.

Ao fim do século XXI a.C., o Estado centralizado foi restabelecido graças aos esforços do faraó Mentuhotep II. A servidão coletiva foi mais uma vez adotada, permitindo a construção de vários canais de irrigação e a transferência da capital para a cidade de Tebas. Mesmo sendo um período de diversas conquistas e desenvolvimento da cultura egípcia, o Médio Império chegou ao seu fim em 1580, com a dominação exercida pelos hicsos.

A presença estrangeira serviu para que os egípcios se unissem contra a presença dos hicsos. Com a expulsão definitiva dos invasores, temos o início do Novo Império.

Nessa época, presenciamos a dominação egípcia sob outros povos. Entre as civilizações dominadas pelos egípcios, destacamos os hebreus, fenícios e assírios. Tal expansão das fronteiras possibilitou a ampliação das atividades comercias durante o Novo Império.

O Novo Império, considerado o mais estável período da civilização egípcia, teve seu fim com a deflagração de uma série de invasões. Os assírios, persas, macedônios e romanos invadiram e controlaram o Egito ao longo da Antiguidade. Ao longo de mais de 2500 anos, os egípcios ainda foram alvo do controle árabe, turco e britânico.

Egito - Economia e Religião

ECONOMIA

A agricultura era a atividade econômica principal dos egípcios. Inicialmente, para melhor aproveitar as águas do rio Nilo, os camponeses uniam-se, empenhando-se na construção de diques e no armazenamento de cereais para a época de escassez.

Com o tempo, a produção agrícola tornou-se variada, sendo cultivados algodão, linho (utilizados na fabricação de roupas), trigo, cevada, gergelim, legumes, frutas e, principalmente, oliveiras.

Às margens do rio os camponeses faziam pomares e hortas, produzindo favas, lentilhas, grão–de–bico e pepinos. Cultivavam ainda uva, utilizada na fabricação do vinho.

Perto de suas casas, eles criavam porcos e carneiros. O trabalho no campo era realizado com o auxílio de um arado de madeira puxado por bois.

Os camponeses que moravam nos pântanos e nos lagos costeiros, organizados em equipes, criavam em tanques numerosas variedades de peixes. O peixe, seco e conservado, era consumido muitas vezes com pão e cerveja, e constituía parte importante da alimentação dos egípcios.

Contando com um intenso artesanato, o comércio também foi outra importante atividade econômica no Egito Antigo.

RELIGIÃO

A religião desempenhava papel importante na sociedade egípcia: todos os aspectos da vida de um egípcio eram regulados por normas religiosas.

Havia cerimônias religiosas para os acontecimentos individuais: nascimento, casamento, morte, etc., e também para os acontecimentos que envolviam toda a sociedade, como as festas na época da colheita.

Abertura da Boca: um dos rituais funerários do Antigo Egito

As crenças egípcias giravam em torno da adoração de vários deuses, o politeísmo, e a crença em deuses com forma humana e animal, o antropozoomorfismo. Muitos deles eram associados a determinadas forças da natureza. O politeísmo egípcio era acompanhado pela forte crença em uma vida após a morte. É a partir desse princípio religioso que podemos compreender a complexidade dos rituais funerários e a preparação dos cadáveres através do processo de mumificação.

Os antigos egípcios acreditavam numa vida após a morte e no retorno do espírito ao corpo. Muito do que conhecemos hoje sobre os costumes e o modo de vida do Egito Antigo está associado a essa crença. A maior parte do nosso conhecimento vem da análise das pinturas e dos objetos deixados pelos egípcios nos túmulos.

RITUAIS DE VIDA E MORTE

Os egípcios acreditavam na vida após a morte, mas se quisessem gozar o outro mundo, seus corpos teriam de sobreviver. Por essa razão, mumificavam seus mortos. A técnica de preservar corpos é chamada de embalsamamento e os egípcios foram verdadeiros mestres nessa atividade.

Deus Anúbis realizando uma mumificação

Após a morte, o corpo era esvaziado e desidratado com a ajuda de um sal especial. Em seguida, embalsamado e envolvido com faixas de tecido de linho. As vísceras do morto eram colocadas separadamente em quatro recipientes.

Somente o coração era substituído por algum objeto. Por ser impossível conservá-lo, uma peça em forma de escaravelho (inseto de quatro asas, também chamado de bicho-bolo) era colocada em seu lugar. Em geral, um texto sagrado envolvia o novo "coração". Assim, o anterior era substituído simbolicamente.

Enquanto os embalsamadores se ocupavam da proteção do corpo, uma sepultura era preparada e decorada.

Capela funerária de Tutmés III

Nem todos os egípcios eram enterrados em pirâmides, como acontecia com os faraós. O sepultamento variava conforme a posição social do indivíduo e sua riqueza. Havia outros tipos de túmulos: os hipogeus e as mastabas.

Os hipogeus eram túmulos subterrâneos cavados nas rochas, principalmente nos barrancos de rios ou nas encostas de montanhas. Podiam possuir vários compartimentos e ser ricamente decorados. As mastabas eram tumbas, de base retangular, que tinham no interior uma sala para oferendas, uma capela e uma câmara mortuária subterrânea, onde ficavam os mortos. As pessoas mais humildes eram enterradas em covas simples no meio do deserto.

Para o interior do túmulo, os egípcios levavam objetos de uso diário e as riquezas que possuíam e pintavam cenas cotidianas. Acreditavam que, agindo assim, garantiriam o conforto na vida após a morte.
Um ponto curioso nos rituais do Egito era a zoolatria, ou seja, a adoração de animais. Os animais tidos como sagrados eram também cuidadosamente mumificados, após a morte, e depositados em cemitérios especiais.

Deuses e Escrita do Egito

OS DEUSES

Os egípcios cultuavam inúmeros deuses, com funções e aspectos variados. Existiam deuses cultuados em todo Egito e outros adorados apenas em determinados lugares. Entre os primeiros estavam os deuses ligados à morte e ao enterro, como Osíris.

O culto ao Isis e Osíris era o mais popular no Egito Antigo. Acreditava-se que Osíris e sua irmã-esposa, Isis, tinham povoado o Egito e ensinado aos camponeses as técnicas da agricultura. Conta a lenda que o deus Set apaixonou-se por Isis e por isso assassinou Osíris. Esse ressuscitou e dirigiu-se para o Além, tornando-se o deus dos mortos.

Os antigos egípcios acreditavam que as lágrimas de Isis, que chorava a morte do esposo, eram responsáveis pelas cheias periódicas do Nilo. Também era adorado o deus Hórus, filho de Isis e Osíris.

O CONHECIMENTO E AS ARTES

Os egípcios desenvolveram importantes conhecimentos em diversas áreas: na aritmética, na astronomia, ma química e na área da saúde.

A medicina egípcia apresentava grandes avanços, como a criação de tratamentos médicos, delicadas intervenções cirúrgicas e tratamento de doenças, destaca-se ainda, a mumificação de cadáveres.

A fim de resolver problemas práticos desenvolveram técnicas como o controle das inundações, a construção de sistemas hidráulicos, a preparação da terra para a semeadura de acordo com o ciclo das estações.

As manifestações artísticas tinham evidente conotação religiosa sempre voltadas para a glorificação dos deuses e a vida de alguns faraós. Na arquitetura e na engenharia a construção de pirâmides e templos representaram um grande avanço em tais áreas.

A ESCRITA EGIPCIA

A escrita egípcia era feita com sinais ou caracteres pictóricos que representavam imagens de pássaros, insetos, objetos, etc., conhecidos como hieróglifos.

Segundo a maioria dos historiadores, os egípcios começaram a utilizar os hieróglifos por volta de 3200 a.C. Essa, com certeza é uma das escritas mais antigas do mundo.

Nesta escrita, cada sinal representava um objeto: havia partes do corpo humano, plantas, animais, edifícios, barcos, utensílios de trabalho, profissões, armas. Com o tempo, esses desenhos foram substituídos por figuras mais simplificadas ou por símbolos gráficos**.**

Para representar sentimentos, como ódio ou amor, ou ações como amar e sofrer, os egípcios desenhavam objetos cujas palavras que os designavam tinham sons semelhantes aos das palavras que os hieróglifos se referiam a algo concreto, havia um sinal vertical ao lado de cada figura. Se fossem referentes a algo abstrato, havia o desenho de um rolo de papiro. Se correspondesse à determinada pessoa, os hieróglifos traziam sempre a imagem de uma figura feminina ou masculina, mostravam um pequeno sol. Para completar, os hieróglifos podiam ser escritos da direita para a esquerda ou vice-versa a ordem certa, em cada caso, dependia da direção dos olhos das figuras humanas ou dos pássaros representados.

A partir dos hieróglifos, os egípcios desenvolveram outros sistemas. Veremos agora, em síntese, como eram empregados esses sistemas:

- Hieroglífico: considerado sagrado, era utilizado pelos sacerdotes;
- Hierático: era mais simples, utilizado pelos escribas nos papiros;
- Demótico: o mais simplificado era de uso popular.

Para escrever era utilizado o papiro, espécie de papel fabricado com o talo de uma planta de mesmo nome, acompanhado de pincéis, paletas, tinteiros e um pilão. Quando eles iam escrever esmagavam os pigmentos no pilão e depois transferiam a tinta para o tinteiro, que tinha duas cavidades: Uma para tinta vermelha e outra para a tinta preta. Os pincéis eram umedecidos com água que ficava numa bolsa de couro. Algumas paletas tinham caráter espiritual para os escribas, sendo guardadas em seus túmulos.

A escrita hieroglífica foi decifrada pelo francês Jean-François Champollion, que, após anos de estudo, concluiu seu trabalho em 1822, decifrando a Pedra de Roseta, um pedaço de basalto negro onde estava gravado um texto em grego, hieróglifos e demótico.

Quem realizava este trabalho de registro eram os escribas. Os escribas eram altos funcionários a serviço do faraó. Tinham como dever, anotar o que acontecia nos campos, contar os grãos, registrar as cheias do Nilo, calcular os impostos que os camponeses deveriam pagar, escrever contratos, atas judiciais, cartas, além de registrar os outros produtos que entravam no armazém.

Além da escrita, os escribas tinham que conhecer as leis, saber calcular impostos e ter noções de aritmética. Os escribas possuíam um pictograma próprio, representado pela paleta. Lê-se sech (escrever), e faz parte das palavras relacionadas com arquivos, impostos e tributos.

A vida dos egípcios

A maior parte da população egípcia morava em pequenas cabanas feitas de junco, madeira e barro. As casas eram construídas nos locais mais elevados, para não serem atingidas pelas inundações. Essas casas, além de fornecer abrigo nas noites frias, protegiam das tempestades de areia. Nas épocas de muito calor, as famílias procuravam locais mais elevados para tomar ar fresco e fugir do mormaço do interior das casas.

A casa dos camponeses era simples, geralmente com uma única divisão e quase sem móveis. Os camponeses possuíam apenas algumas esteiras, alguns utensílios de cozinha e alguns vasos. Como não havia talhares, as pessoas comiam com as mãos.

As casas dos egípcios mais ricos eram confortáveis. Feitas com tijolos de barro secos ao sol, elas eram bem decoradas e mobiliadas. Possuíam camas, mesas, cadeiras, e os bancos tinham assentos de couro ou de palha. Mesmo as casas de alguns artesãos, que não eram ricos, eram bem melhores que as casas dos camponeses.

A alimentação dos egípcios consistia de pão, cebola, alho, favas, lentilhas, rabanetes, pepinos e, às vezes, peixe. Essa alimentação era regada por cerveja não fermentada. Os pobres só comiam carne e frutas nos dias de festas. O vinho só aparecia na mesa dos ricos, que, além dos alimentos citados, consumiam frutas, queijos e carnes de animais domésticos e selvagens.

Em suas atividades de caça e pesca no Nilo, os egípcios navegavam em pequenas e frágeis embarcações feitas de feixes de papiro atados. Os pescadores trabalhavam em grupos e utilizavam enormes redes. Os nobres, porém, pescavam só por diversão, com auxílio de lanças.

Os camponeses e artesãos vestiam-se apenas com um pedaço de tecido, colocado em forma de tanga em volta da cintura. As mulheres usavam uma longa túnica e os meninos geralmente andavam nus. Os ricos usavam trajes mais requintados. Os nobres, por exemplo, usavam um saiote pregueado e suas mulheres, vestidos bordados com contas.

Nas cerimônias, tanto os homens como as mulheres usavam pesadas perucas. Além disso, independentemente de idade ou sexo, os egípcios gostavam de usar imensas joias – tiaras, brincos, colares, anéis, braceletes e pulseiras. Essas joias podiam ser de ouro, prata, pedras semipreciosas, contas de vidro, conchas ou pequenas pedras polidas de cores bonitas.

Os egípcios tinham ainda seus jogos e divertimentos. Os jovens nobres, por exemplo, costumavam sair em carros puxados por cavalos para ir ao rio pescar, apanhar aves ou caçar hipopótamos e crocodilos.

A luta e a natação eram os esportes mais populares. Os barqueiros costumavam formar equipes e fazer competições no rio. Nessas ocasiões iam armados com

paus a fim de derrubar seus adversários na água.
Os egípcios apreciavam muito os jogos de tabuleiro. Esses jogos assemelhavam-se aos jogos de xadrez e de damas que conhecemos hoje.

As crianças egípcias também tinham seus jogos e brinquedos. Gostavam muito de dançar, disputar jogos de equipe, e brincar com bonecas e bolas.

As mulheres na sociedade egípcia

Os relevos e pinturas dos túmulos fornecem imenso e importante material para se estudar a vida cotidiana dos amigos egípcios. Apesar de os grandes túmulos terem pertencido apenas aos membros dos grupos sociais mais ricos, algumas cenas de seu interior permitem-nos lançar um olhar sobre o cotidiano de grande parte da população.

As informações transmitidas por estas cenas podem ser complementadas por objetos de uso diário, que eram muitas vezes sepultados com seus proprietários. Os textos literários e administrativos são também importantes.

Assim, é possível conhecer um pouco o papel das mulheres no Egito Antigo analisando a decoração dos túmulos. Nessas cenas, a esposa ou a mãe do proprietário do túmulo têm maior destaque. Em geral, as duas aparecem vestidas de forma simples, mas elegante, sentadas comodamente com o homem à mesa de oferendas. Por vezes, elas acompanham o homem quando ele observa cenas de trabalho.

No outro extremo, encontramos as mulheres ocupadas em trabalhos servis, fazendo pão e cerveja, fiando ou tecendo. São atividades feitas, provavelmente, em aposentos domésticos de uma casa mais rica.

A cor amarelada da pele das mulheres indica, entre outras coisas, uma menor exposição ao sol do que a dos homens, representados com aparência mais avermelhada. Isso sugere uma reclusão maior da mulher.

É possível que não fosse seguro para elas se aventurarem pelos espaços externos. Um texto de Ramsés III afirma: "Tornei possível à mulher egípcia seguir seu caminho, podendo as suas viagens prolongar-se até onde ela quiser, sem que qualquer outra pessoa a assalte na estrada", o que implica não ter sido sempre este o caso.

Nos túmulos mais antigos as mulheres estão ausentes dos trabalhos de maior destaque e das diversões mais agradáveis. Para além das cenas de tocadoras de instrumentos e de dançarinas acrobáticas, o papel das mulheres neste período parece ter sido muito restrito.

As mulheres não tinham quaisquer títulos importantes e, à exceção de alguns membros da família real e das rainhas, dispunham de pouco poder político.

O titulo que detinham em geral era o de senhora da casa. Quase todas eram analfabetas.

Fenícios

A civilização fenícia desenvolveu-se na Fenícia, território do atual Líbano. Os fenícios eram povos de origem semita. Por volta de 3000 a.C., estabeleceram-se numa estreita faixa de terra com cerca de 35 km de largura, situada entre as montanhas do Líbano e o mar Mediterrâneo. Com 200 km de extensão, corresponde a maior parte do litoral do atual Líbano e uma pequena parte da Síria.

Por habitarem uma região montanhosa e com poucas terras férteis, os fenícios dedicaram-se à pesca e ao comércio marítimo.

As cidades fenícias que mais de desenvolveram na antiguidade foram Biblos, Tiro e Sidon.

Características da Fenícia

A fenícia, terra de marinheiros e comerciantes, ocupava uma estreita área, com aproximadamente 40 km de largura, entre o mar Mediterrâneo e as montanhas do Libano. Atualmente essa região corresponde ao Libano e a parte da Síria.

O solo montanhoso da Fenícia não era favorável ao desenvolvimento agrícola e pastoril. Vivendo como que espremido em seu território. o povo fenício percebeu a necessidade de se lançar ao mar e desenvolver o comércio pelas cidades do Mediterrâneo.

Entre os fatores que favoreceram o sucesso comercial e marítimo da Fenícia, podemos destacar que a região:

Era muito encruzilhada de rotas comerciais, o escoadouro natural das caravanas de comercio que vinham da Ásia em direção ao Mediterrâneo;

Era rica em cedros, que forneciam a valiosa madeira para a construção de navios;

Possuía bons portos naturais em suas principais cidades (Ugarit, Biblos, Sidon e Tiro);

Tinha praias repletas de um molusco (múrice), do qual se extraía a púrpura, corante de cor vermelha utilizando para o tingimento de tecidos, muito procurados entre as elites de diversas regiões da Antiguidade.

As cidades fenícias

A Fenícia era, na verdade, um conjunto de Cidades-Estado, independentes entre si. Algumas adotavam a Monarquia Hereditária; outras eram governadas por um Conselho de Anciãos. As cidades fenícias disputavam entre si e com outros povos, o controle das principais rotas do comércio marítimo.

Fenícios (continuação)

Economia

A principal atividade econômica dos fenícios era o comércio. Em razão dos negócios comerciais, os fenícios desenvolveram técnicas de navegação marítima, tornando-se os maiores navegadores de Antiguidade.

Desse modo, comerciavam com grande número de povos e em vários lugares do Mediterrâneo, guardando em segredo as rotas marítimas que descobriam. Considerável parte dos produtos comercializados pelos fenícios provinha de suas oficinas artesanais, que dedicavam à metalurgia (armas de bronze e de ferro, joias de ouro e de prata, estátuas religiosas). à fabricação de vidros coloridos e à produção de tintura de tecidos (merecem destaque os tecidos de púrpura). Por sua vez, importavam de várias regiões produtos como metais, essências aromáticas, pedras preciosas, cavalos e cereais. Tiro era a principal cidade que se dedicava ao comércio de escravos, adquirindo prisioneiros de guerra e vendendo-os aos soberanos do Oriente próximo. Expandindo suas

atividades comerciais, os fenícios fundaram diversas colônias que, a princípio, serviam de bases mercantis. Encontramos colônias fenícias em lugares como Chipre, Sicília, Sardenha e sul da Espanha. No norte da África, os fenícios fundaram a importante colônia de Cartago.

Relevo de um barco fenício

O alfabeto, uma criação fenícia

O que levou os fenícios a criarem o alfabeto foi justamente a necessidade de controlar e facilitar o comércio. O alfabeto fenício possuía 22 letras, apenas consoantes, e era, portanto, muito mais simples do que a escrita cuneiforme e a hieroglífica. O alfabeto fenício serviu de base para o alfabeto grego. Este deu origem ao alfabeto latino, que, por sua vez, gerou o alfabeto atualmente utilizado no Brasil.

Os fenícios e a religião

A religião dos fenícios era politeísta e antropomórfica. Os fenícios conservaram os antigos deuses tradicionais dos povos semitas: as divindades terrestres e celestes, comuns a todos os povos da Ásia antiga. Assinale-se, como fato estranho, que não deram maior importância às divindades do mar.

Cada cidade tinha seu deus, Baal (senhor), associado muitas vezes a uma entidade feminina - Baalit. O Baal de Sidon era Eshmun (deus da saúde). Biblos adorava Adônis (deus da vegetação), cujo culto se associava ao de Ashtart (a caldeia Ihstar; a grega Astarteia), deusa dos bens terrestres, do amor e da primavera, da fecundidade e da alegria. Em Tiro rendia-se culto a Melcart e Tanit.

Para aplacar a ira dos deuses sacrificavam-se animais. E, às vezes, realizavam-se terríveis sacrifícios humanos. Queimavam-se, inclusive, os próprios filhos. Em algumas ocasiões, 200 recém-nascidos foram lançados, ao mesmo tempo, ao fogo - enquanto as mães assistiam, impassíveis, ao sacrifício.

Idade Média - História Medieval

Os estudos da Idade Média geralmente se referem à Historia da Europa, em particular à parte Ocidental. Mas não pode generalizar os aspectos históricos de uma região para o restante do planeta, pois cada lugar tem suas especificidades, sua história.

Além disso, nessa época que passaremos a estudar, o mundo não estava interligado como hoje, os contatos entre os povos e as regiões eram muito precários e, em alguns casos, inexistentes.

O período da Idade Média foi tradicionalmente delimitado com ênfase em eventos políticos. Nesses termos, ele teria se iniciado com a desintegração do Império Romano do Ocidente, no século V (476 d. C.), e terminado com o fim do Império Romano do Oriente, com a Queda de Constantinopla, no século XV (1453 d.C.), também chamado de Império Bizantino e pela chegada dos europeus à América.

Entre esses marcos, passaram-se cerca de mil anos. Foi um tempo em que os europeus viveram, em sua maioria no campo, restritos a propriedades que buscavam sua autossuficiência.

A sociedade – muito diferente daquela do Império Romano – era rigidamente hierarquizada e marcada pela fé em Deus e pelo controle da Igreja católica, sem dúvida a instituição mais poderosa de toda a Idade Média. O poder político era descentralizado, isto é, estava nas mãos de inúmeros senhores da terra.

Por todas essas características, muitos estudiosos acabaram chamando esse momento de Idade das Trevas. Eles acreditavam que o mundo medieval tinha soterrado o conhecimento produzido pelos gregos e romanos. O estudo dos fenômenos naturais e das relações sociais por meio da observação, por exemplo, teria sido substituído pelo misticismo religioso.

O certo é que durante esses mil anos a sociedade europeia construiu grande parte de seus valores culturais, que iriam se espalhar por todo o mundo a partir

do século XV, com as Grandes navegações. Valores que são, até hoje, plenamente perceptíveis.

A origem do mundo feudal

Durante séculos, o Império Romano dominou grande parte da Europa. Uma poderosa estrutura administrativa, com exércitos e estradas que interligavam todo o território, possibilitou aos romanos impor as populações dessa parte do continente seu domínio, seu modo de vida e seus costumes.

A partir do século III, esse cenário começaria a se alterar. Com dificuldades para proteger as fronteiras, o Império Romano passou a ser invadido por diversos povos, sobretudo os de origem germânica, como os anglos, os saxões, os francos, os lombardos, os suevos, os burgúndios, os vândalos e os ostrogodos.

No século IV, os hunos, que habitavam a Ásia central, invadiram a Europa e tornaram essa situação mais grave. Esses guerreiros passaram a percorrer os territórios ocupados pelos povos germânicos, obrigando-os a procurar refúgio dentro das fronteiras romanas.

As invasões e os saques a cidades tornaram-se então constantes. Muitas famílias passaram a procurar o campo, considerando mais seguro. Com isso teve início um processo de ruralização em toda a Europa ocidental.

Com o passar dos anos, as propriedades rurais tornaram-se mais protegidas. Transformadas em núcleos fortificados, elas estavam sob a administração de um proprietário com poderes quase absolutos sobre as terras e seus habitantes.

O poder centralizado do Império Romano começava, assim, a se fragmentar. Em 476, os hérulos, povo de origem germânica, invadiram Roma e, comandados por Odoacro, depuseram o imperador Rômulo Augústulo. Foi o passo final para a desagregação do Império Romano do Ocidente.

Em seu lugar, com o tempo, surgiram diversos reinos independentes. No interior deles, iria se formar a sociedade feudal, a partir da mistura de valores e costumes romanos com os dos povos invasores. As principais características dessa nova sociedade seriam a ruralização, o poder fragmentado e a forte religiosidade.

Dividindo o mundo feudal

Muitos estudiosos costumam dividir a história da sociedade feudal em dois momentos distintos: a Alta Idade Média e a baixa Idade Média. O primeiro momento, entre o século V e o IX, é o de consolidação do mundo feudal, quando se formam os reinos e se cristaliza a organização social. No momento seguinte, entre os séculos X e XV, a sociedade feudal começa a dar sinais de mudanças, com o fortalecimento das cidades e do comércio.

O feudo

A palavra *feudo* é de origem germânica e seu significado está associado ao direito que alguém possui sobre um bem, geralmente sobre a terra.

O feudo era a unidade de produção do mundo medieval e onde acontecia a maior parte das relações sociais. O senhor do feudo possuía, além da terra, riquezas em espécie e tinha direito de cobrar impostos e taxas em seu território.

O feudo era cedido por um poderoso senhor a um nobre em troca de obrigações e serviços. Quem concedia a terra era o *suserano* e quem a recebia era o *vassalo.* O vassalo, por sua vez, podia ceder parte das terras recebidas a outro nobre, passando a ser, ao mesmo tempo, vassalo do primeiro senhor e suserano do segundo.

O vassalo, ao receber a terra, jurava fidelidade a seu senhor. Esse juramento era uma espécie de ritual que envolvia honra e poder: o vassalo se ajoelhava diante do suserano, colocava sua mão na dele e prometia ser-lhe leal e servi-lo na guerra.

Representação de um suserano e seu vassalo.

Os suseranos e os vassalos estavam ligados por diversas obrigações: o vassalo devia serviço militar a seu suserano, e este proteção a seu vassalo. Pode-se dizer que não havia quem não fosse vassalo de outro.

Na sociedade medieval, o rei não cumpria a função de chefe de Estado. Apesar de seu papel simbólico, ele tinha poderes apenas em seu próprio feudo. Sua vantagem era não dever obrigações de vassalo, dentro de seu reino, a outro senhor.

A organização do feudo

A organização dos feudos baseou-se em duas tradições: uma de origem germânica, o *comitatus,* e a outra de origem romana, o *colonato.* Pelo *comitatus* , os senhores da terra, unidos pelos laços de vassalagem, comprometiam-se a ser fiéis e a honrar uns aos outros. No *colonato*, o proprietário de terras dava proteção e trabalho aos colonos que, em troca, entregavam ao senhor parte de sua produção.

Não é possível avaliar o tamanho dos feudos, mas estima-se que os menores tinham pelo menos 120 ou 150 hectares. Cada feudo compreendia uma ou mais aldeias, as terras cultivadas pelos camponeses, as florestas e as pastagens comuns, a terra pertencente à igreja paroquial e a casa senhorial, que ficava na melhor terra cultivável.

Pastos, prados e bosques eram usados em comum. A terra arável era divida em duas partes. Uma, em geral a terça parte do todo, pertencia ao senhor; a outra ficava em poder dos camponeses.

Nos feudos plantavam-se principalmente cereais (cevada, trigo, centeio e aveia). Cultivavam-se também favas, ervilhas e uvas.

Os instrumentos mais comuns usados no cultivo eram a charrua ou o arado, a enxada, a pá, a foice, a grade e o podão. Nos campos criavam-se carneiros que forneciam a lã; bovinos, que forneciam leite e eram utilizados para puxar carroças e arados; e cavalos, que eram utilizados na guerra e transporte.

A economia feudal

A economia feudal baseava-se principalmente na agricultura. Existiam moedas na Idade Média, porém eram pouco utilizadas. As trocas de produtos e mercadorias eram comuns na economia feudal. O feudo era a base econômica deste período, pois quem tinha a terra possuía mais poder. O artesanato também era praticado na Idade Média. A produção era baixa, pois as técnicas de trabalho agrícola eram extremamente rudimentares. O arado puxado por bois era muito utilizado na agricultura.

Idade Média (continuação)

Educação, artes e cultura

A educação era para poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam. Marcada pela influência da Igreja, ensinava-se o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras. Grande parte da população medieval era analfabeta e não tinha acesso aos livros.

A arte medieval também era fortemente marcada pela religiosidade da época. As pinturas retratavam passagens da Bíblia e ensinamentos religiosos. As pinturas medievais e os vitrais das igrejas eram formas de ensinar à população um pouco mais sobre a religião.

Podemos dizer que, em geral, a cultura medieval foi fortemente influenciada pela religião. Na arquitetura destacou-se a construção de castelos, igrejas e catedrais.

A Igreja no período medieval

A Igreja católica surgiu durante o Império Romano, mas foi durante a Idade Média que se consolidou como a mais importante instituição da Europa ocidental. Naquela época, não havia quem duvidasse da existência de Deus: ser católico era tão natural quanto o ato de respirar.

A partir do século XV, os europeus levariam sua cultura para diversas regiões do mundo. Dentre esses valores, estava o catolicismo. Foi assim, por exemplo, que o Brasil tornou-se a maior nação católica do mundo.

Na imagem, *Madona com o menino rodeada de anjos*, de Ceni di Peppi Cimabue, 1270.

Principal poder espiritual e temporal na Europa durante a Idade Média, a Igreja Católica, além de ser a única instituição com ramificações em todas as regiões e lugarejos, possuía muitas terras e riquezas e era obedecida e temida pela quase totalidade dos habitantes.

Sabe-se que a Igreja chegou a possuir mais de um terço de todas as terras da Europa Ocidental. As origens desta acumulação de bens materiais ainda hoje causam polêmicas entre os historiadores.

Alguns apontam o complexo sistema de cobranças de impostos e de indulgências como principal origem dos bens da Igreja. Além do dízimo, 10% das rendas de cada fiel, os padres cobravam pesados tributos dos camponeses que viviam nas terras do clero e, em períodos excepcionais, promoviam a venda de indulgências nos lugarejos, nas vilas e nas cidades.

Para outros, a posse de terras pela Igreja provinha principalmente das doações feitas por fiéis arrependidos dos seus pecados e por nobres e reis, que entregavam parte de suas conquistas de guerra. Além disso, com o movimento das Cruzadas, a própria Igreja conquistou extensas áreas territoriais.

Junto a toda essa riqueza, a Igreja acumulou cultura e conhecimento, pois controlava grande parte do saber herdado da Antiguidade Clássica. Os mosteiros medievais ficaram célebres por sua política de hospitalidade, dando abrigo temporário a peregrinos e andarilhos e pelas minuciosas e caprichosas cópias manuais de textos e livros da Antiguidade Clássica. Como os livros, pergaminhos, manuscritos e documentos ficavam nos mosteiros e nas universidades da igreja, os padres detinham praticamente o monopólio da cultura erudita que, segundo a visão predominante na época, representava um perigo para as mentes e as crenças cristãs.

O próprio sistema de organização e hierarquia da Igreja medieval ajudava a garantir a consolidação do seu poder, e o papa, como representante máximo do poder espiritual, acumulou também poder político ou temporal. Por ser a única autoridade reconhecida como universal, ele agia como árbitro nos conflitos entre reinos e impérios.

Segundo a classificação bastante simplificada da época, a sociedade medieval estaria dividida em três ordens: a Igreja, Primeira Ordem, tinha a função de orar; os nobres pertenciam à Segunda Ordem, com a missão de garantir a segurança, ou seja, guerrear; e a Terceira ordem era composta pelos trabalhadores, que deveriam prover as necessidades das duas primeiras ordens.

Assim como tudo na sociedade medieval, a primeira Ordem tinha sua própria hierarquia: o Alto Clero, composto pelo papa, bispos, cardeais e abades; e o Baixo Clero, formado pelos clérigos, padres e monges. A maioria dos membros da Igreja provinha de famílias nobres, que impunham a formação religiosa aos seus filhos não-primogênitos, mesmo que não tivessem vocação ou vontade de servir a Igreja.

Com presença e atuação ostensivas, a Igreja impôs seus valores e crenças e criou na Europa daquele tempo uma atmosfera de religiosidade que se manifestava até nas mais simples atividades cotidianas: ao nascer, o indivíduo recebia o sacramento do batismo, ao casar, o do matrimônio e ao morrer, a extrema-unção (também era enterrado no cemitério da Igreja); a contagem e divisão do tempo era baseada em acontecimentos religiosos, assim como as festas e o descanso semanal.

O poder da Igreja era tão grande nessa época que aqueles que enfrentavam seu poder eram chamados de hereges ou infiéis. *Herege* é uma palavra de origem grega, que significa “aquele que escolhe”, mas na Idade Média passou a denominar a pessoa ou o grupo que defendia doutrina contrária à Igreja ou discordava dos seus dogmas, das suas verdades.

Uma das penalidades aplicadas pela Igreja aos hereges era a morte na fogueira.

Para enfrentar os hereges e consolidar seu poder na sociedade, a Igreja Católica instituiu o Tribunal do Santo Ofício que perseguia os hereges e aqueles que tinham comportamentos e preferências contrários aos seus ensinamentos morais e disciplinares.

A sociedade medieval

A sociedade medieval era hierarquizada; a mobilidade social era praticamente inexistente. Alguns historiadores costumam dividir essa sociedade em três ordens: a do clero; a dos guerreiros e a dos camponeses.

Ao clero cabia cuidar da salvação espiritual de todos; aos guerreiros, zelar pela segurança; e aos servos, executar o trabalho nos feudos.

No mundo medieval, a posição social dos indivíduos era definida pela posse ou propriedade da terra, principal expressão de riqueza daquele período.

O Senhor feudal tinha a posse legal da terra, o poder político, militar, jurídico e até mesmo religioso, se fosse um padre, bispo ou abade. Os servos não tinham a propriedade da terra e estavam presos a ela por uma série de obrigações devidas ao senhor e à igreja. Embora não pudessem ser vendidos, como se fazia com os escravos no Mundo Antigo, não podiam abandonar a terra sem a permissão do senhor.

Havia também os *vilões.* Eram geralmente descendentes de pequenos proprietários romanos que, não podendo defender suas propriedades, entregavam-nas a um senhor em troca de proteção.

Por essa origem, eles recebiam um tratamento diferenciado, com maiores privilégios e menos deveres que os servos. Havia, finalmente, os *ministeriais,* funcionários do senhor feudal, encarregados de arrecadar os impostos.

Servos - Os trabalhadores da terra

O servo era obrigado a trabalhar nas terras do senhor durante três dias por semana. Além disso, tinha de entregar ao senhor parte do que produzia para o próprio sustento.

O trabalho nas terras do senhor era prioritário: ela tinha de ser preparada, semeada e ceifada em primeiro lugar. Apenas depois de cuidar das terras do senhor, o servo poderia se dedicar às suas plantações.

Servos trabalhando em um feudo medieval

O limite de todas essas regras entre o senhor feudal e o servo era muito bem definido. Dentre as obrigações dos servos, estavam:

- a **talha**, imposto pago sobre a produção no manso servil;
- a **corveia**, trabalho compulsório nas reservas senhoriais;
- as **banalidades**, imposto pago pelo uso de instalações pertencentes ao senhor, como forno e moinho.

Os cavaleiros

Os *cavaleiros* eram nobres que se dedicavam à guerra. A lealdade a seu senhor e a coragem representavam as principais virtudes de um cavaleiro.

Por muito tempo, para ser cavaleiro, bastava possuir um cavalo e uma espada. Em troca de serviço militar a um senhor, o cavaleiro recebia seu feudo, onde erguia uma fortaleza. Pouco a pouco, porém, as exigências para se tornar um cavaleiro foram se tornando mais rigorosas: além de defender o seu feudo e o de seu senhor, ele deveria professar a fé católica e honrar as mulheres.

O jovem nobre iniciava a aprendizagem aos 7 anos, servindo como pajem na casa de um senhor, onde aprendia equitação e o manejo das armas. Aos 14 anos, tornava-se escudeiro de um cavaleiro, passando, pelo menos, a seu serviço, tratando de seu cavalo e de suas armas, ao mesmo tempo que aprendia com ele as artes do combate.

Tomava parte em corridas, em lutas livres e praticava esgrima. Para se preparar para torneios e combates, aprendia a *correr a quintana*:tratava-se de galopar em grande velocidade em direção a um boneco de madeira e cravar-lhe a lança entre os olhos. O boneco era munido de um braço e montado sobre um pino de ferro. Quem não acertava o alvo com a lança, fazia o boneco girar; ao girar, o braço do boneco batia nas costas do cavaleiro.

Depois do tempo de aprendizagem, se o jovem fosse considerado preparado e digno, estava pronto para ser armado cavaleiro. (link para os dez mandamentos do cavaleiro PRONTO)

Cotidiano, mentalidades e aspectos culturais no período medieval

Como o período medieval foi bastante longo (aproximadamente mil anos), todos os aspectos da vida cotidiana - moradia, vestuário, alimentação, etc. - passaram por mudanças importantes e variaram muito de um lugar para o outro.

De modo geral, a população estava concentrada no campo (cerca de 80% das pessoas viviam na zona rural) e, apesar de alguns períodos de maior crescimento demográfico, o número de habitantes era pequeno. Estima-se que em paris, a maior cidade europeia da época, tinha uma população de 160 mil habitantes, em 1250. E, em 1399, o número total de habitantes do continente europeu não passava de 74 milhões.

O baixo crescimento da população resultava do elevado número de mortes, pois a média de vida, na época, não ultrapassava os 40 anos de idade. Os historiadores calculam que, de cada 100 crianças nascidas vivas, 45 morriam ainda na infância. Era comum a morte de mulheres durante o parto e os homens jovens morriam nas guerras ou vítimas de doenças para as quais ainda não se conhecia uma cura.

Na sociedade medieval, profundamente dominada pela religiosidade e misticismo, era senso comum interpretar o surgimento de doenças e epidemias como sendo resultados da ira divina pelos pecados humanos.

A falta de higiene, de água tratada e de um sistema de esgoto, provocou surtos de epidemias que mataram milhares de pessoas. A Peste Negra (link para anexo Peste Negra PRONTO), por exemplo, que se espalhou pela Europa, somente no período de 1348 a 1350, matou cerca de 20 milhões de pessoas.

Além das pestes, nesta época, outras doenças provocavam altos índices de mortalidade: tuberculose, sífilis e infecções generalizadas provocadas pela falta de assepsia no tratamento das feridas. Bastante limitada, a medicina não tinha ainda desenvolvido tratamento adequado para muitas doenças. Além disso, as distancias, as dificuldades de locomoção e o número reduzido de médicos tornavam ainda mais crítica a situação dos doentes que na maioria das vezes eram atendidos em boticários ou curandeiras e se medicavam com ervas e rezas. Aliás, essas mulheres curandeiras, que a Igreja tratava como feiticeiras, também foram duramente perseguidas e mortas pela Inquisição, a partir do século XII.

Mais dramática ainda era a situação das crianças, muitas vezes abandonadas em estradas, bosques ou mosteiros pelos pais, que não tinham como sustentá-las. Além disso, havia também grande número de órfãos, devido ao elevado índice de mortalidade no parto: a falta de higiene provocava a chamada febre puerperal, que causava a morte da mãe, e a incidência de blenorragia (doença sexualmente transmissível) muitas vezes contaminava o filho, causando cegueira.

Numa população supersticiosa, que interpretava todos os acontecimentos naturais como expressão da vontade divina, a doença era vista como punição pelos pecados. Para se livrar desses pecados, as pessoas faziam então penitências, compravam indulgências e procuravam viver de acordo com os mandamentos da Igreja. Mas, como nem sempre conseguiam manter uma vida regrada, casta e desapegada das coisas e prazeres materiais, homens e mulheres viviam em constante preocupação com a morte e com o julgamento de Deus.

Sendo praticamente a única referência para a população, em quase todos os assuntos , já que não havia Estados organizados e normas públicas, a Igreja assumia a tarefa de controlar e organizar a sociedade. Um exemplo: como não havia registro público dos nascimentos, o único documento da pessoa era o batistério (link para dicionário). Devido à elevada taxa de mortalidade infantil as crianças eram batizadas logo que nasciam, pois os pais queriam garantir para seus filhos um lugar no Paraíso. Os nomes dos bebês derivavam, em sua maioria, dos nomes de santos, de personagens da Bíblia ou dos avós ou amigos influentes, e em diversas regiões não se usava o nome da família.

Também não existia casamento o casamento civil, como hoje, mas apenas um contrato entre as famílias dos noivos. Em geral, e principalmente entre nobres,

o casamento era negociado pelas famílias de acordo com o seu interesse em aumentar a posse de terras, a riqueza e o poder, ou para fortalecer alianças militares. Os noivos não participavam desses acertos e, em muitos casos, só se conheciam no dia da cerimônia (a mulher, com cerca de 12 anos, e o homem com mais do dobro da idade dela). O casamento por amor, de verdade, só passou a existir na Europa por volta do século XVII.

Geralmente, nas famílias nobres, só o filho mais velho se casava, e os outros se tornavam membros do clero ou cavaleiros errantes, que partiam para as guerras ou em busca de aventuras e fortuna, já que toda a herança dos pais era reservada para o filho primogênito. As mulheres que não se casavam iam para conventos ou se tornavam damas de companhia das casadas.

O matrimonio só se tornou um sacramento da Igreja a partir de 1439, por decisão do Concílio de Florença, que também tornou o casamento indissolúvel e proibiu a poligamia e o concubinato. Para a Igreja, a única finalidade do sexo era a procriação e, por isso, os cristãos deveriam regular a frequência e os limites do ato sexual.

Casamentos assim, sem que os noivos se conhecessem, acabavam abrindo espaço para grande número de relações extraconjugais, embora os padres ameaçassem os adúlteros com o “fogo do inferno”. Por isso, a literatura medieval é tão fértil em romances proibidos.

História Medieval - A vida como ela era

Nas famílias camponesas, todos trabalhavam muito. Além de cuidar das terras do senhor do feudo, homens, mulheres e crianças faziam à colheita, moíam os grãos e construíam pontes, estradas, estábulos e moinhos. Ao mesmo tempo, cultivavam seus lotes e cuidavam dos animais e dos trabalhos artesanais e domésticos.

Os camponeses viviam em cabanas cobertas de palha, com piso de terra batida e a área interna escura, úmida e enfumaçada. Em geral as cabanas tinham apenas um cômodo, que servia para dormir e guardar alimentos e até animais. Os móveis, bastante rústicos, resumiam-se à mesa e bancos de madeira e os colchões de palha.

No almoço ou no jantar, comiam quase sempre pão escuro e uma sopa de vegetais, legumes e ossos. Carne, ovos e queijo eram caros demais, só em ocasiões especiais. Em vários períodos houve falta de alimentos e a fome se espalhou por muitas regiões da Europa, vitimando, os mais pobres.

Na mesa dos nobres, entretanto, não faltava uma grande variedade de peixes e carnes, quase sempre secas e salgadas, para se conservar durante o inverno. No verão, para disfarçar o gosto ruim e o mau cheiro da carne estragada, a comida era cozida com especiarias e temperos fortes, raros e exóticos, que

vinham do Oriente, custavam caro e eram difíceis de obter. O açúcar, outra raridade, era considerado um luxo e usado até como herança ou para pagamento de dotes. O vinho era consumido em grande quantidade em quase todas as regiões, e os habitantes do norte da Europa também costumavam consumir a cerveja.

VERONESE, Paolo. Bodas de Cana.1563. óleo sobre tela: color.; 6,66 x 9,90 cm. Museu do Louvre, Paris.

As festas, em especial as de casamento, duravam dias com bebida e comida farta e diversificada: serviam-se vitelas, cabritos, veados e javalis, acompanhados de aves como cisnes, gansos, pavões, perdizes e galos. Havia também apresentação de cômicos, acrobatas, dançarinos, trovadores, cantadores e poetas, para diversão dos convidados.

Os jogos e a bebida, bastante comuns nas tavernas de todas as cidades, atraíam os homens que consumiam muito vinho, jogavam dados e se envolviam em brigas e confusões. Por isso, os padres amaldiçoavam as tavernas, apontadas como antros de perdição, mas nem por isso conseguiram acabar com elas. Ao contrário, esses costumes se acentuaram cada vez mais, com o crescimento dos centros urbanos. Sujas e barulhentas, sem esgoto e sem água tratada, as cidades se tornaram focos de contágio e disseminação de doenças e pestes.

Nas cidades, aglomeravam-se e conviviam todos os tipos de pessoas e profissões: ricos, comerciantes, taberneiros, artesãos, padeiros, relojoeiros, joalheiros, mendigos, pregadores, vendedores ambulantes, menestréis, etc. E na periferia das cidades, bastante discriminados pela maioria da população, viviam outros grupos: judeus, muçulmanos, hereges, leprosos, homossexuais e prostitutas, que estiveram entre os quais perseguidos e reprimidos pela Inquisição, a partir do século XII.

Analfabeta, em sua maioria, a população falava a língua dominante em sua região de origem e os idiomas ainda hoje falados na Europa foram formados

nessa época, em consequência dos contatos com pessoas e com línguas de origem germânica ou de outras regiões com o latim, a língua romana.

Como não sabiam ler, essas pessoas só tinham acesso à literatura por meio de artistas que se apresentavam em público para ler e contar histórias, declamar poesias ou cantar e encenar espetáculos de teatro nas praças, ruas e tavernas das aldeias e cidades, muitas vezes durante as festas.

As moradias dos nobres também se modificaram bastante, ao longo do tempo. Até o século XII, seus castelos se resumiam a uma torre, onde habitava a família do senhor, e eram feitos de madeira, sendo por isso mesmo muito vulnerável a incêndios e a ataques de invasores. A partir dos anos 1200, tornaram-se comuns as construções em pedra e tijolos e os castelos ganham novas dependências, como celeiros, estábulos, muralhas, fossos e torres de vigia, para sua defesa. A mobília também se sofisticou e os nobres passaram a usar tapeçaria e pratarias vindas do Oriente.

Vestuário medieval

As roupas e os sapatos da época eram bastante volumosos e escondiam quase inteiramente o corpo, especialmente o da mulher.

As mais jovens até chegavam a revelar o colo, mas a Igreja sempre desaprovou os decotes. Pode-se dizer também que já existia moda, naquele tempo, com a introdução de novidades na forma de vestidos, chapéus, sapatos, joias, etc.

Vestuário básico das mulheres incluía roupa de baixo, saia ou vestido longo, avental e mantos, além de chapéus com formas as mais variadas (imitando a agulha de uma torre, borboletas, toucas com longas tiras) e exagerados (em alguns locais foi preciso alterar a entrada das casas para que as damas e seus chapéus pudessem passar). Na época, cabelos presos identificavam a mulher casada, enquanto as solteiras usavam cabelos soltos.

As cores mais usadas pelas mulheres eram o azul real, o bordô e o verde escuro. As mangas e as saias dos vestidos eram bufantes e compridas. As mais ricas usavam acessórios, como leques e joias.

Para os homens, o vestuário se compunha de meias longas, até a cintura, culotes, gibão (uma espécie de jaqueta curta), chapéus de diversos tamanhos e sapatos de pontas longas. Os tecidos variavam de acordo com a condição social dos cavaleiros, o clima, a ocasião e local e, nos dias de festa, por exemplo, usavam ricas vestimentas, confeccionadas com tecidos orientais, sedas, lã penteada e veludo. E festa é o que não faltava, o ano inteiro, nas feiras e nas datas religiosas e profanas da Europa Medieval. Tanto nos castelos quanto nas vilas, aldeias e cidades, em tempos de fartura, tudo era motivo para comer, beber e dançar, com fantasias, máscaras, procissões, muita alegria e até certos excessos.

Os camponeses, apesar do sofrimento e a da penúria, gostavam de festas, danças e músicas. Várias danças folclóricas europeias originam-se de festas e danças populares medievais.

BRUEGEL, Pieter. *Dança dos camponeses*. 1568. Óleo sobre madeira de carvalho: colorido; 114 x 164 cm. Museu Kunsthistoriches, Viena.

Peculiaridades sobre a sociedade feudal

Os castelos

Os senhores feudais moravam em castelos fortificados, erguidos em meio às suas terras. Até o século X, eram geralmente de madeira. Com o enriquecimento dos senhores feudais, os castelos passam a ser construídos de pedra, formando verdadeiras fortalezas.

Dentro dele viviam, monotonamente, o senhor, sua família, os seus domésticos e, em caso de guerra, todos os vassalos que ali se abrigavam do inimigo comum. O interior do castelo era amplo, mas frio, espartanamente mobiliado, oferecendo pouca comodidade. As únicas diversões eram, especialmente nos dias chuvosos, os cânticos dos jograis e as graças dos bufões. Em dias de sol, periodicamente, o senhor do castelo saía à caça, ou promovia torneios com cavaleiros vizinhos, disputando alegremente o jogo das armas.

Os servos da gleba

Os mais humildes dos vassalos eram os servos da gleba, que, de tão humildes, não tinham vassalos. Era o mais baixo degrau da sociedade feudal. Além de terem de lavrar a terra de seu suserano, davam-lhe o melhor de suas colheitas.

Na guerra deviam lutar a seu lado, às vezes armados apenas com paus ou precárias lanças. Estavam sujeitos a prestar todo e qualquer serviço a seu senhor. Não podiam casar, mudar de lugar, herdar algum bem, se não tivessem a permissão de seu senhor. Moravam em miseráveis choupanas, nas próprias terras de seus suseranos.

Ordálio

Era o costume de submeter o acusado, de um crime a um perigo, para ver se era culpado. (Por exemplo: colocar a mão em água fervendo; segurar um ferro em brasa. Acreditava-se que, se inocente, Deus produziria um milagre, não deixando que algum mal acontecesse ao presumível culpado). A Igreja lutou contra esse costume, procurando extingui-lo.

Os duelos

Os nobres costumavam praticar o duelo, para resolver suas questões pessoais. Também contra isso lutou a Igreja, que procurou levar o julgamento dos crimes aos tribunais dos príncipes e senhores, a quem caberia administrar a justiça.

A mulher

A mulher na sociedade feudal era considerada um mero instrumento, máquina de procriação e objeto de propriedade e posse exclusiva do marido, seu amo e senhor. Não tinha qualquer direito, sequer o de escolher seu futuro marido e quando queriam se casar.

O lendário cinturão de castidade

Era um artefato de ferro ou de couro que os homens colocavam em suas mulheres e que tinha uma tranca (ou uma espécie de cadeado) para impedir que elas, na ausência de seus maridos, mantivessem relações extraconjugais.

O cinto de castidade tinha apenas um orifício (não dois como desenham muitos historiadores e artistas plásticos que tentam resgatar o mito dessa odiosa peça) por onde saiam às fezes e a urina da mulher. O grande problema era que, por não poderem fazer sua higiene, as mulheres acabavam vítimas de infecções urinárias graves por Escherichia coli, uma bactéria que é constituinte da flora normal do intestino, mas que no sistema urinário causa uma infecção gravíssima e que pode causar nefrite, nefrose e levar à morte. Muitas morriam ainda muito jovens por causa desse tipo de costume.

A homossexualidade

Praticamente não existiam homossexuais declarados e assumidos na idade média, pois a Igreja Católica os punia severamente e, diante do quadro de horrores a que estavam sujeitos, nenhum homem se declarava homossexual ou assumia sua condição e opção sexual.

Hábitos

A higiene na idade média era o ponto fraco, tanto que possibilitou o alastramento de doenças que quase dizimaram com toda a Europa medieval, especialmente a Peste Negra (peste bubônica) que exterminou quase dois terços da população.

Alimentação

Basicamente carne de caça, alguns animais domésticos e vegetais.

Lazer

As diversões dos homens, cavaleiros, suseranos e servos eram em grande parte os duelos, as mulheres e cuidar dos filhos.

A Cultura Medieval

A Idade Média foi chamada pelos renascentistas de *Idade das Trevas.* Esse nome surgiu porque eles consideravam que naquele período da história europeia as artes e o conhecimento pouco teriam se desenvolvido. Mas será que o mundo medieval foi mesmo época de trevas e escuridão?

Na verdade, os renascentistas desejavam salientar a diferença entre o momento em que viviam e o período anterior que, segundo eles, era dominado pela religião. Tudo era explicado pelos dogmas da Igreja católica, tudo ocorria conforme a vontade de Deus. Os renascentistas não desacreditavam na existência de Deus, mas desejavam colocar o ser humano no centro das artes e do conhecimento.

Essa ideia representou uma verdadeira revolução. Inspirados na cultura dos gregos e romanos, os renascentistas começaram a observar e a compreender os seres humanos e os fenômenos naturais de uma forma diferente.

Em toda a Europa ocidental, é possível encontrar vestígios do mundo medieval. São castelos, igrejas, pinturas, livros, relíquias, entre tantos outros objetos e construções. Na imagem, destacamos um dos monumentos mais importantes e famosos da Itália, a Torre de Pisa, construída entre 1174 e 1372.

A produção cultural na Idade Média

A partir dos séculos IV e V, o Império Romano do ocidente começou a se desestruturar. Crise econômica, dificuldades em manter as fronteiras e a invasão de povos inimigos, sobretudo de origem germânica, eram alguns dos problemas enfrentados pelos romanos.

Esse cenário contribuiu para uma transformação radical na vida cultural dos povos europeus. Com o tempo, os costumes romanos e germânicos se misturaram, dando origem ao mundo feudal. Nele, os mosteiros e as abadias tornaram-se um dos principais centros de produção cultural.

Na Idade Média, assim como na Antiguidade, eram poucas as pessoas que sabiam ler e escrever. A maior parte da leitura era feita em voz alta para um grupo de ouvintes, como nas missas. Por isso, os textos eram todos preparados para serem lidos em público, com imagens fortes e teatralizadas.

As pessoas mais instruídas pertenciam a Igreja, que controlava grande parte das atividades artísticas, literárias e intelectuais da época. O controle da leitura e da escrita era uma de a Igreja manter seu poder e de impedir que as pessoas pensassem diferentemente de seus dogmas.

As catedrais também foram importantes centros de produção e preservação cultural.

Cultura Medieval (continuação)

A produção literária

A maior parte da literatura foi escrita em latim e tratava de temas religiosos. O principal objetivo dessa produção era comprovar a existência de Deus e da alma.

Nessa época, o universo era compreendido dentro de uma hierarquia de seres. No topo desta hierarquia estava Deus, seguido pelos arcanjos, anjos, chegando até os seres humanos, os animais, os vegetais e os minerais. A concepção de um universo hierarquizado foi importante para justificar a ordem social existente, na qual os reis deviam obediência à Igreja, os servos aos senhores feudais, etc.

As ideias dos filósofos gregos Platão e Aristóteles foram as que mais influenciaram o pensamento medieval. À obra dos gregos soma-se a de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino, que, *consideravam a vida na terra como um momento passageiro, por isso era preciso preocupar-se com a eternidade*. Ensinado nas universidades, que surgiram a partir do século XII, esse conjunto de ideias ficou conhecido como *Escolástica*.

São Tomás de Aquino

Santo Agostinho

Por volta do século XII, começaria a surgir uma literatura não mais voltada apenas para a compreensão do universo cristão. Ela não seria mais escrita exclusivamente em latim, mas também na língua própria de cada região. Por exemplo, poemas narrando feitos heróicos sobre batalhas de Carlos Magno foram escritos no idioma falado no norte de seu império.

NA península Itálica, no final do século XIII e inicio do século XIV, destacou-se o poeta Dante Alighieri (linkar para Dante), considerado o fundador da literatura italiana.

O conhecimento na Idade Média

Na Idade Média, a maior parte dos estudos estava ligada à teologia, Os clérigos, os principais estudiosos, não tinham praticamente nenhum interesse pelo conhecimento da natureza. “Discutir a natureza e a posição da Terra”, disse Santo Agostinho, “não nos auxilia em nossa esperança de vida futura.” Interessava conhecer o mundo de Deus, já que a vida na terra era apenas um momento passageiro.

A vida intelectual concentrava-se nos mosteiros e os estudo do universo cristão permaneceu mais importante do que o estudo das ciências naturais.

Cultura Medieval (continuação)

As artes

A arte medieval também era essencialmente religiosa. No campo das artes, destaca-se a arquitetura, com a construção de templos, igrejas, mosteiros e palácios.

Na arquitetura da Idade Média, predominaram dois estilos: *o românico e o gótico.*

As construções em estilo românico (séculos X, XI e XII) caracterizam-se pelos arcos redondos, paredes baixas e grossas, grandes colunas, janelas pequenas e interior pouco iluminado.

Catedral de Worms, na Alemanha, em estilo românico.

As construções em estilo gótico (final do século XII ao século XV) caracterizam-se pelos arcos em formato ogival, janelas maiores e mais numerosas, paredes altas e interior iluminado.

As janelas eram ornamentadas com belíssimos vitrais. Estes eram formados por pequenas placas de vidro colorido, unidas por chumbo, formando desenhos e mosaicos.

O colorido e a exaltação da luz na rosácea de Sainte-Chapelle, Paris.

Na pintura, destacam-se as miniaturas ou iluminuras, feitas para ilustrar os manuscritos e os murais. Os murais eram pinturas feitas nas paredes, geralmente retratando figuras religiosas.

Na escultura, utilizava-se o metal, o marfim e a pedra. Um grande número de imagens decorava o interior dos templos.

A maior parte das obras de arte da idade Média não tem autoria definida. Isso porque, de acordo com o alto clero medieval, o verdadeiro autor era Deus, que, por meio dos seres humanos, expressava suas ideias e vontades.

Portal régio da catedral de Chartres, na França, considerado um dos mais belos conjuntos em estilo gótico.

Cultura Medieval

Dante Alighieri

Natural de Florença, Dante Alighieri (1265 -1321) escreveu em latim e também no dialeto de sua região, o toscano. Sua obra mais importante é a *Divina comédia,* um longo poema épico que relata a sua viagem pelo inferno, purgatório e paraíso.

Embora o tema central seja religioso, o texto da *Divina comédia* já mostra sinais de mudanças. Em sua viagem épica, Dante é guiado por Virgílio, poeta da Antiguidade latina, e escreve o poema no estilo que caracterizou a literatura greco-romana.

Ilustração para o livro Divina comédia, de Dante Alighieri, feita por Gustave Doré, no século XIX

No decorrer do texto, Dante demonstra grande preocupação com a condição humana e com aquilo que teria levado as personagens a ocuparem o inferno, o purgatório e o paraíso. Por isso, Dante representa o espírito inovador, preso ainda às tradições religiosas, mas anunciando novos tempos.

Historia Medieval

As Cruzadas

Chama-se cruzada a qualquer um dos movimentos militares, de caráter parcialmente cristão, que partiram da Europa Ocidental e cujo objetivo era colocar a Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e a cidade de Jerusalém sob a soberania dos cristãos. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controle dos turcos muçulmanos.

Os ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários) e dos Cavaleiros Templários foram criados pelas Cruzadas. O termo é também usado, por extensão, para descrever, de forma acrítica, qualquer guerra religiosa ou mesmo um movimento político ou moral.

Tradicionalmente se fala em nove Cruzadas, mas, na realidade, elas foram um movimento quase permanente.

No final do século XI, a sociedade feudal começava a apresentar sinais de mudanças. A igreja, principal instituição da Europa ocidental, enfrentava problemas com a corrupção de muitos de seus bispos e abades, que levavam uma vida luxuosa e abandonavam suas obrigações religiosas. Nos feudos, uma população cada vez mais numerosa não encontrava meios de produzir alimentos suficientes para todos.

Nesse contexto, surgiram as Cruzadas, uma espécie de guerra santa empreendida pelos católicos contra os muçulmanos que dominavam Jerusalém e outras regiões consideradas sagradas pelos cristãos do Oriente Médio.

Nobres, camponeses, crianças, mendigos, enfim, grande parte da sociedade europeia se envolveria nesses combates, que se estenderam por mais de duzentos anos e representaram, para todos esses personagens, uma alternativa econômica e social.

Entretanto, a importância maior das Cruzadas está no fato de elas terem ajudado a iniciar um processo que colocaria fim ao isolamento da sociedade feudal. Ao mesmo tempo que cruzavam o continente e o mar Mediterrâneo e estabeleciam contatos com outros povos, os europeus fortaleciam as cidades e o comércio. Com isso, subvertiam a ordem do mundo rural, na qual a sociedade medieval estava fundamentada.

Assim, as Cruzadas, que de início representaram uma alternativa para a manutenção da sociedade medieval, com o tempo se mostraram responsáveis pela formação de uma outra ordem social.

Rota das principais Cruzadas.

Convocação das Cruzadas

Durante a Idade Média, muitos cristão costumavam ir em peregrinação aos locais onde Jesus Cristo viveu e fez suas pregações (Jerusalém, Belém, Nazaré, etc.). Esses locais , conhecidos como Terra Santa, eram considerados sagrados para os cristão.

Em consequência do expansionismo dos povos árabes, Jerusalém foi tomada no ano de 638. Os árabes eram muçulmanos – acreditavam em Alá como seu único deus e no profeta Maomé -, mas toleravam os peregrinos cristãos.

Em 1071, entretanto, Jerusalém foi conquistada pelos turcos, também muçulmanos. Desde então passou a haver perseguição aos cristãos que iam visitar a Terra Santa.

Os turcos estavam expandindo os seus domínios e ameaçavam conquistar Constantinopla, capital do império Bizantino, também de tradição cristã.

A tensão entre cristãos e muçulmanos levou o papa Urbano II a convocar uma expedição de retomada da terra Santa. O papa, que acusava os turcos de assassinarem os peregrinos e profanarem os lugares santos, procurou encorajar os cristãos do ocidente à guerra. Para viabilizar a expedição, convocou senhores feudais, bispos e população em geral.

Os primeiros voluntários escolheram como símbolo da expedição uma cruz pintada nas suas roupas, daí o nome *Cruzadas* para esse movimento.

Cruzadas (continuação)

Para além da fé

O movimento das Cruzadas deve ser compreendido como parte do processo de mudanças do feudalismo durante a Baixa Idade Média.

A sociedade feudal era agrícola, auto-suficiente, voltada apenas para a subsistência. Tal tipo de organização não conseguia atender às necessidades de uma população crescente. Assim, parte dessa população encontrava-se marginalizada, com muitas pessoas realizando ataques e saques aos castelos e às aldeias.

Assim, se para a Igreja católica as Cruzadas se apresentaram como uma oportunidade de reconquistar a Terra Santa e fortalecer o poder do papa, para muitos outros elas representaram uma alternativa tanto econômica quanto social. Algumas pessoas, por exemplo, aderiram às Cruzadas apenas porque viam nelas uma oportunidade de sair da vida miserável que levavam.

Entre os nobres, a grande parte via nas Cruzadas uma possibilidade de aumentar sua fortuna, já que a região da Palestina era considerada de grande riqueza. Muitos jovens pertencentes à nobreza viam uma oportunidade de conquistar algo para si, já que, por não serem filhos primogênitos, não herdariam feudos.

Combatendo pela fé

Ao todo foram realizadas oito Cruzadas, em um período de cerca de 200 anos. A primeira, organizada pelo papa Urbano II, obteve êxito.

Para essa Cruzada, organizaram-se exércitos em toda a Europa. Oficialmente, ela reuniu-se em Constantinopla em novembro de 1096. Era um exército imenso, conduzido por senhores feudais. Essa Cruzada conseguiu expulsar os turcos da grande parte da Terra Santa e fundar o reino de Jerusalém.

Dos 300 mil cruzados que partiram de Constantinopla, apenas 40 mil chagaram a Palestina. Os demais morreram no caminho, em combate ou vítimas de doenças, fome, sede e calor; outros voltaram à Europa. Da parte dos turcos, as perdas também foram imensas: cerca de 10 mil acabaram massacrados em Jerusalém.

Miniatura do século XIV representando a tomada de Jerusalém pelos cruzados

Após a derrota, os turcos passaram a atacar os cruzados com frequência e conseguiram reconquistar a Terra Santa. Novas expedições foram então convocadas pelos cristãos. Entretanto, eles não tiveram o mesmo êxito da primeira.

Mal organizadas, sem liderança e divididas internamente por rivalidades entre nobres, várias Cruzadas não conseguiram chegar à Palestina. Na Segunda Cruzada, por exemplo, os combatentes que vinham de diversas regiões da Europa, formaram grupos isolados e foram facilmente derrotados pelos turcos.

O rei de França Luís VII e o imperador Conrado III partem para a Segunda Cruzada.

Consequências das cruzadas

Os participantes da Quarta Cruzada, financiada por comerciantes venezianos, ao chegarem a Constantinopla, saquearam a cidade e invadiram as igrejas para tirar os objetos de valor.

Os saques provocaram o enfraquecimento do comércio de Constantinopla e o fortalecimento das cidades da península Itálica, que passaram a monopolizar o comércio de especiarias no Mediterrâneo.

Os Cruzados conquistam Constantinopla

Com a Quarta Cruzada ficou claro que, além de motivos religiosos, os cruzados estavam mobilizados também por interesses econômicos.

Consequências

Apesar de não terem alcançado totalmente seu objetivo religioso, as Cruzadas promoveram grandes mudanças em toda a Europa, como a reabertura do Mediterrâneo à navegação e ao comércio europeu. Isso possibilitou a intensificação do comércio entre o Ocidente e o Oriente, interrompida em grande parte pela expansão muçulmana.

Principais aspectos das Cruzadas

O fenômeno das cruzadas foi, sem dúvida, muito importante na Idade Média. Diversas ordens de cavaleiros foram criadas com o intuito de lutar na Terra Santa neste período.

Costuma-se dizer que existiram oito cruzadas. Entretanto, alguns autores classificam como tal alguns movimentos populares e sem apoio da Igreja ou do Estado como a "Cruzada do Povo" e a "Cruzada das Crianças". Alguns consideram a "Cruzada Veneziana" como um movimento meramente político que não merece ser considerado como campanha cruzadista visto que o objetivo primordial destes movimentos era expulsar os muçulmanos da Terra Santa unindo, assim, o Mundo Cristão. Abaixo, apresentaremos os resumos destas principais campanhas:

Cruzada do Povo (1095)

Pedro *o Eremita* mostra o caminho de Jerusalém aos cruzados (iluminura francesa, c.1270)

Comandada por Pedro, o eremita. Era composta por uma massa de aproximadamente dezessete mil homens sem equipamentos nem experiência de combate. Marcharam até Constantinopla, onde o Imperador, temendo um saque, embarcou-os o mais rápido possível para a Asia Menor. Ao chegar, atacaram a cidade de Niceia sem plano nem estratégia, sendo assim esmagados pelos turcos.

Cruzadas (continuação)

A Primeira Cruzada (1096)

Liderada por Godofredo de Bulhões. Constavam nesta cruzada alguns dos mais importantes nomes da nobreza feudal da época e era composta por aproximadamente 150.000 homens.

Após três anos de campanha, tomaram Jerusalém em 15 de Julho de 1099. Godofredo de Bulhões recebeu, então, o título de "Defensor do Santo Sepulcro". Para garantir a defesa do Reino Latino de Jerusalém, foram criadas ordens militares-religiosas como a dos Teutônicos, Hospitalários e A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo ou Cavaleiros Templários.

A Segunda Cruzada

Uma nova investida muçulmana recuperou Edessa, reconquistando parte do Reino da Antioquia. Foi organizada, pelos reis da França e do Sacro Império Romano-Germânico, uma segunda cruzada. Em virtude da má recepção obtida em Constantinopla, o exército cruzado se dividiu e se enfraqueceu. Seu objetivo inicial era chegar até Damasco, porém, enfraquecidos que estavam, foram derrotados pelos turcos antes de chegarem.

A Terceira Cruzada (Cruzada dos Reis)

Ao tornar-se sultão do Egito, Saladino, aliado a Bagdá declarou uma Guerra Santa muçulmana contra os cristãos. Em 1187, retomaram Jerusalém resultando na formação da "Cruzada dos Reis". Foi liderada por Frederico I do Império Romano-Germânico, Filipe Augusto da França e Ricardo Coração de Leão da Inglaterra. A campanha teve resultados desastrosos: Frederico I faleceu, Filipe retornou a França derrotado e Ricardo Coração de Leão permaneceu na Palestina tentando recuperar Jerusalém. Esta cruzada, no entanto, representou um progresso nas relações entre cristãos e muçulmanos. Ricardo Coração de Leão firmou um tratado com Saladino reconhecendo o domínio cristão sobre uma faixa costeira na Palestina o que lhes garantia o acesso a Jerusalém.

A Quarta Cruzada (Cruzada Veneziana)

Foi uma cruzada movida por interesses econômicos. Convocada por Inocêncio III para atacar o Egito e a Palestina a partir de Veneza. Encontrou um obstáculo na alta quantia exigida pela cidade italiana para transportar os cruzados. Como não conseguiram a quantia exigida, Veneza propôs um acordo: Os cruzados deveriam tomar a cidade de Zara, no Adriático, cuja prosperidade preocupava Veneza. Em seguida, contra a vontade de Inocêncio III , atacaram Constantinopla que se opunha a uma guerra contra os muçulmanos com quem mantinha boas relações comercias. Foi uma cruzada de cristãos contra cristãos que não ser viu aos objetivos iniciais.

A Quinta Cruzada

Dirigida por André I, da Hungria. Não teve maior importância histórica.

A Cruzada das crianças

Diante das constantes derrotas e do desvio do objetivo religioso das Cruzadas, difundiu-se a lenda de que o Santo Sepulcro – local onde, segundo a Bíblia, Jesus Cristo foi sepultado – só poderia ser conquistado por crianças, pois elas eram isentas de pecados. Em 1212, 20 mil germânicas e 30 mil francas foram reunidas e encaminhadas a Jerusalém . Muitas dessas crianças acabaram morrendo pelo caminho, outras foram assassinadas ou aprisionadas e vendidas como escravas nos mercados do oriente. Em resumo, a expedição foi um grande fracasso.

A Cruzada das Crianças, por Gustave Doré (1832-1883)

Cruzadas (continuação)

A Sexta Cruzada

Comandada por Frederico II. Não recebeu apoio por parte dos reis cristãos, pois Frederico II havia sido excomungado. Ao chegar à Palestina, Frederico foi recebido pelos muçulmanos que, admirados pelos seus conhecimentos da cultura Árabe, firmaram, amistosamente, um tratado garantindo a soberania

cristã sobre os territórios de Acra, Jafa, Sidon, Nazaré, Belém e toda a Jerusalém.

As Cruzadas de São Luís

Em 1244, Jerusalém estava sob domínio dos turcos. A sétima cruzada tinha como objetivo inicial o Egito onde conquistaram a cidade de Damieta, porém foram logo derrotados na cidade de Mansura e Luís IX (São Luís) foi feito prisioneiro. Foi libertado, somente, após o pagamento de vultuoso resgate.

A oitava cruzada (1270)

Tinha como objetivo atacar os turcos em Túnis. Porém, ao chegar, Luís IX faleceu vítima da Peste.

Ao final das campanhas cruzadistas, pode-se concluir que, no geral, foram um fracasso, pois constantemente, a Terra Santa voltada a ser invadida pelos muçulmanos.

As cruzadas serviram, na realidade, como um instrumento essencial para a queda do sistema feudal , pois abriram caminhos para a navegação no Mediterrâneo propiciando a modernização das práticas comerciais com consequente fortalecimento da classe burguesa.

O legado das cruzadas

As cruzadas influenciaram a cavalaria europeia e, durante séculos, sua literatura.

Se por um lado aprofundaram a hostilidade entre o cristianismo e o Islã, por outro estimularam os contatos econômicos e culturais para benefício permanente da civilização europeia. O comércio entre a Europa e a Ásia Menor aumentou consideravelmente e a Europa conheceu novos produtos, em especial, o açúcar e o algodão. Os contatos culturais que se estabeleceram entre a Europa e o Oriente tiveram um efeito estimulante no conhecimento ocidental e, até certo ponto, prepararam o caminho para o Renascimento.

O Império Carolíngio

Com a desagregação do Império Romano e a organização da sociedade feudal, inúmeros reinos se formaram. A partir de agora, conheceremos um pouco mais o Império dos Francos.

Vale lembrar que os romanos chamavam todos os povos que habitavam além das suas fronteiras de *bárbaros*. Isso pelo fato de falarem uma língua diferente e terem costumes muito diferentes dos seus.

Apesar disso, os romanos permitiram que muitos dos povos bárbaros ocupassem parte de seu território. Na qualidade de aliados, eles ajudavam a defender as fronteiras contra invasões inimigas, além de cultivarem as terras e criarem animais.

http://www.ricardocosta.com/textos/mapas.htm

A presença de povos invasores no Império Romano aumentaria com a chegada dos hunos à Europa. Assustados com os hunos, os povos que habitavam a região próxima das fronteiras passariam a ocupar o território romano nem sempre de forma pacífica.

Com o tempo e a desagregação do Império Romano do Ocidente, essas ocupações iniciais dariam início a reinos independentes. No interior deles, estariam presentes tanto costumes romanos quanto dos povos invasores.

Formado na Gália (atual França), o reino Franco foi o mais duradouro desses reinos. Ao estuda-lo poderemos perceber esse processo de formação da sociedade feudal, assim como a consolidação ao longo dos séculos VI ao IX.

Os francos tiveram de enfrentar diversas batalhas para se estabelecer na Gália. A ilustração acima mostra soldados francos. Eles lutavam com lanças e combates corpo a corpo, utilizando espadas de lâminas largas.

A Gália

A Gália, conquistada pelo general romano Júlio César no século I a.C., era uma região bastante povoada. Seus habitantes, os gauleses, eram hábeis agricultores. Tornaram-se conhecidos por suas carroças com rodas revestidas de ferro, que evitava o desgaste da madeira, material usado na época.

Ao chegarem à Gália, os romanos construíram grandes vias de comunicação ligando as principais vilas. Essas vias favoreceram o desenvolvimento do comércio e do artesanato. Foram ainda os romanos que introduziram na região técnicas de cultivo de videiras e de fabricação de vinho.

Por um longo período, a região, dominada pelos romanos, ficou protegida contra invasões. Entretanto, no princípio do século V, um povo de origem germânica atravessou o rio Reno e entrou na Gália. Eram os francos. Eles conquistaram grande parte do território, estabelecendo-se no norte e, sobretudo, no nordeste.

O Reino Franco

Os primeiros reis francos descendiam de Meroveu. Por isso, os reis dessa dinastia chamam-se *merovíngios.*

Meroveu, na metade do século V, lutou ao lado dos romanos contra os invasores hunos.

Clóvis, neto de Meroveu, venceu os alamanos, os burgúndios e os visigodos, ampliando fronteiras do reino. Com isso, no final do século V, os francos já dominavam grande parte da Europa central.

A importância de Clóvis aumentou quando ele se converteu ao cristianismo, em 496, depois de derrotar os alamanos. Com a conversão, conquistou total apoio de condes cristãos e bispos da Gália.

Com a morte de Clóvis, em 511, o Reino Franco foi dividido entre seus quatro filhos, ocasionando rivalidades e disputas entre eles. Por fim, em 628, Dagoberto subiu ao trono e estabeleceu que, daí por diante, os reis francos teriam um único sucessor.

Após o reinado de Dagoberto, vieram os *reis indolentes,* assim chamados por não cumprirem as funções administrativas. O prefeito do palácio, uma espécie de primeiro-ministro, era quem efetivamente administrava o reino.

Um desses prefeitos, Pepino de Heristal, tornou o cargo hereditário e passou-o a seu filho Carlos Martel. Carlos Martel notabilizou-se por vencer os árabes, em 732, na batalha de Poitiers, detendo a invasão muçulmana na região central da Europa.

Em 743, foi coroado o último rei merovíngio, Childerico III.

O filho de Carlos Martel, Pepino, o Breve, incentivado pelo papa Zacarias, depôs Childerico III, assumiu o trono e fez-se aclamar rei. Com isso, iniciou-se uma nova dinastia, a dos *carolíngios*, nome derivado de *Carolus* (Carlos, em latim). O sucessor de Pepino, o Breve, foi seu filho Carlos Magno.

Carlos Magno sendo coroado pelo papa Leão III (ano 800)

O Império de Carlos Magno

O Império de Carlos Magno, também conhecido como o Império Carolíngio, foi o momento de maior esplendor do Reino Franco (ocupava a região central da Europa). Este período ocorreu durante o reinado do imperador Carlos Magno (768 – 814).

Carlos Magno assumiu o trono em 768 e por suas realizações, é considerado o mais importante rei dos francos. Destacou-se por conquistas militares e pela organização administrativa implantada nos territórios sob seu domínio.

Para as conquistas militares, Carlos Magno organizou um exército forte, do qual faziam parte, além de seus soldados, os grandes proprietários de terras acompanhados de certo número de camponeses equipados para a guerra. Com

esse exército, ele expandiu as fronteiras do reino, constituindo o Império Carolíngio.

Com uma política voltada para o expansionismo militar, Carlos Magno expandiu o império, além dos limites conquistados por seu pai, Pepino, o Breve. Conquistou a Saxônia, Lombardia, Baviera, e uma faixa do território da atual Espanha.

Nas regiões conquistadas, eram construídas fortalezas e igrejas em volta das quais organizaram-se vilas que, posteriormente, passaram a ser ligadas por estradas. Sendo cristão, Carlos Magno obrigava os povos conquistados a converterem-se ao cristianismo.

O governo de Carlos Magno não tinha uma sede fixa. Com sua corte, que se constituía basicamente de familiares, amigos, membros do clero e funcionários administrativos, viajava de um lugar para outro. As decisões políticas mais importantes, em geral, eram tomadas no palácio de Aix-la-Chapelle, no noroeste da atual França.

Ilustração do palácio de Carlos Magno, em Aix-la-Chapelle.

No ano 800, em Roma, na noite de Natal, Carlos Magno foi coroado imperador pelo papa Leão III. Com a coroação de Carlos Magno, a Igreja católica pretendia fazer reviver o Império Romano do Ocidente e, ao mesmo tempo, unificar a Europa sob o comando de um monarca cristão.

Embora as conquistas militares tenham sido significativas, foi nas áreas cultural, educacional e administrativa que o Império Carolíngio demonstrou grande avanço. Carlos Magno preocupou-se em preservar a cultura greco-romana, investiu na construção de escolas, criou um novo sistema monetário e estimulou o desenvolvimento das artes. Graças a estes avanços, o período ficou conhecido como o Renascimento Carolíngio.

Administração territorial

Para facilitar a administração do vasto território, Carlos Magno criou um sistema bem eficiente. As regiões foram divididas em condados (administradas pelos condes). Para fiscalizar a atuação dos condes, foi criado o cargo de missi dominici. Estes funcionários eram os enviados do imperador para fiscalizar os

territórios. Ou seja, eles deveriam verificar e avisar ao imperador sobre a cobrança dos impostos, aplicação das leis e etc.

Carlos Magno e a reforma educacional

Carlos Magno tinha pouca instrução. Com idade avançada, aprendeu a ler e a escrever em latim. Valorizou o ensino, promovendo obras para a sua difusão em todo o império. Queria funcionários instruídos para ler os textos oficiais, que eram redigidos em latim.

O monge inglês Alcuíno foi o responsável pelo desenvolvimento do projeto escolar de Carlos Magno. A manutenção dos conhecimentos clássicos (gregos e romanos) tornou-se o objetivo principal desta reforma educacional. As escolas funcionavam junto aos mosteiros (escolas monacais), aos bispados (escolas catedrais) ou às cortes (escolas palatinas).

Estas escolas eram frequentadas, sem distinção de tratamento, por meninos de famílias pobres e por filhos de nobres. Nelas eram ensinadas as sete artes liberais: aritmética, geometria, astronomia, música, gramática, retórica e dialética.

Arte carolíngia

A arte sofreu uma grande influência das culturas grega, romana e bizantina. Destacam-se a construção de palácios e igrejas. As iluminuras (livros pequenos com muitas ilustrações, com detalhes em dourado) e os relicários (recipientes decorados para guardar relíquias sagradas) também marcaram este período.

Iluminura de Carlos Magno sendo coroado pelo papa Leão III (ano 800)

Relicário

Enfraquecimento do império

Carlos Magno morreu em 814. Foi sucedido por seu filho, Luis, O Piedoso, que governou até 840. Os filhos de Luis disputaram, durante três anos, a sucessão do império. Em 843, pelo Tratado de Verdun, o Império Carolíngio foi dividido em três reinos distintos, cabendo a parte ocidental a Carlos, o Calvo; a parte oriental a Luis, o Germânico; e a parte central a Lotário.

Fonte: http://www.juserve.de/rodrigo/atlas%20historico/atlas%20historico.html

O desmembramento do Império Carolíngio pôs fim à tentativa de unificação da Europa ocidental sob comando de um único monarca cristão.

O Império Carolíngio hoje

O Império Carolíngio corresponde aos territórios de França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, Áustria, Hungria, Eslováquia e República Tcheca, além de territórios do norte e centro da Itália, de parte da Espanha e do norte da península Balcânica.

O poder da Igreja no mundo medieval

A religião cristã nasceu durante o Império Romano. Por séculos se expandiu, conquistando poder e grande número de adeptos. Em 313 obteve do governo romano o direito á liberdade de culto; em 391 foi transformada em religião oficial do império.

Entretanto, o poder da igreja só se consolidaria com a conversão dos povos germânicos ao catolicismo. Com isso, a Igreja sobreviveria à desagregação do Império Romano do Ocidente, ao mesmo tempo que se transformava na mais poderosa instituição de seu tempo.

Em uma sociedade fragmentada, a Igreja católica garantia não só a unidade religiosa, mas também a política e a cultural. Com o controle da fé, ela ditava a forma de nascer, morrer, festejar, pensar, enfim, de todos os aspectos da vida dos seres humanos no mundo medieval.

Reprodução do quadro *A Igreja e o Estado*, pintado por Andréa de Firenze, serve como ilustração da organização política do mundo medieval. O cenário de fundo é uma igreja. Ao centro, os dois vigários de Cristo; o papa e o imperador. De um lado, cardeal, arcebispo, padre; de outro, rei, conde, paladino. A seus pés, o rebanho de Cristo. No plano inferior, monges e freiras de um lado; fidalgos, burgueses e camponeses, de outro.

No tempo das catedrais

A Igreja católica foi a instituição mais poderosa da idade Média. Numa época em que a riqueza era medida pela quantidade de terras, a Igreja chegou a ser proprietária de quase dois terços das terras da Europa ocidental. Era a grande senhora feudal, participando das relações de suserania e vassalagem e controlando a servidão dos camponeses.

Até hoje, em diversas regiões da Europa, podemos testemunhar o poder da Igreja católica no mundo medieval. As grandes catedrais construídas nos séculos XII e XIII são um dos exemplos desse poder. Na imagem acima, a

catedral de Coutances, na França. Construída em estilo gótico, demorou trinta anos (1220-1250) para ficar pronta.

Outro exemplo é a Catedral de Colônia, localizada na cidade alemã de Colônia, igreja de estilo gótico, é o marco principal da cidade. A construção da igreja gótica começou no século XIII e levou, com as interrupções, mais de 600 anos para ser completada. As duas torres possuem 157 metros de altura, com a catedral possuindo o comprimento de 144 metros e largura de 86 metros. Quando foi concluída em 1880, era o prédio mais alto do mundo. A catedral é dedicada a São Pedro e a Maria.

Todos os bispos dominavam porções significativas de terras. Aliás, ser bispo podia significar o controle de muita riqueza. Veja o comentário de um bispo do século IX:
Para ordenar um padre, cobrarei em ouro. Para ordenar um diácono, cobrarei um monte de prata (...). Para chegar a bispo, paguei bom ouro, mas agora hei de rechear a bolsa.

(A.Fremantle. *A Idade da Fé*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970, p.38. Biblioteca de História Universal Life.)

Ao contrário da nobreza – que tinha seus bens repartidos por heranças, casamentos, lutas pela posse da terra, etc. - , a Igreja só acumulava riquezas, já que os bens não pertenciam aos religiosos, mas a própria instituição.

Assim, usufruindo do poder que tinha sobre as consciências, a Igreja católica pôde acumular grande riqueza material. À medida que essa riqueza crescia, o alto clero, constituído por aqueles que ocupavam cargos mais elevados na hierarquia interna da Igreja, distanciava-se dos assuntos religiosos.

Controlando o poder espiritual e material, a Igreja foi responsável por manter, em grande parte, a ordem social da Idade Média. Segundo um texto da época:

Deus quis que, entre os homens, uns fossem senhores e outros, servos, de tal maneira que os senhores estejam obrigados a venerar e amar a Deus, e que os servos estejam obrigados a amar e venerar o seu senhor (...).

(St.Laud de Angers. Citado em: Gustavo de Freitas. 900 textos e documentos de História. Lisboa, Plátano, 1977, v.I, p. 145.)

O poder da Igreja no mundo medieval (continuação)

A vida nos mosteiros

Nem todos os cristãos eram a favor de a Igreja acumular riquezas e criticavam a vida luxuosa que muitos bispos e padres levavam. Procurando retomar os ensinamentos e a vida pobre de Cristo, muitos religiosos optaram por uma vida mais simples, recusando os bens materiais. Surgiram assim as *ordens monásticas.*

Dentre as novas ordens, destacaram-se as criadas por São Bento

Abadias: centros de oração, trabalho e produção intelectual

Na Idade Média foram fundadas inúmeras abadias. Algumas tornaram-se muito famosas e existem até hoje, como a de Melk, na Áustria.

Abadia de Melk, na Áustria

Recebe o nome de abadia a residência de monges ou de monjas governadas por um abade ou por uma abadessa.

As abadias medievais eram praticamente auto-suficientes. Tinham geralmente igrejas, bibliotecas, muitos quartos (celas), oficinas para a produção e conserto de ferramentas e carroças, estrebarias e cocheiras, cozinhas, etc.

Localizavam-se sempre no centro de uma grande propriedade, onde eram cultivados trigo, cevada, centeio, videiras, frutas, etc. Eram também criados porcos, galinhas, perus, patos, bois, vacas, cavalos, etc.

Os próprios monges trabalhavam no cultivo e na criação. Alguns, porém, passavam todos o tempo na biblioteca, copiando e estudando as obras dos grandes escritores da Antiguidade, sobretudo gregos e romanos. Eram os monges copistas. Eles produziram verdadeiras obras de arte. Nas margens das páginas, desenhavam ilustrações (iluminuras), utilizando um tipo de letra que hoje conhecemos como gótica.

Ilustração de um monge copista

Texto com iluminuras e letra gótica

Nas abadias, além do trabalho, grade parte do tempo era dedicada à oração e ao canto sacro.

As abadias contavam também com numerosos servos, que executavam os trabalhos mais pesados.

O poder da Igreja no mundo medieval (continuação)

O canto gregoriano

O canto gregoriano ou canto sacro surgiu na época medieval. Nele, a música é apenas cantada, sem acompanhamento instrumental.

Esse tipo de música recebeu o nome de São Gregório, papa que comandou a Igreja entre 590 e 604. O papa Gregório ordenou aos diáconos que cantassem unicamente o Evangelho. As outras passagens musicais que faziam parte da missa estavam a cargo de padres menos graduados.

Dando continuidade a sua admiração pela música, São Gregório apoiou a Escola de Cânticos romana, com o intuito de formar cantores profissionais. No século IX, por exemplo, já havia vários vocais de cantos gregorianos.

www.christusrex.org/www2/cantgreg/cantos_selec.html

As heresias

Apesar de todo o seu poder, a Igreja católica encontrava resistência por parte de grupos ou pessoas que se opunham a alguns de seus dogmas. O ato de se opor à Igreja era chamado *heresia;* quem a praticava era considerado herege e condenado pela Igreja.

É importante destacar que na Europa medieval não se questionava a existência de Deus, mas apenas a forma como essa fé deveria ser manifestada.

Um exemplo de heresia era a seita dos *valdenses*, surgida no século XII. Eles adotavam a pobreza absoluta, não aceitavam os juramentos e a pena de morte. Defendiam ainda que qualquer pessoa podia rezar a missa.

Para combater seitas e pessoas hereges, a Igreja católica adotou uma série de medidas que culminou com a criação do *Tribunal de Santo Ofício*, no século XIII. Esses tribunais mandavam investigar os casos suspeitos, havia julgamento e castigos, muitas vezes a condenação à morte. Para obter a confissão, os inquisidores faziam uso da tortura física.

Dica: Existem diversos filmes que têm como tema central o mundo medieval. *O incrível exército de Brancaleone* é um deles. De forma bem-humorada , mostra aspectos da organização social desse período. Outro filme importante é *O nome da rosa*, baseado no livro de mesmo nome do escritor italiano Umberto Eco. Esse filme oferece uma boa ideia de como eram as abadias medievais.

A Transição do Feudalismo para o Capitalismo

No sistema feudal não existia comércio, as relações eram à base de trocas de produtos, e toda produção era destinada ao sustento local.

As relações de trabalho se realizavam entre o senhor feudal, dono da terra que fazia parte da burguesia, e do outro lado o servo ou camponês, que era subordinado ao senhor feudal.

O servo trabalhava na terra do senhor e pagava um “aluguel” pelo seu uso, além de trabalhar três dias por semana de graça para ele.

O servo devia gratidão ao senhor pelo trabalho e proteção, a essa relação de dependência e gratidão dá-se o nome de vassalagem. Nesse período não existia trabalho assalariado, o que resultava numa dependência social entre senhor e servo.

No capitalismo as relações de produção e trabalho possuem características opostas ao feudalismo. O sistema capitalista deixa explícita a função do dono dos meios de produção e do trabalhador que vende sua força de trabalho, outra característica fundamental do capitalismo é a incessante busca pelo aumento da produção, a busca de novos mercados consumidores e a busca de lucros.

Fases do capitalismo

Pré-capitalismo: ocorreu nos séculos XII ao XV, a produção era distribuída através das relações de troca de produtos, o trabalho assalariado não havia estabilizado, o produto era fruto do trabalho e não da venda da força de trabalho. Os artesãos eram donos dos ofícios (técnicas de trabalho), das ferramentas e da matéria-prima.

Capitalismo comercial: ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, o artesão possuía autonomia, mas nesse período surgiu uma nova prática comercial. A maior parte do lucro ficava nas mãos dos comerciantes e atravessadores e não nas mãos de quem realmente produzia, essa é conhecida como a fase primitiva da acumulação de capital, e também pode ser considerada como uma fase de "especulação".

Capitalismo industrial: é caracterizado pela aplicação de capital no setor industrial. O trabalho assalariado se fixa, e então fica nítido a separação de classes, à primeira classe pertencem os donos dos meios de produção e à segunda o trabalhador, que tem apenas sua força de trabalho.

O capitalismo industrial iniciou em meados do século XVIII na Inglaterra, se espalhou no século XIX por toda Europa, Estados Unidos e Japão e finalizou sua fase de expansão no século XX, alcançando as outras nações.

Capitalismo financeiro: é chamado também de capitalismo monopolista, nesta fase o capitalismo ficou marcado pelo poder do capital, das instituições financeiras. Os grupos e gigantescas multinacionais detinham os rumos do mercado, concentrando nas mãos um grande poder de decisão até mesmo no campo político.

História do Capitalismo

O Capitalismo tem seu início na Europa. Suas características aparecem desde a baixa idade média (do século XI ao XV) com a transferência do centro da vida econômica social e política dos feudos para a cidade.

O feudalismo passou por uma grave crise decorrente da catástrofe demográfica causada pela Peste Negra que dizimou 40% da população europeia e pela fome que assolava o povo. Entretanto, a elevada taxa de natalidade permitiu o aumento progressivo da população que, em 1500, era de aproximadamente 70 milhões de habitantes em toda a Europa, o que significava recuperar os níveis anteriores à Peste Negra.

Embora o povoamento fosse majoritariamente rural, havia ligeira tendência à migração da população para as cidades. No início do século XVI, algumas delas, como Nápoles, Paris, Sevilha e Lisboa, contavam com cerca de 200 mil habitantes.

No mundo rural podem ser destacadas as seguintes transformações entre o s séculos XV e XVI:

• O Declínio progressivo da servidão.
• O Pequeno crescimento das rendas agrárias em relação ao aumento das manufaturas ou no comércio. Com isso, os encargos impostos pela nobreza rural aos camponeses aumentara, de modo notável.
• A concentração da propriedade rural nas mãos das grandes famílias nobiliárquicas, com o passar do tempo consolidaram alguns de seis traços e instituições mais característicos, como os matrimônios endogâmicos e as primogenituras. A Pequena nobreza emigrou para as cidades.
• As revoltas camponesas, sobretudo no Sacro Império Romano-Germânico (Atual Alemanha), provocadas por tributos senhoreais, secas, pragas e anos de fome.

Manifestou-se nas cidades o desejo recíproco de unir, pelo matrimônio, as famílias burguesas e as da nobreza – classe burguesa. Esta nova classe social buscava o lucro através de atividades comerciais.

Neste contexto, surgem também os banqueiros e cambistas, cujos ganhos estavam relacionados ao dinheiro em circulação, numa economia que estava em pleno desenvolvimento. Historiadores e economistas identificam nesta burguesia, e também nos cambistas e banqueiros, ideais embrionários do sistema capitalista : lucro, acúmulo de riquezas, controle dos sistemas de produção e expansão dos negócios.

A época moderna pode ser considerada, exatamente, como uma época de "revolução social" cuja base consiste na "substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista". Com as revoluções liberais da Idade Moderna o capitalismo se estabeleceu como sistema econômico predominante, pela primeira vez na história, nos países da Europa Ocidental. Algumas dessas revoluções foram a Revolução Inglesa (1640-60, Hill 1940), a Revolução Francesa (1789-99, Soboul 1965) e a Independência dos EUA, que construíram o arcabouço institucional de suporte ao desenvolvimento capitalista. Assim começou a era do capitalismo moderno.

Fases do Capitalismo

Primeira Fase - Capitalismo Comercial ou Pré-Capitalismo: Essa fase estende-se do século XVI ao XVIII, iniciando-se com as Grandes Navegações e Expansões Marítimas Europeias. O acúmulo de riqueza era gerado através do comércio de especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu.

Segunda Fase - Capitalismo Industrial: Inicia-se com a Revolução Industrial. O acúmulo de riqueza provinha do comércio de produtos industrializados das fábricas europeias. Enorme capacidade de transformação da natureza, por meio da utilização cada vez mais de maquinas movidas a vapor, gerando uma grande produção onde a multiplicação dos lucros era cada vez maior.

Terceira Fase - Capitalismo Monopolista-Financeiro: Iniciada no século XX (após término da Segunda Guerra Mundial) e estendendo-se até os dias de hoje. Uma das consequências mais importantes do crescimento acelerado da economia Capitalista foi brutal processo de centralização dos capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: Indústrias, Bancos, Corretoras de Valores, Casas Comerciais e etc. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram a parti dos fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia.

Transformações econômicas no período medieval

Como já sabemos, na Idade Média, a maior parte da população da Europa ocidental vivia no campo. Isso acabou gerando a redução da vida urbana e a diminuição da atividade comercial. Apenas com as Cruzadas, a partir do século XI, é que essa realidade começou a se transformar.

O movimento provocado pelas Cruzadas trouxe o crescimento das rotas comerciais entre o oriente e o Ocidente, pelo mar Mediterrâneo, assim como das rotas localizadas no interior da própria Europa. A intensa atividade comercial, por sua vez, favoreceu o desenvolvimento das cidades.

O comércio e a formação de cidades provocaram profundas mudanças no cenário europeu. Após alguns séculos, a estrutura da sociedade feudal não seria mais predominante no continente. Surgiram, então, novos grupos sociais enriquecidos pelo comércio e desejos de controlar também o poder político.

O ressurgimento do comércio e das cidades

Um dos fatores responsáveis pelo ressurgimento do comércio na Europa foram as Cruzadas, pois elas contribuíram para o restabelecimento das relações entre o Ocidente e o Oriente e para a abertura do mar Mediterrâneo aos mercadores da Europa ocidental.

Além disso com as Cruzadas, os europeus passaram a usar novos produtos trazidos do Oriente, como gengibre, pimenta, canela, cravo-da-índia, óleo de arroz, açúcar, figos, tâmaras e amêndoas. Tapetes vieram substituir a palha e o junco, usados para forrar o chão dos castelos. As sedas e os brocados modificaram as vestimentas, e espelhos de vidro substituíram os discos de metal polido usados até então.

Muitos desses produtos eram caros e difíceis de ser comprados. Por isso, alguns deles tornaram-se conhecidos como especiarias – é o caso, por exemplo, da pimenta e do gengibre.

O modo de vida dos mercadores não estava fundamentado na agricultura ou na posse da terra, mas no comércio e no dinheiro. De maneira geral, eles utilizavam como rota comercial as antigas estradas romanas. Transportavam seus bens em caravanas de animais de carga e, muitas vezes, viajavam protegidos contra assaltos.

No ponto de confluência das principais rotas comerciais, realizavam-se grandes feiras. Nelas, podiam-se vender e comprar mercadorias vindas de diversas partes do mundo.

As feiras medievais assinalavam o reaquecimento das atividades comerciais na Europa.

À medida que o comércio se expandia, formavam-se vilas e cidades. Por razões de segurança, os mercadores procuravam se concentrar em lugares próximos a uma zona fortificada, cercada de muralhas, denominada *burgo*. Muitas vezes, nesses lugares fortificados, localizavam-se a catedral, a moradia do bispo e, por vezes, o castelo do senhor das terras.

Nos burgos, além dos mercadores encontravam-se as oficinas dos artesãos, como sapateiros, ourives, ferreiros, oleiros e carpinteiros. Esses moradores eram chamados de *burgueses* e, aos poucos, foram se constituindo em um novo grupo social no interior do mundo medieval: *a burguesia*.

Corporações e guildas

A expansão do comércio e o crescimento das cidades provocaram vários conflitos sociais. As áreas que as cidades ocupavam pertenciam aos senhores feudais, bispos, nobres e reis. Esses senhores pretendiam submeter os moradores dos burgos, cobrando deles impostos, taxas e serviços. Essa prática era comum em relação aos servos, mas os burgueses não estavam dispostos a aceitá-la. Eles julgavam que isso constituía um grande obstáculo para o desenvolvimento de suas atividades.

Em suas andanças, os mercadores haviam aprendido a importância da união. Eles viajavam em grupos por estradas, mares e regiões desconhecidas, para se proteger contra assaltantes e piratas ou mesmo para obter melhores negócios.

Assim, com o tempo, foram surgindo associações de artesãos e de comerciantes, cujo objetivo principal era defender os interesses econômicos de seus membros. As associações de artesãos eram chamadas *corporações de ofício*, e as de comerciantes, *guildas* ou *ligas.* Unidos, eles pretendiam evitar a concorrência, fixar preços e regulamentar o trabalho, além de enfrentar os limites impostos pelos senhores e nobres feudais.

Transformações econômicas na Europa no período medieval

Com o fortalecimento das cidades e do comércio, surgiu na Europa um novo ideal de vida. Até então, em geral, as pessoas só podiam almejar realizações pessoais, como reconhecimento por ser um guerreiro valente.

Para o burguês, no entanto, o mais importante era acumular fortuna. Por isso, ele trabalhava intensamente, procurando aumentar cada vez mais os negócios e os lucros.

O aumento da prática comercial fez ressurgir a importância do dinheiro. O comercio, fundamentado antes na simples troca de produtos, passou a se basear na troca de produtos por moeda. O próprio mercador, precisando de dinheiro para viajar e comprar mercadorias, começou a pedi-lo emprestado, propiciando o desenvolvimento das casas bancárias.

Em consequência do comercio, algumas regiões passaram a se especializar na produção e comercialização de determinados produtos. Borgonha e vale do Reno, na atual França, por exemplo, especializaram-se em vinho; Provença, em sal, e assim por diante. Houve também o aumento do número de pessoas que trabalhavam por salário.

Todas essas mudanças alteraram a organização política e social da Europa.

As revoltas camponesas

Com o comércio, a nobreza feudal passou a utilizar novos produtos, sobretudo os de origem oriental. Para garantir os recursos necessários ao sustento desses novos hábitos, a exploração sobre os servos aumentou. Em resposta surgiram revoltas e fugas de camponeses para as cidades.

Além disso, o aumento da população gerou uma expansão das zonas agrícolas, com a ocupação de áreas florestais e de pastagens. A ocupação das pastagens, por sua vez, provocou a falta de adubo animal. Como resultado, as colheitas tornaram-se insuficientes, causando fome e subnutrição e tornando os europeus mais vulneráveis às doenças.

A vida nas cidades

O crescimento das cidades medievais era limitado pelas muralhas dos burgos. Ninguém desejava morar fora delas, temendo por sua segurança.

Hoje, em algumas regiões da Europa é possível encontrar as antigas cidades medievais. Preservadas, elas oferecem uma ideia do que era viver e trabalhar naquele período. Na imagem, cidade de Ávila, na atual Espanha . Suas muralhas foram construídas no século XI.

Como não era possível destruir os muros, e a população aumentava, as casas cresciam para cima, chegando a ter até três andares. A maior parte das casas era de madeira, o que favorecia os incêndios, que as vezes destruíam completamente uma cidade.

Não existiam calçadas nem esgotos, o que facilitava a proliferação de doenças. À noite, quase não havia iluminação. De dia, as vilas também permaneciam bastante sombrias.

As pessoas circulavam pela cidade no meio dos animais, que comiam restos de alimentos jogados pelas janelas.

Artesãos e comerciantes agrupavam-se por ruas conforme suas atividades. Símbolos divertidos, como um gato que pesca, por exemplo, indicavam as lojas àqueles que não sabiam ler.

As universidades

A partir do século XII, com a expansão das atividades comerciais e o crescimento das cidades, os comerciantes sentiram necessidade de saber ler, escrever e contar. Para atender a essa necessidade, começaram a organizar escolas.

As universidades, a partir do século XII, se multiplicaram pela Europa. As principais da época surgiram em: Bolonha (1158), Paris (1200), Cambridge (1209), Pádua (1222), Nápoles (1224), Toulouse (1229).

Nas universidades, os professores e alunos dedicavam-se a diversas áreas do conhecimento, como artes, gramática, matemática, retórica, direito, medicina, teologia. O ensino era dado em latim.

Idade Moderna / História Moderna

O termo Idade Moderna, apesar de identificar algo novo ou atual, não se refere aos nossos tempos, ao século XXI. Ele se refere, historicamente, ao período compreendido entre os séculos XV e XVIII e foram os europeus desse tempo que se autodenominaram modernos.

Para alguns historiadores, a Idade Moderna foi um grande período de transição do mundo medieval feudal para o mundo capitalista e burguês, o qual se inaugurou no final do século XVIII e início o século XIX.

Assim, na chamada Idade Moderna, coexistiram permanências do mundo medieval e elementos que formaram as bases do sistema capitalista. A economia agrária, a persistência das relações de servidão, os privilégios da nobreza, os valores sociais baseados na tradição, no sangue, e a apropriação privada do Estado eram aspectos do mundo medieval. Mas, paralelamente, profundas transformações sociais e culturais ocorriam nesse período de transição: mudaram as relações entre os diferentes grupos sociais, as visões do mundo e as crenças, outras formas de trabalho, de poder.

A Idade Moderna não era essencialmente capitalista e já não era mais medieval. Mas nada disso aconteceu de repente; os elementos típicos do feudalismo ainda persistiram, com maior ou menor intensidade e durabilidade, nas diferentes regiões da Europa, mas as mudanças foram atingindo todos os campos e trazendo a modernidade.

Mas o que significava ser moderno naquela época?

Ser moderno, segundo os intelectuais dos séculos XV e XVI, era estar em sintonia com os avanços das ciências e das novas mentalidades.

Era, portanto, não mais acreditar apenas na transcendência, ou seja na divindade, mas também na materialidade e individualidade do ser humano; concebê-lo, enfim, como um ser que possui sonhos, desejos e paixões.

Havia um lugar para Deus naquele mundo, mas o homem agora exigia também o seu espaço de liberdade, para aprender, crescer, enriquecer, descobrir novas verdades.

A cidade foi o cenário ideal de todas essas transformações. Ali, as pessoas sentiam-se fortes e livres para alterar o rumo das próprias vidas, longe da servidão do campo. Ali era possível acompanhar, a cada dia, o ritmo das mudanças que iam se acelerando, ganhando um novo dinamismo.

Para o homem moderno, sentindo-se no centro de todas as coisas, até o tempo parecia correr mais depressa, ao contrário daquela visão quase estática do Período Medieval. Tudo agora parecia possível e realizável.

Constituem aspectos fundamentais desse mundo moderno os processos de formação dos Estados Nacionais e do absolutismo real; o Renascimento Cultural e as reformas religiosa; a expansão do comércio e das manufaturas e a formação de impérios coloniais europeus com a Expansão Marítima.

Linha do tempo - Idade Moderna

1492- Cristóvão Colombo chegou à América e declarou-a colônia da Espanha.
1492- Os espanhóis conquistaram Granada e puseram fim ao domínio da Espanha pelos mouros muçulmanos.
1517- A Reforma começou na Alemanha.
1519-1522 Fernão de Magalhães comandou a primeira viagem ao redor do mundo.
1526- Baber, um governante muçulmano, conquistou a Índia e estabeleceu o Império Mogol.
1532- Francisco Pizarro invadiu o Peru, iniciando a conquista espanhola do império inca.
1588- A marinha real da Inglaterra derrotou a armada espanhola e consolidou a posição da Inglaterra como grande potência naval.
1613- Miguel Romanov tornou-se czar da Rússia e iniciou o domínio de 300 anos da Rússia pelos Romanov.
1644- Os manchus conquistaram a China e estabeleceram seu governo que durou até 1912.
1688- A Revolução Gloriosa depôs Jaime II da Inglaterra.
1763- O Tratado de Paris pôs fim à Guerra dos Sete Anos na Europa e à guerra entre franceses e índios na América do Norte.
1776- As 13 colônias inglesas da América do Norte assinaram a Declaração de Independência.
1789- A Revolução Francesa começou.

As grandes navegações

No final da Idade Média, o mundo que os europeus conheciam resumia-se ao Oriente Médio, ao norte da África e às Índias, nome genérico pelo qual designavam o Extremo Oriente, isto é, leste da Ásia.

Grande parte dos europeus conhecia apenas o Extremo oriente por meio de relatos; como o do viajante veneziano Marco Pólo, que partiu de sua cidade em 1271, acompanhando seu pai e seu tio em uma viagem àquela região.

A América e a Oceania eram totalmente desconhecidas pelos europeus.

Período de transição entre Idade Média e Idade Moderna.

Mesmo as informações de que os europeus dispunham sobre muitas das regiões conhecidas eram imprecisas e estavam repletas de elementos fantasiosos.

Durante os séculos XV e XVI, exploradores europeus, mas principalmente portugueses e espanhóis, começaram a aventurar-se pelo “mar desconhecido”, isto é, pelo oceano Atlântico e também pelo Pacífico e Índico dando início à chamada Era das Navegações e Descobrimentos Marítimos.

As primeiras rotas das grandes navegações

Os objetivos

No século XV, os países europeus que quisessem comprar especiarias (pimenta, açafrão, gengibre, canela e outros temperos), tinham que recorrer aos comerciantes de Veneza ou Gênova, que possuíam o monopólio destes produtos. Com acesso aos mercados orientais - Índia era o principal - os burgueses italianos cobravam preços exorbitantes pelas especiarias do oriente. O canal de comunicação e transporte de mercadorias vindas do oriente era o Mar Mediterrâneo, dominado pelos italianos. Encontrar um novo caminho para as Índias era uma tarefa difícil, porém muito desejada. Portugal e Espanha desejavam muito ter acesso direto às fontes orientais, para poderem também lucrar com este interessante comércio.

Um outro fator importante, que estimulou as navegações nesta época, era a necessidade dos europeus de conquistarem novas terras. Eles queriam isso para poder obter matérias-primas, metais preciosos e produtos não encontrados na Europa. Até mesmo a Igreja Católica estava interessada neste empreendimento, pois, significaria novos fiéis.

Os reis também estavam interessados, tanto que financiaram grande parte dos empreendimentos marítimos, pois com o aumento do comércio, poderiam também aumentar a arrecadação de impostos para os seus reinos. Mais dinheiro significaria mais poder para os reis absolutistas da época.

Pioneirismo português

Portugal foi o pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI devido a uma série de condições encontradas neste país ibérico. A grande experiência em navegações, principalmente da pesca de bacalhau, ajudou muito Portugal. As caravelas, principal meio de transporte marítimo e comercial do período, eram desenvolvidas com qualidade superior à de outras nações. Portugal contou com uma quantidade significativa de investimentos de capital vindos da burguesia e também da nobreza, interessadas nos lucros que este negócio poderia gerar. Neste país também houve a preocupação com os estudos náuticos, pois os portugueses chegaram a criar até mesmo uma centro de estudos: A Escola de Sagres.

As grandes navegações - Planejamento das Navegações

Navegar nos séculos XV e XVI era uma tarefa muito arriscada, principalmente quando se tratava de mares desconhecidos.

Era muito comum o medo gerado pela falta de conhecimento e pela imaginação da época. Muitos acreditavam que o mar pudesse ser habitado por monstros, enquanto outros tinham uma visão da terra como algo plano e, portanto, ao navegar para o "fim" a caravela poderia cair num grande abismo.

Dentro deste contexto, planejar a viagem era de extrema importância. Os europeus contavam com alguns instrumentos de navegação como, por exemplo: a bússola, o astrolábio e a balestilha. Estes dois últimos utilizavam a localização dos astros como pontos de referência.

astrolábio

Também era necessário utilizar um meio de transporte rápido e resistente. As caravelas cumpriam tais objetivos, embora ocorressem naufrágios e acidentes. As caravelas eram capazes de transportar grandes quantidades de mercadorias e homens. Numa navegação participavam marinheiros, soldados, padres, ajudantes, médicos e até mesmo um escrivão para anotar tudo o que acontecia durantes as viagens.

Caravelas

Navegações portuguesas e os descobrimentos

No ano de 1498, Portugal realiza uma das mais importantes navegações: é a chegada das caravelas, comandadas por Vasco da Gama às Índias. Navegando ao redor do continente africano, Vasco da Gama chegou à Calicute e pôde desfrutar de todos os benefícios do comércio direto com o oriente. Ao retornar para Portugal, as caravelas portuguesas, carregadas de especiarias, renderam lucros fabulosos aos lusitanos.

Outro importante feito foi a chegada das caravelas de Cabral ao litoral brasileiro, em abril de 1500. Após fazer um reconhecimento da terra "descoberta", Cabral continuou o percurso em direção às Índias.
Em função destes acontecimentos, Portugal tornou-se a principal potência econômica da época.

Pintura de Vasco da Gama na chegada à Índia, ostentando a bandeira usada

nos *Descobrimentos*: As armas de Portugal e a cruz de Cristo, patrocinadores do movimento de expansão iniciado pelo Infante D. Henrique. (link para anexo Vasco da Gama)

Navegações Espanholas e o descobrimento da América

A Espanha também se destacou nas conquistas marítimas deste período, tornando-se, ao lado de Portugal, uma grande potência.

Enquanto os portugueses navegaram para as Índias contornando a África, os espanhóis optaram por um outro caminho. O genovês Cristóvão Colombo, financiado pela Espanha, pretendia chegar às Índias, navegando na direção oeste. Em 1492, as caravelas espanholas, Santa Maria, Pinta e Niña partiram rumo ao oriente navegando pelo Oceano Atlântico.

Colombo tinha o conhecimento de que nosso planeta era redondo, porém desconhecia a existência do continente americano. Chegou em 12 de outubro de 1492 nas ilhas da América Central, sem saber que tinha atingido um novo continente. Foi somente anos mais tarde que o navegador Américo Vespúcio identificou aquelas terras como sendo um continente ainda não conhecido dos europeus. Em contato com os índios da América (maias, incas e astecas) (link), os espanhóis começaram um processo de exploração destes povos, interessados na grande quantidade de ouro. Além de retirar as riquezas dos indígenas americanos, os espanhóis destruíram suas culturas.

Cristóvão Colombo

O Tratado de Tordesilhas

Para estabelecer os domínios no Atlântico, foi necessária uma longa batalha diplomática entre Espanha e Portugal.

Pouco depois da volta de Cristóvão Colombo, o papa expediu, em maio de 1493, a Bula Inter Coetera, que reconhecia ao reino de Castela o domínio sobre todas

as terras que se encontrassem a oeste de um meridiano localizado a 100 léguas a oeste das ilhas de Açores e Cabo Verde.

Portugal, sentindo-se prejudicado, não aceitou a bula papal e exigiu uma negociação direta. O resultado foi o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, em que os reinos ibéricos estabeleceram uma divisão do mundo.

Assinatura do Tratado de Tordesilhas
(in: Manuel de Sousa, *Reis e Rainhas de Portugal*, SporPress, Mem Martins, 2000, pp. 81)

Segundo o tratado, terras e mares encontrados ou por encontrar (desde que não pertencentes a nenhum rei cristão) seriam divididos entre Espanha e Portugal. O meridiano que passa a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde foi tomado como linha divisória. As terras localizadas a leste pertenciam a Portugal. As restantes seriam da Espanha.

Linha do Tratado. A tracejado a proposta do Papa Alexandre VI

Para os portugueses, o tratado era altamente positivo, pois lhes assegurava a posse do litoral atlântico da África, região que já vinham explorando. A Espanha acabaria impondo seu domínio a grande parte do continente americano e sobre os povos que o habitavam. Com os metais preciosos encontrados no novo continente, tornar-se-ia a nação mais rica da Europa. Por isso na história espanhola o século XVI ficou conhecido como "o século de ouro".

Os Aspectos Técnicos da Aplicação do Tratado

Claro que era muito difícil estabelecer a correta aplicação dos limites geográficos determinados pelo tratado. Após alusão à linha divisória colocada 370 léguas a ocidente do Cabo Verde, os redatores do texto, assentaram o seguinte:

- que a tal linha divisória fosse determinada no prazo de dez meses, por uma comissão de marinheiros, astrônomos e pilotos de Castela e Portugal, portanto a organização de uma expedição comum;

- que Portugal assegurasse a Castela, o direito de passagem no espaço que lhe pertencia;

- que tendo em vista a segunda viagem de Colombo, consentiam a Castela as terras descobertas até 20 de Junho, com a condição de se situarem para lá de 250 léguas a ocidente de Cabo Verde; depois desta data, apenas vigoraria o

limite das 370 léguas;

- que nem o monarca de Castela nem de Portugal recorressem ao poder papal para alterar o acordo, mas sim cumprirem o tratado nos termos em que foi assinado.

Mesmo assim, as dificuldades da determinação prática de longitudes continuavam a ser muitas, mesmo depois de atingidas as Molucas, durante anos se admitiu entre Castela e Portugal o hemisfério em que se encontravam. Esta questão acabou por ficar concluída com o Tratado de Saragoça em 1529.

Pode-se dizer que depois do Tratado de Tordesilhas, no espaço de 40 anos desapareceram séculos de inconstância nos conhecimentos geográficos, os ensinamentos teóricos da nossa geografia, difundiram-se pelo Universo e os povos entraram em contato entre si.

A Europa e as navegações

Com as Grandes Navegações, novos continentes passaram a ser conhecidos pelos europeus, assim como o oceano Atlântico, que teve aos poucos seus segredos desbravados.

O poder dos reis, associado à burguesia que financiava as navegações, tornou-se ainda mais forte. As riquezas obtidas com a exploração das novas terras foram usadas na organização de exércitos para subjugar os nobres resistentes ao processo de centralização e também foram empregadas na montagem de um sistema administrativo que garantia aos monarcas amplos poderes.

A burguesia enriqueceu com a expansão do comércio para outras partes do mundo. A primeira viagem dos portugueses às Índias deu um lucro espantoso: 6.000%! Ou seja, para cada cem moedas que gastaram, receberam 6.000 a mais.

Com as navegações oceânicas, ocorreram diversas mudanças na Europa:

- deslocamento do eixo da atividade comercial do Mediterrâneo para o Atlântico;
- popularização do consumo de especiarias;
- mudanças de hábitos alimentares, com a inclusão de produtos como a batata, o milho, a mandioca, o tomate e o cacau, levados da América para o continente europeu.
- mudança na concepção do mundo (fim da crença de que a Terra era plana, de que existiam sereias,. Monstros marinhos, etc. nos oceanos);
- ampliação do conhecimento da astronomia (descobrem-se as constelações do hemisfério Sul e abre-se o caminho para a teoria heliocêntrica, ou seja, a de que a Terra gira em torno do Sol);
- propagação da cultura europeia para os outros continentes (inclusive do cristianismo);
- povoamento e exploração das terras encontradas;

- grande concentração de metais preciosos na Europa ocidental;
- submissão das populações dos “novos continentes” à escravidão e a trabalhos compulsórios.

Idade Moderna - O Renascimento

As mudanças ocorridas na Europa, como o desenvolvimento do comércio e das cidades e a expansão marítima, foram acompanhadas por um intenso movimento cultural.

Essas transformações faziam os europeus acreditarem que viviam em um novo tempo, muito diferente daquele que imperou durante toda a Idade Média. Por isso, os europeus dos séculos XIV ao XVI acreditavam estar presenciando o verdadeiro *Renascimento*.

Assim, em grande parte da Europa, começaram a surgir escritores e artistas preocupados em expressar os valores daquela “nova” sociedade. Em grande parte, essas atividades culturais eram financiadas por ricos comerciantes e banqueiros.

Legenda: Na imagem, detalhes do quadro *A última ceia,* de Leonardo da Vinci. Na pintura renascentista começa a surgir a perspectiva. Até então, os artistas davam pouca importância à noção de profundidade. De certa forma, o surgimento da perspectiva representa as mudanças da forma de interpretar o mundo europeu renascentista.

Ideias e práticas do Renascimento

O comércio com o Oriente permitiu que muitos comerciantes europeus, principalmente de cidades de Veneza e Florença, na península Itálica, acumulassem grandes fortunas. Enriquecidos, alguns desses comerciantes, bem como governantes e papas, passaram a financiar a produção artística de escultores, pintores, arquitetos, músicos, escritores, etc.

Essa prática ficou conhecida como *mecenato*. E ao mesmo tempo que impulsionava as artes e as ciências, contribuía para reafirmar a autoridade politica daquelas pessoas que financiavam e protegiam os artistas. Afinal, os que recebiam financiamento expressavam, em grande parte, valores defendidos pelos *mecena.*

Entre os séculos XIV e XVI, a produção artística e literária foi t]ao intensa e variada que esse período recebeu a denominação de *Renascimento ou Renascença.*
Esse movimento teve início na península Itálica, onde se localizavam cidades de intensas atividades culturais, como Florença e Veneza.

A partir desses pólos, o movimento se alastrou por toda a Europa.

Características do Renascimento Cultural

O Renascimento ocorreu, em maior ou menor grau, em várias regiões da Europa. Começou na Itália e expandiu-se para a França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e Holanda.

Apesar das diversidades regionais, observamos características comuns e fundamentais do Renascimento, que veremos a seguir.

Retomada da cultura clássica

Denominamos de cultura clássica o conjunto de obras literárias, filosóficas históricas e de artes plásticas produzidas pelos gregos e pelos romanos na Idade Antiga. Os pensadores do Renascimento queriam , acima de tudo, conhecer, estudar e aprender os textos da cultua clássica, vistos como portadores de reflexões e conhecimentos que mereciam ser recuperados. É importante salientar que a retomada dos textos da cultura greco-romana teve como objetivo o conhecimento de outras formas de pensar, não para copiá-las, mas sim para refletir sobre elas, entro do contexto próprio da passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

O pensamento renascentista originou-se da articulação entre os valores culturais presentes nos textos antigos e aqueles herdados do pensamento medieval católico.

O homem é a medida de todas as coisas

Talvez a mais marcante característica do Renascimento tenha sido a valorização do ser humano. O humanismo (ou antropocentrismo, como é chamado com frequência) colocou a pessoa humana no centro das reflexões. Não se trata de opor o homem a Deus e medir forças. Deus continuou soberano diante do ser humano. Tratava-se, na verdade, de valorizar as pessoas em si, encontrar nelas as qualidades e as virtudes negadas pelo pensamento católico medieval.

O ideal de universalidade

Os renascentistas acreditavam que uma pessoa poderia vir a aprender e a saber tudo o que se conhece. Seu ideal de ser humano era, portanto, aquele que conhecia todas as artes e todas as ciências. Leonardo da Vinci foi considerado, por essa razão, o modelo do homem renascentista, pois dominava várias ciências e artes plásticas. Ele conhecia Astronomia, Mecânica, Anatomia, fazia os mais variados experimentos, projetou inúmeras máquinas e deixou um grande número de obras-primas pintadas e esculpidas. Da Vinci foi a pessoa que mais conseguiu se aproximar do ideal de universalidade.

Provável auto-retrato de Leonardo da Vinci

A valorização da razão e da natureza

O Renascimento foi marcado pelo racionalismo, que se traduziu na adoção de métodos experimentais e de observação da natureza.

Por essas preocupações e valores, os pensadores e escritores do Renascimento eram conhecidos como humanistas.

Resumo dos fundamentos do Renascimento

O Renascimento significou uma nova arte, novas mentalidades e foras de ver, pensar e representar o mundo e os humanos.

Principais características do Renascimento:

a) antropocentrismo (o homem como centro do universo): valorização do homem como ser racional e como a mais bela e perfeita obra da natureza;

b) otimismo: os renascentistas tinham uma atitude positiva diante do mundo – acreditavam no progresso e na capacidade humana e apreciavam a beleza do mundo tentando captá-la em suas obras de arte;

c) racionalismo: contrapondo à cultura medieval, que era baseada na autoridade divina, os renascentistas valorizavam a razão humana como base do conhecimento. O saber como fruto da observação e da experiência das leis que governam o mundo;

d) humanismo: os humanistas eram estudiosos, sábios e filósofos, que traduziam e estudavam os textos clássicos greco-romamos. Os conhecimentos dos humanistas eram abrangentes e universais, versando sobre diversas áreas do saber humano. Com base nesses estudos, fundamentou-se à valorização do espírito humano, das capacidades, das potencialidades e das diversidades dos seres humanos;

e) hedonismo: valorização dos prazeres sensoriais, carnais e materiais, contrapondo-se a ideia medieval de sofrimento e resignação.

Expressão cultural na Renascença

A arte da Renascença também se caracterizou pelo humanismo, naturalismo e realismo na representação de seres e por uma grande preocupação com a racionalidade, o equilíbrio, a simetria e a objetividade, tanto na arquitetura, pintura e escultura quanto na literatura. A música passou a explorar, cada vez mais, temas não-religiosos e a utilização da técnica do contraponto deu maior liberdade de criação os compositores.

Sem abandonar a fé e a religião, o renascentista não se sentia submetido, mas inspirado e iluminado por elas. Ao contrário do que acontecia na Idade Média, a ciência e a filosofia tornaram-se campos diferenciados. Os estudos científicos valiam-se da indução, da observação da experimentação, buscando explicação naturais para os fenômenos naturais para os fenômenos naturais enquanto o penamento filosófico buscava entender a natureza e todas as possibilidades do conhecimento humano.

Literatura e ciência na Renascença

A literatura renascentista foi marcada pela utilização dos idiomas nacionais com linguagem clara e gramaticalmente correta. Os temas fundamentais das obras literárias são diversificados, mas podemos destacar a valorização do lirismo amoroso, do uso metafórico da mitologia greco-romana, dos grandes feitos de personalidades humanas e dos temas relacionados à política e as sátiras dos costumes sociais e do cotidiano.

Os avanços na Medicina também foram significativos: o médico espanhol Miguel de Servet descobriu a pequena circulação entre o coração e os pulmões; o francês Ambroise Paré (1517-1590) combateu o uso do fogo e do azeite quente no tratamento de feridas causadas por armas de fogo e o alemão Paracelso estudou a aplicação de certas drogas medicinais.

O Renascimento na península Itálica

Artistas e suas obras

O Renascimento teve início nas cidades da península Itálica, que acumulavam grandes riquezas graças ao comércio. Com o tempo, esse movimento difundiu-se por toda a Europa.

O período de maior produção renascentista na península Itálica foi de 1450 a 1550. No restante a Europa, ele ocorreu durante todo o século XVI. Na península Itálica, destacaram-se os seguintes nomes:

Leonardo da Vinci (1452 – 1519)

Pintor, arquiteto, escultor, físico, engenheiro, escritor e músico, destacou-se em todos esses ramos da arte e da ciência. É autor, entre outros quadros famosos, de *Gioconda* ou *Mona Lisa* e da *Última ceia;*

Michelangelo Buonarroti (1475 – 1564)

Arquiteto, escultor e pintor, ajudou a projetar a grandiosa cúpula da basílica de São Pedro, em Roma. São dele também as esculturas *Pietá, Davi, Moisés*, além das pinturas da Capela Sistina, situada ao lado da basílica de São Pedro;

La Pietà

Rafael Sanzio (1483 – 1520)

Autor de várias madonas (uma série de representações da Virgem com o menino Jesus) e de retratos de papas e reis;

Sandro Botticelli (1444 – 1510)

Também pintou um grande número de madonas, além de quadros de inspiração religiosa e pagã, como a *A primavera* e o *Renascimento de Vênus*;

A primavera

Renascimento de Vênus

Galileu Galilei (1564 – 1642)

Matemático, físico e astrônomo, foi um dos primeiros estudiosos de sua época e usar o método experimental para estudar a natureza e comprovar suas teorias. Construiu a primeira luneta astronômica, por meio da qual confirmou a *teoria heliocêntrica* de Copérnico (link para Copérnico), que afirmava se o Sol o centro do Universo. Ameaçado de morrer na fogueira, ele viu-se obrigado a negar suas convicções;

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)

Filósofo, político e historiador, escreveu *O príncipe*, um tratado sobre política e governo. O sistema político exposto nessa obra é caracterizado pelo princípio de que os fins justificam os meios.

O Renascimento fora da península Itálica

Artistas e suas obras

O Renascimento expandiu-se para outros países da Europa, adotando peculiaridades locais que deram ao movimento características diferentes em cada região do continente.

Apresentamos a seguir as principais características do Renascimento em outras regiões da Europa, além da península Itálica:

- **Países Baixos:** No campo da literatura e da filosofia, destacou-se *Erasmo de Roterdã* (1466 – 1536). Cristão e moralista, foi

considerado um dos mais ilustres humanistas da Renascença. Criticou violentamente a sociedade de seu tempo na obra *Elogio da loucura.* Na pintura merece destaque *Jan Van Eyck* (1390 – 1441).

Erasmo de Roterdã (retrato de Hans Holbein, o Jovem.)

- **França:** Dentre os renascentistas franceses merecem destaque *François de Rabelais* (1494 – 1555), que em seus livros satirizou a monarquia e o cristianismo, e *Michel de Montaigne* (1533 – 1592), filósofo e moralista, autor de *Ensaios.*

François de Rabelais

- **Inglaterra:** O principal representante do Renascimento foi *William Shakespeare* (1564 – 1616). (link para Shakespeare)

William Shakespeare

- **Espanha:** Na pintura o expoente foi *El Greco* (1548 – 1625) Entre seus quadros mais importantes estão *O enterro do conde de Orgaz* e *Adoração dos pastores.* El Greco era grego, mas passou sua vida na cidade de Toledo, perto de Madri. Na literatura renascentista espanhola, destaca-se *Miguel de Cervantes* (1547 – 1616), autor de *Dom Quixote de la Mancha.*

Legenda: O enterro do conde de Orgaz, uma das obras mais expressivas do pintor grego-espanhol El Greco.

Idade Contemporânea

A História ou Idade Contemporânea é o período atual da história do mundo ocidental. Compreende o espaço de tempo que vai da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias atuais.

O seu início foi bastante marcado pela corrente filosófica iluminista, que destacava a importância da razão e é marcado de maneira geral, pelo desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no ocidente e, consequentemente pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados consumidores.

Conquista Espacial

Atualmente há uma especulação a respeito de quando essa era irá acabar, e, por consequência, a respeito da eficácia atual do modelo europeu da divisão histórica.

Terrorismo - Estados Unidos da América a 11 de Setembro de 2001

Revolução Mexicana

A Revolução Mexicana foi um grande movimento armado que começou em 1910 com uma rebelião liderada por Francisco I. Madero contra o antigo autocrata general Porfirio Diaz. Foi a primeira das grandes revoluções do século XX.

Esta revolução foi caracterizada por uma variedade de líderes de cunho socialista, liberal, anarquista, populista, e em prol do movimento agrário.

Causas

A elite agrária predominava completamente no México, sempre determinando quem seria o governante máximo. Em 1876 assumiu Porfírio Dias, que governou de forma ditatorial. Mesmo tendo havido um pequeno desenvolvimento industrial durante o período em que esteve à frente do país, a elite agrária permaneceu no poder, pois a base econômica continuou a ser a exportação de produtos agrícolas e de minérios.

Porfírio Diaz governou o México por mais de trinta anos. Mantinha-se uma aparência de democracia, pois eram realizadas eleições periodicamente, mas elas eram manipuladas para que ele sempre se reelegesse. Em 1910, nas eleições, Diaz novamente foi eleito, porém seu opositor, Francisco Madero conseguiu rebelar a população e assumiu, com a promessa de realizar a tão esperada reforma agrária.

Francisco I. Madero

Tal promessa, no entanto, não foi cumprida agravando ainda mais a já péssima condição de vida dos camponeses. Liderados então por Emílio Zapata e Pancho Villa, eles iniciaram a luta contra Madero, conseguindo tirá-lo do poder. Posteriormente, derrubaram também o seu sucessor, o general Huerta.

Revolução Mexicana (continuação)

Primeiramente, Zapata e Villa propunham a expropriação dos latifúndios (inclusive os pertencentes à Igreja) para posterior divisão entre camponeses; o reconhecimento dos direitos indígenas sobre as terras que lhes haviam sido tomadas e a nacionalização das terras daqueles que fossem considerados inimigos da revolução.

Nas eleições de 1914, o latifundiário Carranza, apoiado pelos Estados Unidos, foi eleito presidente. Sua principal promessa era a elaboração de uma nova Constituição, que, de fato, foi aprovada em 1917.

Revolucionários mexicanos. Sentado, à esquerda, Pancho Villa e, à direita, Zapata.

A nova Constituição, aparentemente liberal, caracterizava-se por conceder ao Estado do direito de expropriar terras, caso fosse utilizá-las para benefício público, ao mesmo tempo que reconhecia os direitos dos índios sobre as terras de uso comum. No campo das relações de trabalho, criou-se o salário mínimo e determinou-se que a duração da jornada de trabalho seria de oito horas. A Igreja Católica foi sensivelmente abalada em seu poder com a separação entre Estado e Igreja.

Para garantir que Carranza fosse bem-sucedido em seu governo, os Estados Unidos chegaram a invadir o território mexicano em uma tentativa de prender Pancho Villa.

A morte de Zapata, assassinado em 1919, e de Pancho Villa, morto em 1923, foi um golpe duro para os camponeses. O governo norte-americano pressionava para que as reformas fossem implantadas rapidamente, a fim de evitar novos problemas. A Igreja Católica, por sua vez, exercia pressão sobre o governo, porque desejava recuperar o que havia perdido. Tudo isso levou o processo revolucionário praticamente ao fim.

Em 1929 foi criado o Partido Nacional Revolucionário (PRN), resultado da unificação das diferentes correntes revolucionárias, e que seria a base do Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado em 1946. Essa mudança implicou o abandono dos princípios revolucionários de 1910.

Apesar da significativa reforma agrária implementada pela Revolução, com o tempo os camponeses perderam muitas terras que haviam conquistado. As dificuldades em conseguir uma produção em larga escala e a baixo custo, as dívidas bancárias, a concorrência dos produtos agrícolas norte-americanos e a

maior mecanização das propriedades mais modernas acabaram por inviabilizar a pequena propriedade.

A luta dos camponeses mexicanos pela terra se estende até os dias atuais, como acontece, aliás, em outros países da América latina, inclusive no Brasil. No México, na última década do século XX, essa luta foi a retomada de forma mais intensa com a criação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, na província de Chiapas. O nome desse movimento é uma homenagem a Emiliano Zapata, um dos líderes mais expressivos da Revolução de 1910.

Bandeira do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional)

Referencias

Como referenciar: "Divisões / Períodos da História" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:54. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/periodos/

Como referenciar: "Antiguidade Oriental" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:55. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/antiguidadeoriental/

Como referenciar: "Idade Média - História Medieval" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:55. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/medieval/

Como referenciar: "A Transição do Feudalismo para o Capitalismo" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:56. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/feudalismocapitalismo/

Como referenciar: "As grandes navegações" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:57. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/navegacoes/

Como referenciar: "Renascimento - Idade Moderna" em *Só História*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 01/07/2020 às 18:57. Disponível na Internet em http://www.sohistoria.com.br/ef2/renascimento/